



Relatório de Gestão 2025



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos A e F – Asa Sul
CEP: 70610-200 – Brasília/DF
Tel: (61) 2033-4000 | ouvidoria@aeb.gov.br
CNPJ: 86.900.545/0001-70

Relatório de Gestão 2025

Processo nº 01350.001133/2025-52

Relatório de Gestão do exercício de 2025, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas – UPC está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da [Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020](#), da [Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022](#) e [Portaria TCU nº 58, de 26 de março de 2025](#) do Tribunal de Contas da União – TCU.

Ficha Técnica

Equipe de Planejamento e Elaboração do Relatório:

Presidência da AEB
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA
Diretoria de Governança do Setor Espacial – DGSE

Equipe Técnica:

Gabinete da Presidência da AEB
Assessoria de Cooperação Internacional – ACI
Assessoria de Relações Institucionais e Comunicação – ARI
Auditoria Interna – AUDIN
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA
Diretoria de Governança do Setor Espacial – DGSE
Diretoria de Gestão de Portfólio – DGEP
Diretoria de Inteligência Estratégica e Novos Negócios – DIEN

Equipe Editorial:

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA

Brasília – DF, 2026

V3103A

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

ROL DE DIRIGENTES E CHEFES DE UNIDADES

Presidente

Marco Antonio Chamon

Chefe de Gabinete

Leticia Vilani Morosino

Assessora de Cooperação Internacional

Márcia Alvarenga dos Santos

Assessor de Relações Institucionais e Comunicação

Edvaldo Dias Silva

Procurador-Chefe

Ian Grosner

Auditor-Chefe

Roberto Carlos Andrade

Diretora de Planejamento, Orçamento e Administração

Vanessa Murta Rezende

Diretor de Governança do Setor Espacial

Rogério Luiz Verissimo Cruz

Diretor de Gestão de Portfólio

Rodrigo Leonardi

Diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios

Paolo Gessini

Coordenadora da Unidade Regional de Alcântara no Estado do Maranhão

Danielle Ferreira de Andrade

Coordenadora da Unidade Regional de Natal no Estado do Rio Grande do Norte

Adriana Elysa Alimandro Corrêa

Coordenador da Unidade Regional de São José dos Campos no Estado de São Paulo

Alexandre Macedo de Oliveira

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1

- 1.1 Quem Somos
 - 1.1.1 Referenciais Estratégicos
 - 1.1.2 Principais Normas Direcionadoras
 - 1.1.3 Competências da AEB
- 1.2 Estrutura Organizacional
 - 1.2.1 Organograma
 - 1.2.2 Representantes da Alta Administração da AEB
- 1.3 Estrutura de Governança
 - 1.3.1 Conselho Superior
- 1.4 Modelo de Negócios
- 1.5 Cadeia de Valor
- 1.6 Políticas e Programas de Governo
- 1.7 Ambiente Externo
- 1.8 Materialidade

2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- 2.1 Gestão de Riscos
- 2.2 Oportunidades e Perspectivas

SUMÁRIO

3

GOVERNANÇA DO SETOR ESPACIAL

- 3.1 Estrutura de Governança do Setor Espacial
- 3.2 Estratégica do Setor Espacial
- 3.3 Apoio da Estrutura de Governança do Setor Espacial à Capacidade de AEB de Gerar Valor
- 3.4 Cooperação Internacional
- 3.5 Resultados dos Principais Projetos, Iniciativas e Ações Finalísticas da AEB

4

GOVERNANÇA CORPORATIVA, ESTRATÉGICA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- 4.1 Estrutura de Governança Corporativa
- 4.2 Plano Estratégico
- 4.3 Apoio da Estrutura de Governança Corporativa
- 4.4 Ações de Transparência, Ouvidoria e Integridade
- 4.5 Controle Interno e Auditoria
- 4.6 Política de Inovação da AEB
- 4.7 Participação da AEB em Eventos Governamentais de Ciência e Tecnologia

SUMÁRIO

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

5

- 5.1 Mensagem da Diretora
- 5.2 Resultados Alcançados entre os Objetivos Estratégicos e as Prioridades da Gestão
- 5.3 Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional
- 5.4 Gestão de Custos
- 5.5 Gestão de Pessoas
- 5.6 Gestão de Licitações e Contratos
- 5.7 Gestão de Termos de Execução Descentralizada
- 5.8 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura
- 5.9 Gestão da Tecnologia da Informação
- 5.10 Sustentabilidade Ambiental

6

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

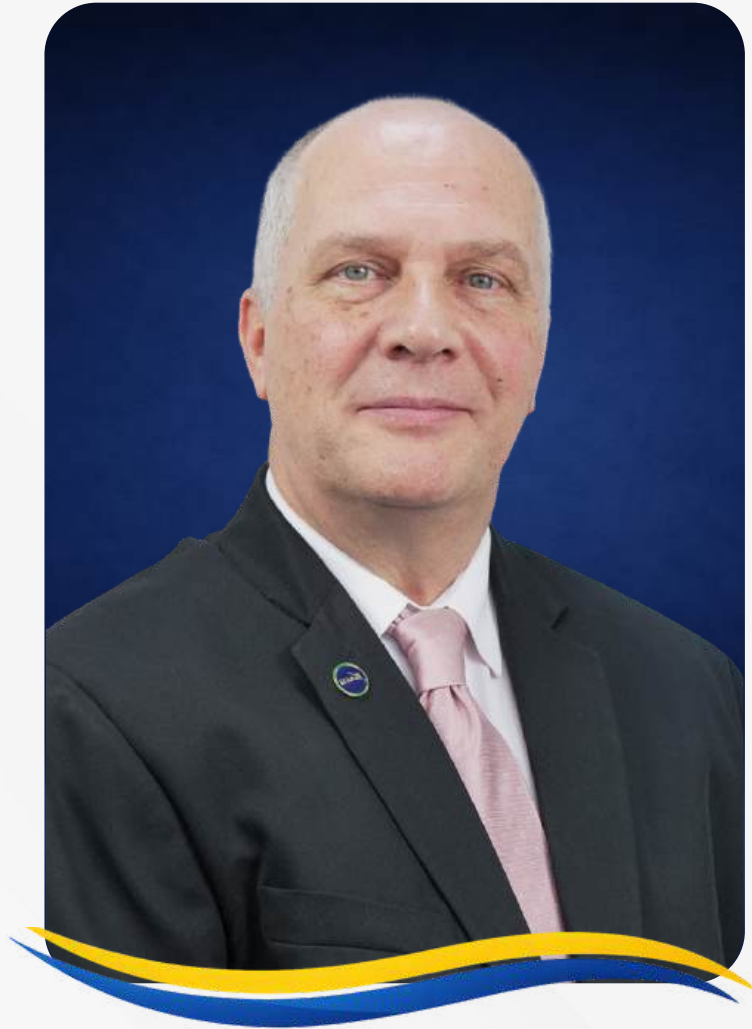
- 6.1 Informações Orçamentárias
- 6.2 Informações Financeiras e Contábeis
- 6.3 Demonstrações Contábeis

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Marco Antonio Chamon



A Agência Espacial Brasileira - AEB constitui o órgão central responsável pela coordenação do Programa Espacial Brasileiro - PEB, competindo-lhe o desenvolvimento e a promoção das atividades espaciais de interesse nacional. A consolidação de um programa espacial robusto confere ao país menor dependência tecnológica externa e assegura maior autonomia em setores estratégicos, tais como comunicações governamentais, monitoramento ambiental e previsão meteorológica, entre outros. Os dados gerados por satélites apresentam ampla gama de aplicações, possibilitando não apenas o aprimoramento e a formulação de políticas públicas, mas também a criação de oportunidades de negócios. Esse cenário contribui para o fortalecimento do setor industrial e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O exercício de 2025 trouxe realizações históricas para o PEB, mas também nos lembrou da dificuldade intrínseca das atividades espaciais. Este Relatório consolida os resultados alcançados frente aos nossos objetivos estratégicos e nossas prioridades institucionais, evidenciando nossa capacidade de atuação, mesmo diante de um cenário de desafios.

Foi um ano de avanço institucional, técnico e internacional. A AEB ampliou sua capacidade de articulação, consolidou projetos estratégicos, fortaleceu sua atuação em fóruns multilaterais e deu continuidade a iniciativas estruturantes voltadas à soberania tecnológica, à formação de competências e à ampliação do uso das tecnologias espaciais em benefício da sociedade.

No plano internacional, o ano de 2025 teve intensa atividade. O Brasil exerceu a Presidência dos BRICS, e a AEB coordenou toda a pauta espacial do grupo, incluindo a reunião dos Chefes das Agências Espaciais do BRICS em Brasília e um Seminário sobre Sustentabilidade das Atividades Espaciais. Na COP30, realizada em Belém, a AEB organizou a Sessão Espaço, apresentando iniciativas de uso de dados de satélites para monitoramento ambiental e combate ao desmatamento, incluindo a cooperação Brasil-China no programa CBERS. No Congresso Internacional de Astronáutica - IAC, em Sydney, Austrália, tivemos a maior representação de parlamentares entre os países participantes, com a presença de três Senadores e cinco Deputados Federais, o que reforça o apoio do Legislativo ao programa espacial. Destaco, ainda, a assinatura de acordo entre Brasil e França para desenvolver o COBRA, Centro de Operações com Balões da Região Amazônica, em Palmas (TO), e a adesão brasileira à Aliança Space4Ocean. Além disso, mantivemos presença ativa em espaços como o SELM (Space Economy Leaders Meeting) e a IILA (Organização Internacional Ítalo-Latino Americana, na expressão em italiano), reafirmando o compromisso brasileiro com o uso pacífico e sustentável do espaço exterior.

No âmbito das missões espaciais e dos projetos estruturantes, registramos progressos relevantes. Nossa cooperação com a China na área de satélites prossegue com o satélite CBERS-5, geoestacionário de meteorologia e meio ambiente, cujos trabalhos avançaram com a assinatura do Protocolo Adicional Brasil-China, que estabelece a cooperação técnica e a transferência de tecnologia entre os dois países. Trata-se de um grande passo para ampliar nossa capacidade de previsão de tempo e clima, e também nossa capacidade tecnológica na área de plataformas geoestacionárias. Já o CBERS-6, primeiro da série com capacidade de radar de abertura sintética, avançou nas reuniões técnicas em Pequim que aprovaram a transição do projeto para a fase de fabricação. Houve, ainda, progresso no desenvolvimento da missão Amazonia 1B, que integra a missão conjunta Brasil-Argentina SABIA-Mar, para estudos marinhos e de águas costeiras. Avança a integração do satélite, que será lançado em 2027 a partir de um lançador VEGA-C, da base de lançamento de Kouru na Guiana Francesa.

Destaco que em 2025 comemoramos 32 anos de operação do satélite SCD-1, o mais longevo satélite em órbita da Terra. Mais antigo do que a própria AEB, o SCD-1 continua retransmitindo dados ambientais sobre o Brasil. O satélite Amazonia-1, primeiro satélite integralmente concebido, projetado e desenvolvido pelo Brasil, completou sua vida útil estimada em fevereiro de 2025, mas segue operando em extensão funcional, gerando imagens para nossos programas de monitoramento ambiental. Também seguem operacionais os satélites CBERS-4 e CBERS-4A, fornecendo imagens de média e alta resolução para políticas públicas, e o SGDC, que já conectou mais de 12 mil pontos de acesso à internet banda larga em cerca de 2.400 municípios, incluindo 10 mil escolas públicas em áreas rurais.


Um fato de destaque em 2025 foi a realização da Operação Spaceward, o primeiro lançamento comercial a partir do território nacional. Em dezembro, o veículo HANBIT-Nano, da empresa sul-coreana Innospace, decolou do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, transportando oito cargas úteis, sete delas brasileiras, incluindo os satélites FloripaSat-2A e FloripaSat-2B, da Universidade Federal de Santa Catarina, e o satélite educacional PION-BR2, Cientistas de Alcântara, da Universidade Federal do Maranhão, em parceria com a AEB. Apesar de uma anomalia no veículo ter levado à perda da missão, a operação marcou um avanço histórico, com todas as etapas sob responsabilidade brasileira executadas de forma regular e segura, evidenciando a maturidade operacional do CLA. Foi também a primeira vez que o Estado brasileiro atuou na supervisão do processo de licenciamento e autorização de um lançamento comercial, e a primeira participação de uma seguradora nacional em uma operação espacial comercial no país.

Em 2025, a AEB trabalhou intensamente na regulamentação da Lei de Atividades Espaciais (LAE), aprovada em 2024. O trabalho conduzido pelo GT-22 do CDPEB, resultou em uma minuta de decreto de regulamentação encaminhada à Casa Civil da Presidência da República. Também celebramos a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre a AEB, o Comando da Aeronáutica e a recém-criada Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil (ALADA), que define atribuições e processos para a fase de operação de lançamentos comerciais utilizando a infraestrutura dos Centros de Lançamento.

Tivemos dois experimentos de agricultura espacial em condições de microgravidade, fruto da parceria entre a AEB e a EMBRAPA. O primeiro voou em abril em uma missão da empresa Blue Origin, que levou sementes e plantas preparadas por pesquisadores brasileiros. O segundo experimento, lançado em agosto, ficou sete dias na Estação Espacial Internacional. A agricultura espacial é uma das contribuições brasileiras para as futuras explorações espaciais e para as bases humanas permanentes na Lua.

O crescimento do Programa Espacial Brasileiro passa pelo crescimento de nosso setor industrial e da economia do espaço. Nesse sentido, o exercício de 2025 foi marcado também por intensos trabalhos de promoção do setor industrial espacial. O Space Industry Workshop, realizado em abril, em São Paulo, reuniu mais de 130 participantes da indústria, do governo e da academia para discutir a economia espacial e resultou em recomendações estratégicas para o setor. A aproximação entre diferentes setores já se traduziu em novos negócios e oportunidades.

No que concerne à divulgação científica, o Programa AEB Escola consolidou sua plataforma virtual, que já conta com mais de 30 mil usuários, oferecendo 24 cursos à distância. Foram promovidas a 1ª Olimpíada Nacional GLOBE e a 1ª Feira Nacional de Ciências GLOBE Brasil, além de iniciativas como o projeto Meninas no Espaço, que atendeu 2.000 estudantes no Rio Grande do Norte. O Centro



Vocacional Tecnológico Espacial, no RN, atendeu cerca de 2.000 estudantes do ensino fundamental e médio. Em Alcântara, o Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI-CEA) realizou cursos profissionalizantes, palestras educacionais em 18 escolas públicas e eventos como a Gincana do Conhecimento Aeroespacial, além de sessões itinerantes de cinema educativo que beneficiaram mais de 700 pessoas. O programa CLA Portas Abertas, que permite visitas guiadas com estudantes da região ao Centro de Lançamento, teve início em setembro de 2025 e já recebeu quase 200 alunos da região.

No campo da gestão institucional, comemoramos a nomeação e a posse, em novembro e em dezembro, de 30 novos servidores aprovados no concurso público da AEB. A Agência conta atualmente com 189 colaboradores, incluindo 76 servidores efetivos. Trata-se de medida essencial para o fortalecimento da capacidade técnica e administrativa da instituição, ainda que insuficiente diante do volume e da complexidade crescentes das atribuições que recaem sobre a Agência.

Apesar dessas realizações, o Programa Espacial Brasileiro ainda enfrenta grandes desafios. Conforme mostram os números detalhados no corpo deste relatório, a situação orçamentária permanece bastante difícil. Em 2025, o cancelamento de R\$ 8,82 milhões atingiu praticamente todas as ações discricionárias do orçamento da AEB, incluindo um corte de R\$ 1,31 milhão na ação de manutenção da instituição. A estrutura da AEB é pequena para as responsabilidades crescentes de uma agência espacial e a redução progressiva dos recursos cria desafios cada vez maiores frente à necessidade de contribuir para o avanço do País.

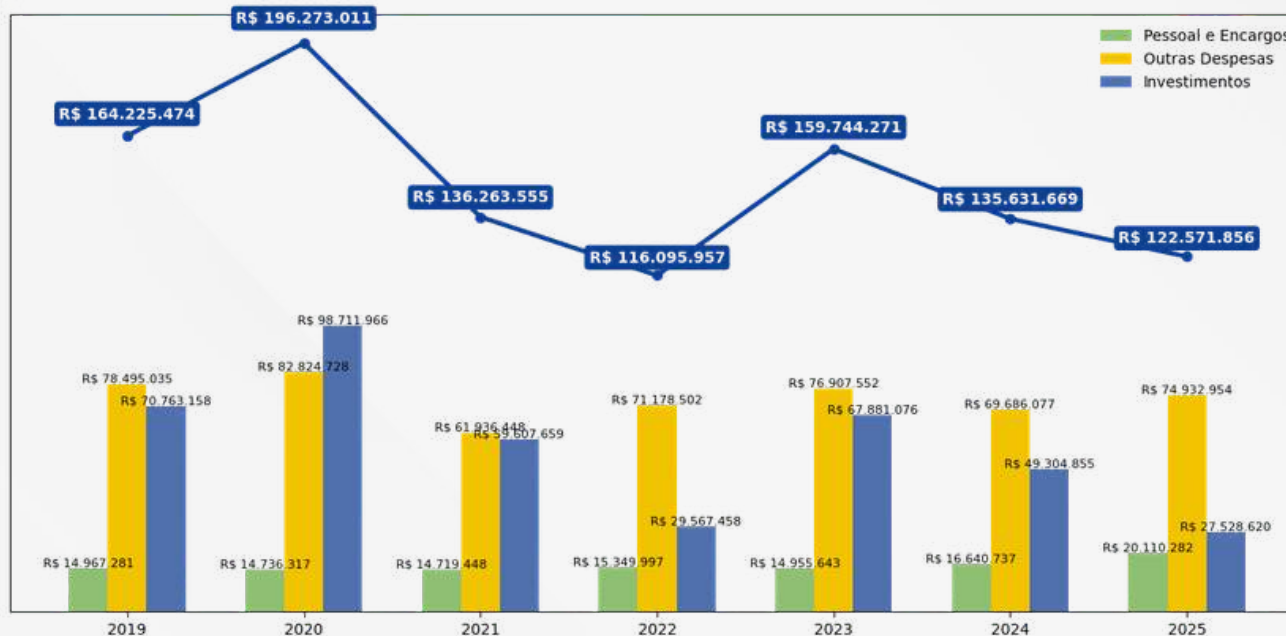
Mesmo em face desses desafios, a AEB mantém seus esforços direcionados para o crescimento socioeconômico do Brasil, contribuindo para a soberania nacional e para geração de benefícios para a sociedade brasileira.

NÚMEROS DA AEB

Como Presidente da AEB, é minha responsabilidade assegurar a integridade deste Relatório de Gestão, em termos de fidedignidade, precisão e completude. Faço isso com convicção, graças ao trabalho impecável da equipe da AEB na coleta, verificação e compilação dos dados deste relatório.

O gráfico a seguir mostra a evolução do orçamento do Programa 2307 – Programa Espacial Brasileiro ao longo dos últimos anos, no qual estão incluídos os gastos com pessoal e com funcionamento da própria AEB.

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento da AEB de 2016 a 2025



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

Os números explicitam uma tendência declinante dos orçamentos da AEB, que tem sido compensada parcialmente nos últimos anos com aportes significativos do FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a indústria espacial e com emendas parlamentares direcionadas a projetos espaciais. No entanto, os sistemas espaciais têm se tornado instrumento essencial de soberania e desenvolvimento socioeconômico no mundo, como mostram os crescentes incentivos globais no setor, e o Brasil precisa de maiores investimentos para usufruir dos benefícios da economia espacial.

Espera-se do Programa Espacial Brasileiro que ele possa contribuir para enfrentar desafios nacionais como as desigualdades sociais e assimetrias regionais, os impactos das mudanças climáticas, a criação de emprego e renda, entre vários outros. Os resultados obtidos em 2025 explicitam uma AEB à altura desses desafios.

Aqui tem espaço!





1 VISÃO GERAL,
ORGANIZACIONAL E
AMBIENTE EXTERNO

1.1 QUEM SOMOS

A Agência Espacial Brasileira – AEB é uma autarquia federal de natureza civil, instituída pela [Lei nº 8.854/1994](#), com a missão de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional em benefício da sociedade brasileira. A AEB possui autonomia administrativa e financeira, além de patrimônio e quadro de pessoal próprios, e está sediada no Distrito Federal.

Figura 1 - Selo comemorativo de 31 anos da AEB



Fonte: AEB

A AEB é responsável por planejar, coordenar e executar a Política Espacial Brasileira, que se apoia em dois pilares: a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE e o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE. Também atuamos como órgão central e coordenador geral do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE, que reúne os principais atores do setor espacial brasileiro, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTI, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/COMAER/MD, a Indústria Aeroespacial, as Universidades e os Institutos de pesquisa. Por meio dessa estrutura integrada do SINDAE, a AEB lidera e articula os esforços do Brasil na exploração do espaço exterior, promovendo o

desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação em benefício da sociedade brasileira.

1.1.1 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

O Planejamento Estratégico constitui um instrumento fundamental para organizações de base tecnológica e inovadora, especialmente no contexto da nova economia espacial.

Nesse sentido, a AEB elaborou seu Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2026 com o propósito de estruturar e alinhar seus objetivos institucionais às políticas públicas que orientam o setor espacial. A iniciativa busca assegurar que a tecnologia, os processos de trabalho, a inovação, a infraestrutura e, sobretudo, as pessoas, atuem de forma integrada, fortalecendo a capacidade institucional da Agência de coordenar, com eficiência e efetividade, o Programa Espacial Brasileiro – PEB.

Os referenciais estratégicos da AEB, conforme estabelecido no Plano Estratégico 2023–2026, são apresentados a seguir:

Figura 2 - Referenciais Estratégicos



Fonte: [Plano Estratégico AEB \(2023–2026\)](#).

1.1.2 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

Os principais normativos direcionadores para a atuação da AEB são:

Base jurídica

[Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994](#) – Cria a Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal atualmente vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e quadro de pessoal próprios, sede e foro no Distrito Federal.

Estrutura Organizacional

[Decreto nº 11.192, de 8 de setembro de 2022](#) - Aprova a nova estrutura regimental, composta pela Presidência, órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da AEB, órgãos seccionais e específicos singulares, bem como as unidades descentralizadas; e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Agência Espacial Brasileira – AEB.

Normativos relacionados às Atividades Espaciais

[Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996](#) - Institui o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE.

[Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994](#) - Aprova a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE.

[Portaria AEB nº 756, de 29 de dezembro de 2021](#) - Aprova o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE 2022-2031.

→ [Clique aqui](#) para acessar outros normativos que regulam as atividades da AEB.

1.1.3 COMPETÊNCIAS DA AEB

O [Anexo I do Decreto nº 11.192/2022](#) dispõe sobre as competências da AEB:

- I - executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, e propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;
- II - propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;
- III - elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;
- IV - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- V - analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com vistas à cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;
- VI - emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- VII - incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;
- VIII - estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;
- IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;

- X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, com vistas ao seu aprimoramento tecnológico;
- XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, com vistas à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;
- XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, com vistas a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;
- XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais; e
- XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

§ 1º A AEB é o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), em observância ao disposto no art. 4º da Lei nº 8.854, de 1994.

§ 2º Na execução de suas atividades, a AEB pode atuar direta ou indiretamente, mediante contratos, convênios e ajustes no País e no exterior, observados o disposto no inciso V do caput e a competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

→ [Clique aqui](#) para verificar as competências regimentais de cada Unidade Organizacional.

Equipe da Unidade Regional de Alcântara



Equipe da Unidade Regional de Natal



Equipe da Unidade Regional de São José dos Campos

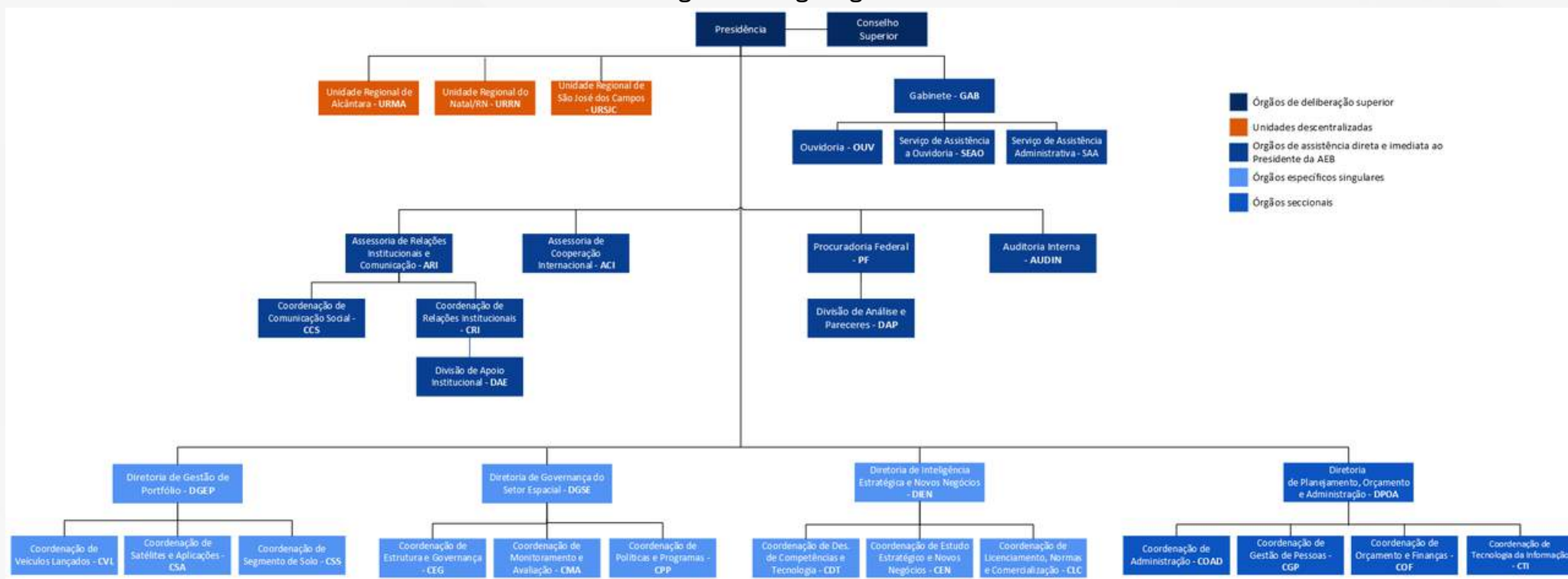


1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O [Decreto nº 11.192/2022](#), aprova a estrutura regimental, composta pela Presidência da AEB, órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente, órgãos seccionais e órgãos específicos singulares.

1.2.1 ORGANOGRAMA

Figura 3 - Organograma



Operacionalmente, as unidades descentralizadas estão vinculadas às Diretorias, conforme [Portaria AEB nº 982, de 17 de novembro de 2022](#).

1.2.2 REPRESENTANTES DE ALTA ADMINISTRAÇÃO



MARCO ANTONIO CHAMON

Presidente

É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (1984), possui mestrado em Engenharia e Tecnologia Espacial pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1989) e doutorado em Eletrônica pela *Ecole Nationale Supérieure de L'Aéronautique et de L'Espace* - SUPAERO (1996). Foi coordenador do programa de satélites científicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Coordenador de Gestão Tecnológica, Coordenador Substituto de Engenharia e Tecnologia Espacial e coordenador de Planejamento, Orçamento e Avaliação do Instituto. Seus interesses se concentram nas áreas de Teoria da Estimção, Gestão de Projetos e Engenharia de Sistemas Espaciais.



LETICIA VILANI MOROSINO

Chefe de Gabinete

Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (2022), atua como Chefe de Gabinete da Presidência da Agência Espacial Brasileira desde 2019. É graduada em Direito pelo Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal - UDF (2004) e possui pós-graduação lato sensu em Ordem Jurídica e Ministério Público, pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (2012). Realizou especialização junto à Escola Superior de Defesa no Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE 2021). Atua na área espacial desde 2008.



MÁRCIA ALVARENGA DOS SANTOS

Assessora de Cooperação Internacional

Analista em Ciência e Tecnologia Sênior. Ocupou o cargo de Chefe da Divisão de Extensão e Capacitação do INPE e foi uma das idealizadoras do programa de popularização da ciência "Ciência Transformando Vidas" do INPE. Além disso, é mentora voluntária do Projeto Space4Women da ONU, membro da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial – SBDA e do Instituto Internacional de Direito Espacial – IISL. Foi membro do Painel Socioeconômico do Grupo de Trabalho Internacional sobre Governança dos Recursos Espaciais da Haia e pesquisadora no programa "50 anos de Direito Espacial" da Academia de Direito Internacional da Haia. Integra a delegação brasileira nas reuniões do Subcomitê Jurídico e da Plenária do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior – COPUOS. Obteve o título de Doutora em Direito pela Universidade Católica de Santos (2019), em sua tese, em Direito Espacial, investigou o regime aplicável a pequenos satélites de baixa complexidade para propor regulamentações para salvaguardar atores espaciais e mitigar impactos ambientais no espaço exterior causados por tais objetos espaciais.



EDVALDO DIAS DA SILVA

Assessor de Relações Institucionais e Comunicação

Graduado em Matemática (Uniceub) e Ciência Política (UNB), Especialista em Assessoria Parlamentar (UNB) e Mestre em Estudos Políticos Aplicados pela Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas (Madrid/ Espanha). Servidor público federal desde 1991, membro da carreira de Técnico Legislativo do Senado Federal. Titular da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério de Ciência, tecnologia e Inovação em 2019, 2020 e 2022-2025.

IAN GROSNER

Procurador-Chefe

Procurador Federal desde 2002. Presidente do Grupo de Trabalho sobre Definição e Delimitação do Espaço Exterior do Subcomitê Jurídico do Comitê para o Uso Pacífico do Espaço Exterior – COPUOS. Mestre (LL.M.) pela Universidade de Leiden (Holanda) em Direito Aeronáutico e Direito Espacial. Professor de Direito Espacial. Membro titular do Instituto Internacional de Direito Espacial – IISL. Presidente do Subcomitê para a América Latina e o Caribe da Federação Internacional de Astronáutica – LAC-SC/IAF, triênio 2024-2027. Árbitro do painel especializado em disputas do espaço exterior da Corte Permanente de Arbitragem – PCA, em Haia.





ROBERTO CARLOS ANDRADE

Auditor-Chefe

Graduado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA em 1991. Ingressou no Serviço Público Federal em 1993 e sempre ocupou cargos efetivos da carreira de Finanças e Controle, primeiramente no Ministério da Fazenda – MF e posteriormente na Controladoria-Geral da União – CGU, atualmente ocupando o cargo efetivo de Auditor Federal de Finanças e Controle – AFFC do quadro de pessoal da CGU. Além da área de Controle Interno, na qual atua há mais de vinte anos, possui experiência nas áreas de Patrimônio da União, de Gestão Pública e de Transparência Pública, nas quais ocupou cargos e funções comissionados de direção e de assessoramento de níveis tático (gerência intermediária) e operacional (execução).



VANESSA MURTA REZENDE

Diretora de Planejamento, Orçamento e Administração

Doutora em Ciência da Informação pela UnB e servidora pública federal do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI. Atuou como Assessora na Diretoria Executiva – DIREX na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. No MCTI, contribuiu para a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética do MCTI, na Assessoria Especial de Controle Interno – AECI e exerceu, dentre outros, o cargo de Coordenadora-Geral de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais na Subsecretaria de Unidades Vinculadas, da Secretaria-Executiva. No período de 2018 a 2020, exerceu o cargo de Coordenadora-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde, do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde. Tem experiência na área de Gestão Pública, Governança e Gestão da Informação.



ROGÉRIO LUIZ VERISSIMO CRUZ

Diretor de Governança do Setor Espacial

Oficial-General da reserva da Força Aérea Brasileira – FAB, bacharel em Ciências Aeronáuticas pela Academia da Força Aérea (1982), mestre em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea (2005) e mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (2023). Na aviação militar, acumulou mais de 4.800 horas de voo em diversos tipos de aeronaves e exerceu a função de Líder de Grupo da Aviação de Caça. No setor espacial, atuou como Diretor do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, chefiou o Setor de Atividades Espaciais do Ministério da Defesa, foi Chefe da Seção de Atividades Espaciais do Estado-Maior da Aeronáutica e ocupou o cargo de Diretor de Transporte Espacial e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira – AEB.

**RODRIGO LEONARDI***Diretor de Gestão de Portfólio*

Licenciado em Matemática pela Universidade de Brasília (1999) e possui mestrado (2002) e doutorado (2006) em Astrofísica pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Realizou pós-doutorado (2007-2009) na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Entre 2009 e 2010, trabalhou no Centro de Pesquisa e Tecnologia – ESTEC da Agência Espacial Europeia (ESA), nos Países Baixos. De 2010 a 2015, atuou como cientista no Centro de Astronomia da ESA – ESAC, na Espanha, onde gerenciou as operações científicas do satélite europeu Planck. De volta ao Brasil, foi assessor técnico (2015-2016) no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, conduzindo estudos de prospecção para o setor espacial brasileiro. Desde 2017, é tecnologista na Agência Espacial Brasileira – AEB, onde dirige a Diretoria de Gestão de Portfólio. Na AEB, participou da elaboração do Programa Nacional de Atividades Espaciais 2022-2031 e atuou como Coordenador de P&D (2017-2020) e de Satélites e Aplicações (2020-2023). Coautor de 160 artigos científicos, recebeu prêmios internacionais por sua contribuição à missão Planck, incluindo o Prêmio Gruber de Cosmologia e três reconhecimentos da NASA. Organizou e participou de diversos eventos relevantes para o setor espacial. Em 2024, foi eleito membro da Academia Internacional de Astronáutica – IAA, entidade reconhecida pela ONU e dedicada ao avanço da astronáutica para fins pacíficos.

**PAOLO GESSINI** *Diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios*

Graduado em Engenharia Aeronáutica pela Sapienza Università di Roma, Itália, Mestrado em Engenharia Aeronáutica e Astronáutica pela Ohio State University, Columbus, OH, EUA, Doutorado em Engenharia Aeroespacial pela University of Southampton, Reino Unido, e Pós-doutorado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, São José dos Campos, no Laboratório Associado de Plasma. Foi Sócio Fundador, Acionista e Diretor da Mars Space Limited, Southampton, Reino Unido, uma empresa especializada em tecnologias espaciais e de plasma, entre 2007 e 2019. Desde 2009 é professor da Universidade de Brasília – UnB, onde foi cofundador do Curso de Graduação em Engenharia Aeroespacial, em 2012, e Coordenador do mesmo curso, de 2014 a 2015. Atualmente é Professor Associado da UnB e Diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios da AEB. Tem longa experiência na área de Engenharia Aeroespacial, com ênfase em Propulsão Aeroespacial e na área de Física de Plasmas. Atua principalmente na Propulsão Elétrica Espacial e em áreas afins, como Tochas de Plasma, e nas áreas de sistemas de alto vácuo e de vácuo térmico. Tem atuado também na Propulsão Química, em particular foguetes híbridos e, nos últimos anos, na área de Sistemas Espaciais, principalmente pequenos satélites.

DANIELLE FERREIRA DE ANDRADE 

Coordenadora da Unidade Regional de Alcântara, no Estado do Maranhão



Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pernambuco (2009) e especializada em Planejamento e Gestão Pública pela FCAP (2012), a profissional iniciou sua carreira em 2001 na Prefeitura de Olinda, atuando em ações sociais e de urbanização. Em 2009, ingressou na Secretaria de Obras de Olinda como Sub-Gerente, participando de programas como PAC, Prometrópole e FNHIS, em parceria com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, focando em urbanização e habitação social. Entre 2009 e 2011, colaborou com a ONG AVSI no projeto Comunidade Viva, reduzindo a pobreza urbana. De 2018 a 2019, atuou como Analista de Responsabilidade Social na Fundação Josué Montelo, apoiando a Regularização Fundiária. Em 2019, integrou a Fundação Sousandrade, atuando no Programa Cheque Minha Casa. De 2021 a 2024, chefiou o Departamento de Organização Social – DOS da SECID, liderando projetos como o PNHR e o Minha Casa Minha Vida, além de coordenar trabalhos sociais do FNHIS. Foi membro do Conselho Estadual de Assistência Social, contribuindo para políticas públicas. Atualmente, é Coordenadora da URMA da AEB, liderando o PDI-CEA, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e a integração das comunidades locais com o setor espacial.

ADRIANA ELYSA ALIMANDRO CORRÊA 

Coordenadora da Unidade Regional de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte

Mestre em Engenharia de Sistemas Eletrônicos e Automação e Físico pela Universidade de Brasília – UnB, a servidora integra o quadro efetivo da AEB como Coordenadora da Unidade Regional de Natal (RN). Com sólida trajetória internacional, possui especialização em foguetes e lançadores pela Ucrânia e em integração de satélites pela ISRO (Índia). Atualmente, lidera o Centro Vocacional Tecnológico Espacial, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, onde promove a democratização da ciência e o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro. Sua destacada atuação na interface entre tecnologia e gestão foi reconhecida em 2025 com o título de Membro Honorário da Força Aérea Brasileira.



ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA 

Coordenador da Unidade Regional de São José dos Campos, no Estado de São Paulo



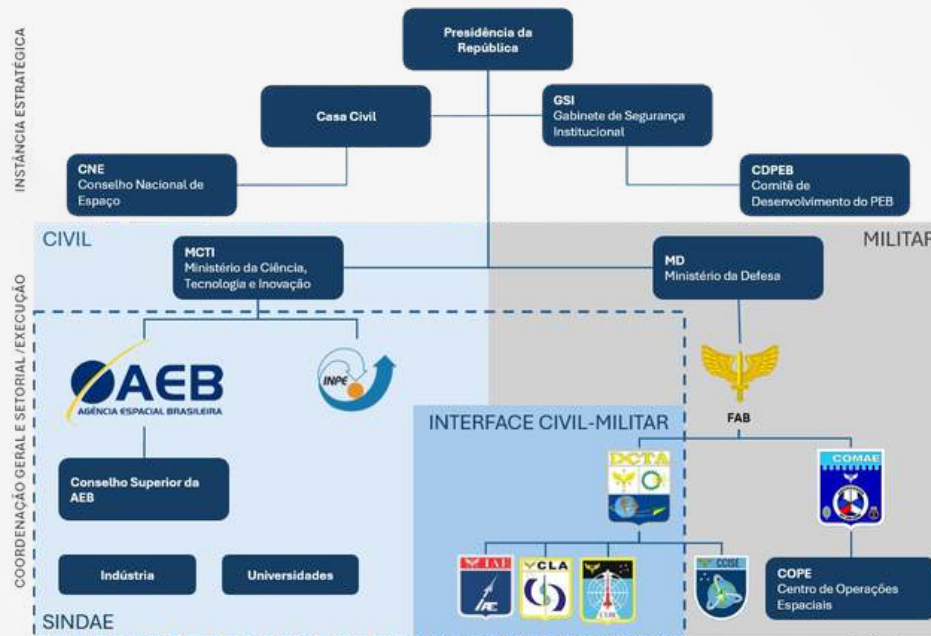
Graduado em Engenharia Mecatrônica pela Universidade de Brasília (2010). Mestre em Engenharia e Tecnologia Espaciais pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, na sub-área Mecânica Espacial e Controle (2014). É aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Espaciais no Instituto Tecnológico de Aeronáutica com a temática de engenharia simultânea aplicado ao projeto conceitual de veículos lançadores. Foi bolsista de pesquisa no Projeto SIA (Sistemas Inerciais Avançados para Aplicação Espacial) e engenheiro na área de Engenharia de Desempenho e Sistemas na AVIBRAS Indústria Aeroespacial, trabalhando na simulação da dinâmica de voo de veículos aeroespaciais e na integração de diversos sistemas da empresa. Participou de várias campanhas de lançamento no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) e no Centro de Lançamento do Exército Brasileiro em Formosa. Possui experiência em dinâmica de voo de veículos aeroespaciais, sistemas embarcados de tempo real, processos de identificação e estimação, integração para hardware-in-the-loop e propulsão elétrica. É Tecnologista da Agência Espacial Brasileira (AEB) desde julho de 2016.

1.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, em sua versão que abrange o período de 2022 a 2031, define como visão de futuro para o Brasil "ser o país sul-americano líder no mercado espacial". Esse objetivo está atrelado aos sete Objetivos Estratégicos de Espaço – OEEs, que se desdobram em Eixos de Atuação – EA na Dimensão Tática, os quais, por sua vez, originam iniciativas organizadas em quatro vertentes de investimento na Dimensão Setorial: 1) Missões Espaciais; 2) Acesso ao Espaço; 3) Desenvolvimento de Competências; e 4) Infraestrutura e Aplicações. Essas informações serão detalhadas no [capítulo 3 – Governança do setor espacial](#).

A figura a seguir apresenta, esquematicamente, o modelo de governança da AEB, com a representação das principais instâncias internas e externas:

Figura 4 - Diagrama com Estrutura de Governança



Fonte: DGSE/AEB

1.3.1 CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior, órgão colegiado de caráter deliberativo da estrutura organizacional da AEB, estabelecido pela [Lei nº 8.854/1994](#), regulamentado pelo [Decreto nº 11.192/2022](#), tem por finalidade deliberar sobre assuntos relativos à promoção do desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional, no âmbito das competências institucionais da Agência.

O colegiado é presidido pelo Presidente da AEB e sua composição integra representantes de órgãos e entidades, conforme estabelecido nos [incisos I a IV do art. 2º Portaria nº 969, de 18 de outubro de 2022](#), que aprova o regimento do Conselho Superior da AEB e dispõe sobre seu funcionamento.

Em conformidade com o Regimento, as reuniões ordinárias são realizadas anualmente. Em maio de 2025, em atendimento à proposta registrada em ata de reunião do colegiado no ano anterior, o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, no Maranhão, sediou a 73ª reunião ordinária, o que proporcionou aos Conselheiros uma visão técnica e abrangente da infraestrutura, das instalações e da logística do Centro, além das principais atividades do Programa Espacial Brasileiro – PEB.

Figura 5 - 73ª Reunião Ordinária



Fonte: AEB

Na reunião, os Conselheiros apreciaram o abrangente relatório das atividades até então realizadas pela AEB, contemplando as principais entregas e atividades em andamento nas áreas de satélites, foguetes, infraestruturas, licenciamento, programas educacionais, iniciativas junto à indústria espacial, entre outros. Foram abordados, ainda, temas relacionados à situação

orçamentária da AEB, à governança do programa espacial, à regulamentação da Lei de Atividades Espaciais ([Lei nº 14.946/2024](#)), ao processo de revisão do PNAE 2022-2031, entre outras matérias pertinentes à política espacial.

→ [Clique aqui](#) para acessar as atas do Conselho Superior da AEB.

1.4 MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios de uma organização tem por finalidade demonstrar como os insumos disponíveis são transformados em produtos e serviços entregues à sociedade, explicitando os principais recursos mobilizados, os macroprocessos envolvidos e o valor público gerado.

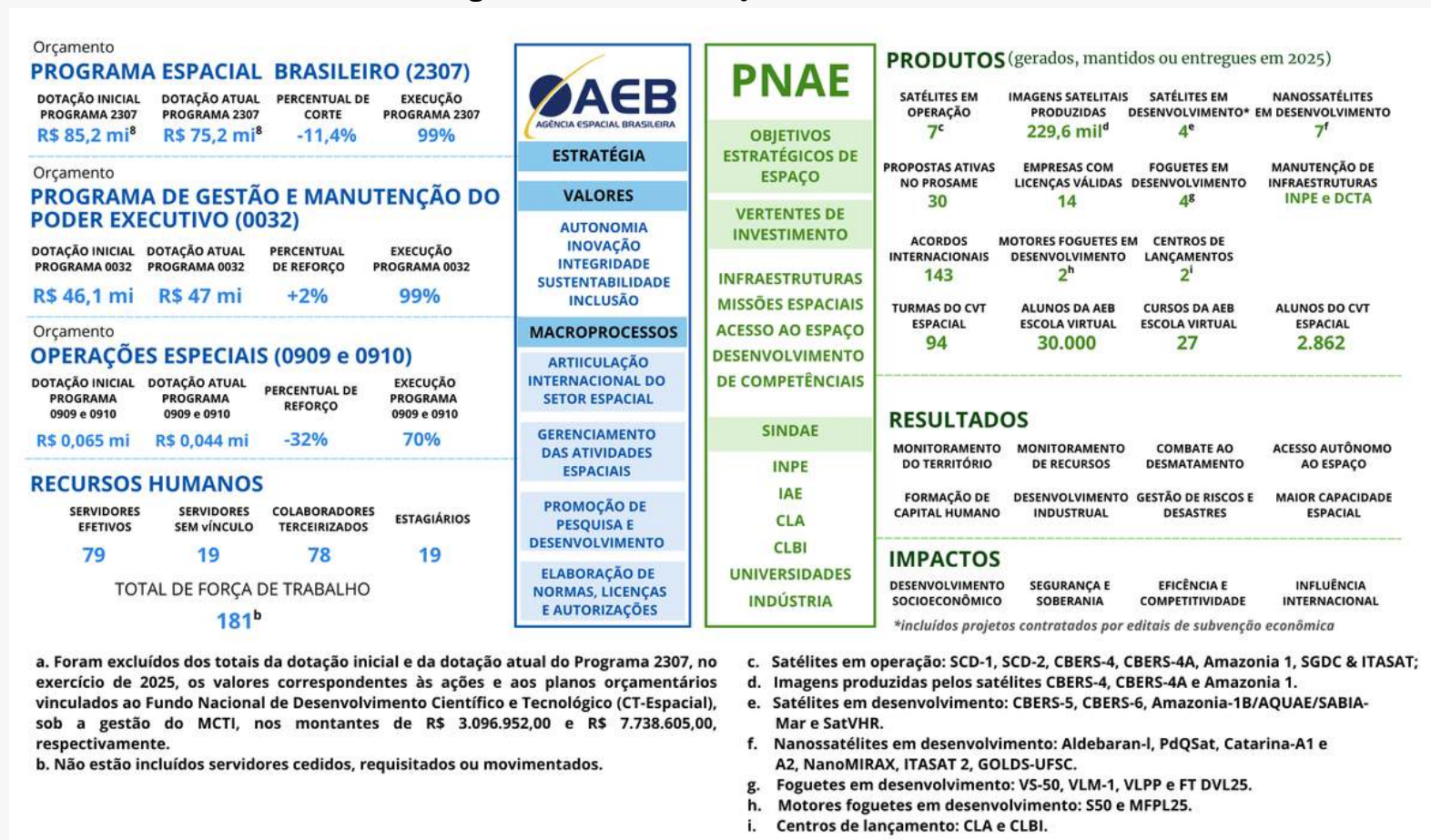
Conforme ilustrado no diagrama da Figura 6, além dos recursos orçamentários oriundos do Programa Espacial Brasileiro - Programa 2307, destinados às atividades finalísticas, e do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo - Programa 0032, voltado às atividades de suporte, em 2025 a AEB contou com uma força de trabalho composta por 195 colaboradores, dos quais 79 são servidores efetivos.

Os produtos e serviços previstos no modelo de negócios resultam da aplicação desses recursos aos macroprocessos institucionais, em consonância com a estratégia organizacional da AEB, perpassando os níveis estratégico, tático e setorial do PNAE e articulando-se com a atuação das entidades integrantes do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE. Tais entregas compreendem, entre outras, missões satelitais, bem como a ampliação, modernização e manutenção de infraestruturas

espaciais, que viabilizam o monitoramento do território nacional; o combate a incêndios florestais e ao desmatamento; a formação de capital humano; o desenvolvimento industrial; a gestão de riscos e desastres naturais; e o acesso autônomo ao espaço.

Esses resultados contribuem de forma direta para o desenvolvimento econômico, o fortalecimento da segurança e da soberania nacionais, o aumento da eficiência e da competitividade sistêmica do país, além de ampliar a projeção e a influência internacional do Brasil.

Figura 6 - Recursos Orçamentários e Outros



Fonte: DGSE/AEB

1.5 CADEIA DE VALOR

A AEB exerce suas atribuições e competências por meio da execução de um conjunto articulado de processos finalísticos e de apoio, alinhados às competências estabelecidas no [art. 3º da Lei nº 8.854/1994](#), que dispõe sobre sua criação como autarquia federal de natureza civil. Essas atribuições são operacionalizadas pelas unidades que integram a estrutura organizacional da Agência, conforme suas respectivas competências regimentais, expressas no [Anexo I do Decreto nº 11.192/2022](#).

Nesse contexto, a Figura 7 apresenta a cadeia de valor da AEB, evidenciando os principais processos por meio dos quais a organização gera e entrega valor à sociedade. No início da cadeia situam-se os macroprocessos de articulação institucional do setor espacial; gerenciamento das atividades espaciais; promoção da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico; e elaboração de normas, bem como a emissão de licenças e autorizações aplicáveis às atividades espaciais. Como resultados e valor público associado, esses macroprocessos viabilizam, respectivamente, o estabelecimento de parcerias estratégicas no Brasil e no exterior; a implementação de um programa espacial alinhado às demandas nacionais; o avanço da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento industrial e econômico; e a promoção de um ambiente regulatório que assegura a normatização, o licenciamento e a autorização das atividades espaciais.

Figura 7 - Cadeia de Valor



Fonte: DGSE/AEB

1.6 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

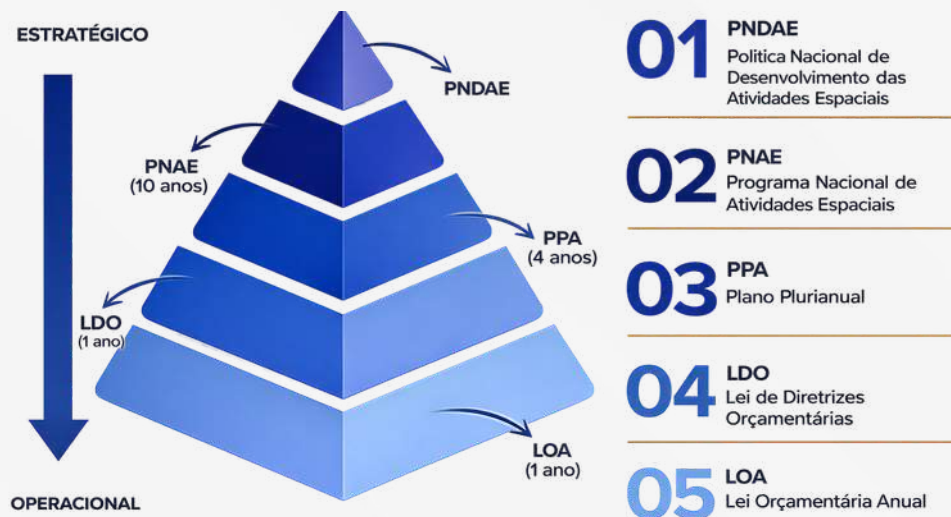
O arcabouço de planejamento do setor espacial civil brasileiro, conforme Figura 8, baseia-se em instrumentos que abrangem de forma integrada os níveis estratégico, tático e operacional. A Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais – PNDAE, instituída pelo [Decreto nº 1.332/1994](#), define objetivos e diretrizes estratégicas que fundamentam a formulação do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE.

A PNDAE, constituída como a política espacial do Brasil, tem como objetivo geral “promover a capacidade do País para, segundo conveniência e critérios próprios, utilizar os recursos e as técnicas espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira”. Para alcançar tal objetivo, a PNDAE define três objetivos específicos: (i) o estabelecimento de competência

1 VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

técnico-científica na área espacial, permitindo ao país atuar com autonomia na seleção de tecnologias, no desenvolvimento de soluções próprias e na utilização de informações espaciais; (ii) a promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais e infraestrutura de solo para fornecer serviços e informações relevantes ao Brasil; e (iii) a adequação do setor produtivo para participar e competir em mercados de bens e serviços espaciais.

Figura 8 - Planejamento do Setor Espacial



Fonte: DGSE/AEB

A PND AE ainda preconiza um conjunto de diretrizes que abrangem diversos aspectos do desenvolvimento do setor espacial, incluindo: priorizar soluções para problemas nacionais, concentrar esforços em programas mobilizadores, garantir resultados tangíveis para a sociedade, analisar criteriosamente os investimentos, promover cooperação internacional vantajosa, incentivar a participação da indústria nacional, otimizar recursos humanos e infraestrutura, capacitar em tecnologias estratégicas, adotar pragmatismo no

desenvolvimento de sistemas, valorizar a pesquisa científica, enfatizar aplicações espaciais em áreas essenciais, assegurar coerência entre programas autônomos, equilibrar objetivos tecnológicos, científicos e práticos, e observar normas sobre tecnologias de uso duplo. Além disso, a política reforça a importância da formação de recursos humanos, integração entre universidades e empresas, manutenção da infraestrutura e disseminação de informações técnico-científicas.

Segundo a PND AE, o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE é análogo ao que seria o Programa Espacial Brasileiro, sendo o conjunto das iniciativas para o período de 10 anos proposto pela AEB. Atualmente em sua quinta edição, o PNAE organiza-se com o objetivo de congregiar as diferentes iniciativas nacionais na área espacial. Em sua Dimensão Estratégica, o Programa define como Visão de Futuro "Ser o país sul-americano líder no mercado espacial".

Para alcançar essa Visão, o documento propõe ações para atender às necessidades da sociedade brasileira, utilizando as tecnologias espaciais como ferramentas transversais para diversas políticas públicas e atividades produtivas. Para tanto, o PNAE 2022-2031 preconiza uma estratégia estruturada em torno de sete Objetivos Estratégicos de Espaço – OEEs que visam atender às prioridades nacionais.

A Dimensão Tática, por sua vez, compreende os eixos de atuação que atendem à Dimensão Estratégica, bem como os direcionamentos que orientam as entregas e a sistemática de organização para os Programas Setoriais. Assim, o conjunto de

entregas previstas pelo PNAE 2022-2031 está constituído na Dimensão Setorial.

O Plano Plurianual (PPA 2027-2027) contempla o PNAE por meio do Programa Finalístico 2307 - Programa Espacial Brasileiro, que tem como objetivo geral “Ampliar a disponibilidade e competitividade de soluções espaciais na forma de produtos, serviços, infraestrutura e aplicações para atendimento às demandas da sociedade de forma autônoma e sustentada”. O Programa 2307 também prevê dois objetivos específicos e dois indicadores relacionados, conforme detalha a Tabela 1. Em 2025, a meta de 64,5% de avanço em rotas tecnológicas não foi alcançada por impacto de restrições de natureza orçamentárias e de pessoal.

As informações referentes à LOA 2025 serão detalhadas [no item 4.2](#).

Tabela 1 - Objetivos Específicos e Indicadores do Programa 2307 do PPA 2024-2027.

Objetivo específico	Indicador	Meta 2025	Valor 2025
Ampliar a entrega de produtos, serviços e aplicações espaciais para atender a demandas prioritárias da sociedade	Incremento do número de produtos, serviços e aplicações nacionais entregues	2 und	3 und
Buscar autonomia científica, tecnológica e operacional na área espacial	Percentual de avanço em rotas tecnológicas	64,5%	59,0%

Fonte: DGSE/AEB

1.7 AMBIENTE EXTERNO

A seguir relatam-se as principais variáveis ou fatores significativos externos, internacionais e nacionais, que impactam a gestão e afetam a capacidade da AEB de gerar valor em curto, médio e longo prazos.

Internacional

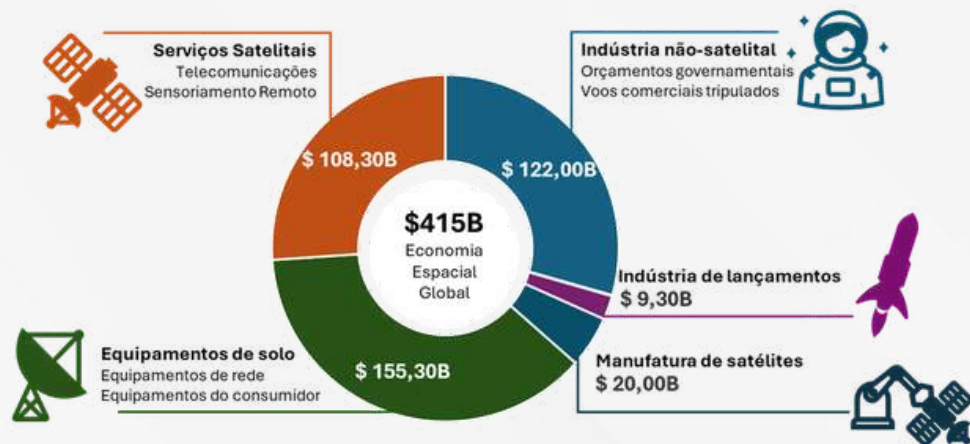
No cenário internacional, observa-se um ambiente de transformações tecnológicas disruptivas, alta competição geopolítica e uma crescente ênfase na sustentabilidade das atividades espaciais e na resposta a desafios globais. De acordo com o Fórum Econômico Mundial – FEM, a economia do setor espacial global, está projetada para atingir US\$1,8 trilhão (em dólares americanos) até 2035. Nesse total, incluem-se as receitas oriundas não só da indústria satelital, que envolve a manufatura e exploração comercial de satélites, foguetes e infraestruturas associadas, mas também as receitas de empresas de diversos setores que não existiriam sem o uso de sistemas espaciais, como, por exemplo, os serviços por aplicativos de entrega e de transporte urbano vastamente utilizados no cotidiano.

De acordo com a Bryce Tech, em 2024, a economia espacial global apresentou crescimento de 4%, alcançando uma receita total de US\$ 415 bilhões (Figura 9). O setor de satélites comerciais manteve sua posição de liderança, com US\$ 293 bilhões em receitas, o que correspondeu a 71% do mercado espacial mundial. A fabricação de satélites registrou expansão significativa, atingindo US\$ 20 bilhões, um aumento de 17% em relação ao ano anterior, com empresas norte-americanas respondendo por 69% das receitas globais. No

1 VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

segmento de lançamentos, foram realizados 259 lançamentos, dos quais 224 adquiridos comercialmente, resultando em receitas de US\$ 9,3 bilhões, um crescimento de 30% frente a 2023. Os serviços via satélite também se destacaram, com a receita de banda larga aumentando 29% e as assinaturas avançando 46%, enquanto o sensoriamento remoto cresceu 9%, levando a receita consolidada do setor a US\$ 108,3 bilhões. O segmento de solo manteve trajetória positiva, impulsionado pelo crescimento dos serviços globais de navegação por satélite – GNSS e dos equipamentos de rede, alcançando US\$ 155,3 bilhões em receitas, um incremento de 3% em relação ao ano anterior. Por fim, as atividades comerciais voltadas à sustentabilidade espacial registraram avanço expressivo, gerando aproximadamente US\$ 350 milhões em receitas, o que representa um crescimento estimado de 17% em 2024.

Figura 9 - Economia Espacial Global



Fonte: DGSE/AEB

Observou-se nos últimos anos um crescimento dos números de lançamentos e de satélites em operação. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o número de satélites operacionais em órbita mais que dobrou, passando de aproximadamente 3.300 no final de 2020 para mais de 6.700 em 2022, impulsionado principalmente pela implantação de megaconstelações comerciais de internet banda larga em órbita baixa da Terra – LEO.

Contudo, esse crescimento acelerado impõe ameaças significativas à sustentabilidade do setor e dos recursos orbitais. O desafio mais urgente é o acúmulo de lixo espacial, estimativas apontam para cerca de 25.000 objetos rastreáveis em órbita em 2022. De acordo com análises da OCDE, essa acumulação de detritos pode alcançar níveis capazes de desencadear uma reação em cadeia irreversível de colisões, tornando certas órbitas de grande valor socioeconômico inutilizáveis. Conter o crescimento de detritos e remover esses objetos da órbita terrestre exigirá ações público-privadas mais coordenadas em níveis nacionais, considerável cooperação internacional, desenvolvimento tecnológico e formulação de políticas inovadoras, apoiadas por novos instrumentos econômicos.

O setor espacial está se consolidando como um elemento essencial na abordagem de desafios globais, como mudanças climáticas, gestão de desastres e segurança alimentar. Mais de 180 missões espaciais civis estão operacionais para monitorar o clima e o meio ambiente, e organizações como o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior - UNOOSA e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, promovem

ativamente a colaboração internacional para a aplicação de Observação da Terra e posicionamento por satélite na agricultura, como na agricultura de precisão e no monitoramento de crises alimentares. O desenvolvimento de infraestrutura espacial também se espalha geograficamente, com uma tendência notável na criação de novos centros de lançamentos espaciais na África, Oriente Médio e América do Sul, o que indica uma diversificação dos atores e a crescente importância do setor para países em desenvolvimento.

Portanto, os diversos desafios globais representam, no contexto do setor espacial, além dos riscos existenciais, oportunidades para o estabelecimento de cooperação com parceiros que possuam desafios e objetivos similares aos do Brasil. Dessa forma, o país busca o protagonismo em âmbito regional, atendendo a visão de futuro do PNAE, e, ao mesmo tempo, viabilizando sistemas espaciais que exigem investimentos além das capacidades nacionais.

Nesse contexto, destaca-se a continuidade da parceria estratégica entre Brasil e China por meio do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres - CBERS, que, há mais de três décadas, contribui para o sensoriamento remoto e no monitoramento ambiental do território. Seus satélites fornecem imagens para o combate ao desmatamento e queimadas, subsidiando projetos importantes como o PRODES e o DETER.

Nacional

O ambiente externo da AEB em âmbito nacional é definido por uma confluência de desafios, como as mudanças climáticas, que exigem monitoramento sofisticado, restrições orçamentárias severas que

limitam o desenvolvimento de missões e projetos, e tensões geopolíticas que demandam ações estratégicas para se alcançar a autonomia tecnológica em um cenário de incerteza.

O Brasil enfrenta um contexto ambiental no qual o uso de sistemas e tecnologias espaciais se torna elemento cada vez mais indispensável para o monitoramento do território, a gestão de riscos e o apoio à formulação de políticas públicas. Informações consolidadas pelo AdaptaBrasil, ferramenta desenvolvida no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, indicam que, em 2025, dos 5.570 municípios brasileiros, 1.041 foram classificados com índices altos e muito altos de suscetibilidade a movimentos de massa, enquanto 1.513 apresentam níveis elevados de risco associados a inundações, enxurradas e alagamentos.

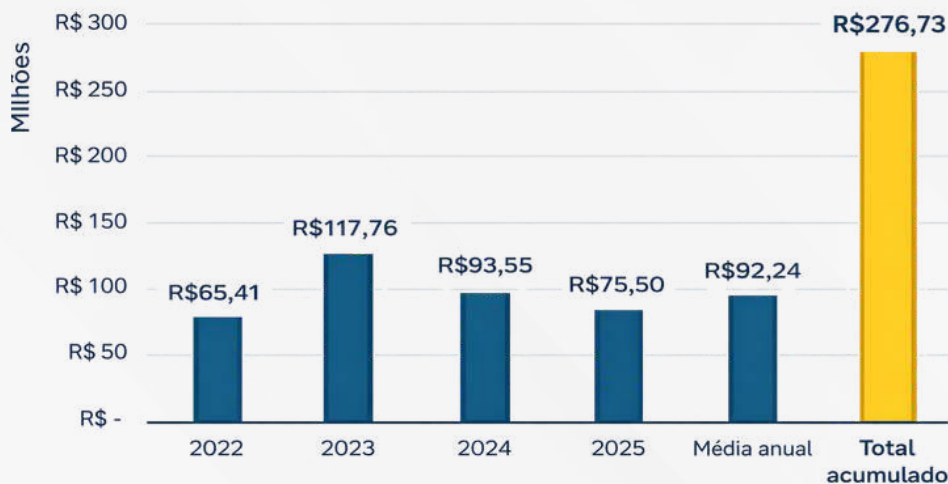
Diante desse cenário, as infraestruturas espaciais assumem papel estratégico na prevenção, no monitoramento e na resposta a crises ambientais. A identificação de áreas queimadas e de focos de calor por meio de imagens obtidas por satélites de sensoriamento remoto constitui instrumento essencial para o combate ao desmatamento ilegal e para a atuação coordenada do poder público. Dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima indicam que, no primeiro semestre de 2025, houve redução de 65,8% nas áreas queimadas e de 46,4% nos focos de calor em comparação com o mesmo período de 2024, resultado associado ao uso sistemático de informações provenientes de satélites no apoio às ações de fiscalização e controle ambiental.

Paralelamente, observa-se o fortalecimento institucional no setor espacial, com a sanção da Lei nº 15.083, de 2 de janeiro de 2025. A

referida norma instituiu a Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A. – ALADA, empresa estatal destinada ao desenvolvimento, à comercialização e à transferência de tecnologias aeroespaciais, bem como à exploração econômica da infraestrutura aeroespacial nacional. A iniciativa busca ampliar a autonomia tecnológica do País e reduzir dependências externas em áreas consideradas estratégicas para o Programa Espacial Brasileiro.

Não obstante a relevância ambiental, econômica e estratégica dos aspectos mencionados, o contexto fiscal vigente impõe restrições relevantes à ampliação dos investimentos no setor espacial. Em razão desse cenário restritivo, em 2025, o orçamento do PNAE 2022-2031, parcela do programa 2307 do PPA executada pela AEB, sofreu uma redução de quase 20% em relação ao exercício anterior (Figura 10).

Figura 10 - Dotação Atual PNAE

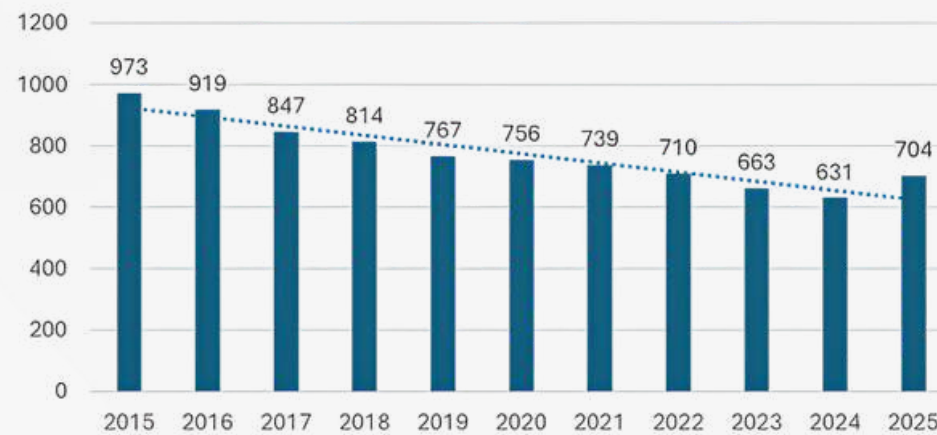


Fonte: DGSE/AEB

Além das restrições orçamentárias, o PEB enfrenta um cenário de redução do quadro de recursos humanos das organizações que compõem o SINDAE, sobretudo do INPE e do DCTA, conforme se demonstra nos gráficos das Figuras 11 e 12.

A Figura 11 apresenta a evolução do número de servidores das carreiras de Ciência e Tecnologia - C&T do INPE no período de 2015 a 2025. Observa-se uma tendência de redução contínua do quadro de pessoal entre 2015 e 2024, quando o total passa de 973 servidores (2015) para 631 servidores (2024). Em 2025, houve uma inflexão pontual, com recuperação para 704 servidores, indicando recomposição parcial após quase uma década de queda. Ainda assim, o contingente de 2025 permanece quase 28% inferior ao patamar observado em 2015, o que evidencia um processo prolongado de redução de recursos humanos, com impactos potenciais sobre a capacidade institucional do INPE.

Figura 11 - Quadro de Servidores do INPE



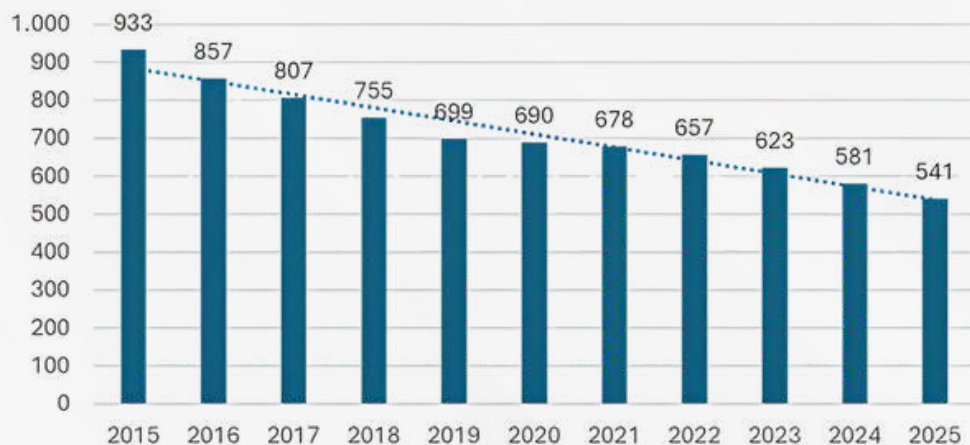
Fonte: DGSE/AEB

A Figura 12 apresenta a evolução do número de servidores das carreiras de Ciência e Tecnologia - C&T do IAE, CLA, CLBI e IFI, Organizações Militares – OM do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA no período de 2015 a 2025. Observa-se uma tendência de queda ao longo da última década, com redução de mais de 42% do contingente, de 933 servidores em 2015 para 541 servidores em 2025. Esse quadro evidencia o processo de redução do efetivo do DCTA, que resulta em um enfraquecimento estrutural do corpo técnico, com potenciais impactos sobre a capacidade institucional de condução de atividades estratégicas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e apoio ao Programa Espacial Brasileiro.

1.8 MATERIALIDADE

Os temas e informações apresentados neste relatório integrado foram incluídos a partir da relevância e da relação com a capacidade da AEB de gerar valor à sociedade e com os objetivos estratégicos da organização e do setor espacial brasileiro.

Figura 12 - Quadro de Servidores do DCTA



Fonte: DGSE/AEB



2

**RISCOS,
OPORTUNIDADES E
PERSPECTIVAS**

2.1 GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos assume papel estratégico na promoção da estabilidade institucional, ao contribuir para a prevenção de ocorrências indesejadas, qualificar o processo decisório e garantir a continuidade das atividades organizacionais. Por meio de uma metodologia estruturada de identificação, avaliação e tratamento dos riscos, a instituição mitiga incertezas e amplia a probabilidade de cumprimento de seus objetivos.

Entre seus principais resultados está a capacidade de antecipar cenários adversos e favoráveis, permitindo reconhecer ameaças e oportunidades antes que produzam impactos na Agência. Esse monitoramento contínuo favorece decisões mais consistentes, fundamentadas em análises técnicas e em cenários prospectivos, o que fortalece a atuação estratégica.

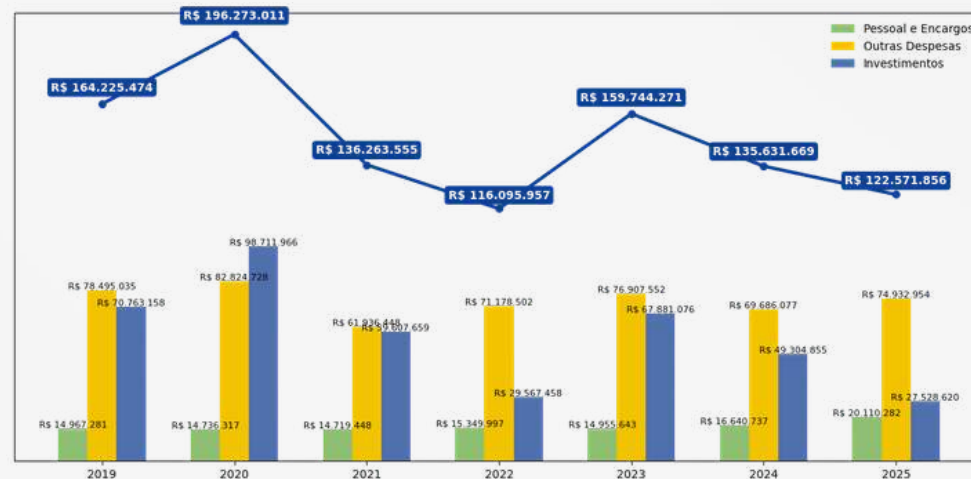
A Gestão de Riscos também repercute diretamente na eficiência operacional, ao racionalizar recursos, reduzir falhas, minimizar retrabalhos e aperfeiçoar fluxos internos. Contribui, ainda, para o atendimento às normas e aos regulamentos aplicáveis, assegurando aderência à legislação e às boas práticas de governança.

Para além de um procedimento formal, trata-se de um instrumento de fortalecimento da cultura organizacional, estimulando postura proativa, responsabilidade compartilhada e compromisso institucional. Quando incorporada de forma consistente, a Gestão de Riscos converte desafios em vetores de melhoria, amplia a capacidade de resposta da instituição e sustenta seu desenvolvimento contínuo e responsável.

No exercício de 2025, mantiveram-se em destaque os dois fatores com potencial risco para influenciar de maneira relevante a atuação da AEB: 1) o cenário orçamentário do Programa 2307 (Programa Espacial Brasileiro) que abrange, inclusive, despesas com pessoal e custeio da Agência; e 2) as limitações relacionadas ao quadro de pessoal.

O Gráfico 2 mostra, no período, retração na evolução dos recursos em comparação com exercícios anteriores, circunstância que impõe condicionantes à ampliação e à consolidação de iniciativas estratégicas.

Gráfico 2 - Evolução do Orçamento da AEB de 2016 a 2025



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

Na área dos recursos humanos, apesar das nomeações efetivadas ao longo de 2025, o déficit de pessoal permanece como ponto de atenção. As demandas institucionais seguem em patamar elevado e com tendência de crescimento, o que acentua a pressão sobre as equipes e restringe a capacidade de resposta às demandas da AEB. Tal cenário repercute, especialmente, nas atividades de formulação e coordenação de políticas públicas do setor espacial, na articulação interinstitucional e nas ações voltadas ao fortalecimento da economia espacial.

A necessidade de recomposição de pessoal no setor espacial brasileiro já foi examinada em instâncias governamentais, a exemplo do Grupo Técnico instituído no âmbito do Comitê para Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro – CDPEB, nos termos da Resolução nº 24, de 15 de junho de 2018, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI. O relatório final, aprovado em novembro de 2020, apresentou proposta de recomposição do quadro do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA, da AEB e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, evidenciando o reconhecimento institucional quanto à necessidade de fortalecimento da capacidade técnica do setor.

Nesse contexto, a identificação e a avaliação dos riscos e das oportunidades associados à disponibilidade orçamentária e à capacidade operacional mostram-se essenciais para subsidiar o planejamento estratégico e orientar a definição de prioridades. A análise estruturada desses elementos contribui para maior compreensão dos desafios estruturais existentes e para a

construção de alternativas que promovam maior estabilidade, eficiência e sustentabilidade na execução do Programa Espacial Brasileiro.

2.2 OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Em dezembro de 2024, a AEB deu início a uma iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento de seu quadro técnico-profissional, com a publicação do edital de concurso público. O certame, cuja autorização já vinha sendo pleiteada junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, representou o primeiro passo para a recomposição e ampliação da capacidade institucional.

À época, foram solicitadas 78 vagas (sendo 43 para Tecnologista e 35 para Analista em Ciência e Tecnologia) evidenciando a necessidade de ampliação significativa do corpo técnico especializado. Contudo, houve autorização inicial para o provimento de 30 vagas de nível superior, distribuídas igualmente entre 15 vagas para Analista em Ciência e Tecnologia e 15 para Tecnologista, formalizadas por meio do Edital nº 1 – AEB, de 27 de dezembro de 2024, quantitativo correspondente a aproximadamente 39% do total pleiteado.

Todas as etapas do certame foram realizadas no exercício de 2025, e, no último bimestre, 30 novos profissionais foram nomeados, passando a integrar o quadro da Agência. A incorporação desses servidores representa um avanço na recomposição da força de trabalho e contribui para o fortalecimento das atividades técnicas, científicas e administrativas desenvolvidas pela instituição.

Não obstante o impacto positivo das nomeações, permanece a necessidade de ampliação do quadro, considerando o volume e a complexidade crescentes das demandas institucionais. Nesse sentido, há expectativa quanto à convocação de candidatos aprovados no cadastro de reserva do certame, medida que poderá contribuir de forma adicional para suprir as lacunas existentes e mitigar os riscos associados à insuficiência de pessoal.

A realização do concurso e a efetivação das nomeações reafirmam a centralidade do investimento em capital humano para o cumprimento das atribuições legais da AEB. Ainda que o quantitativo autorizado tenha sido inferior ao originalmente solicitado, o processo representa um avanço na consolidação da capacidade técnica da Agência e na sustentação de seus projetos estratégicos.



3 GOVERNANÇA DO SETOR ESPACIAL

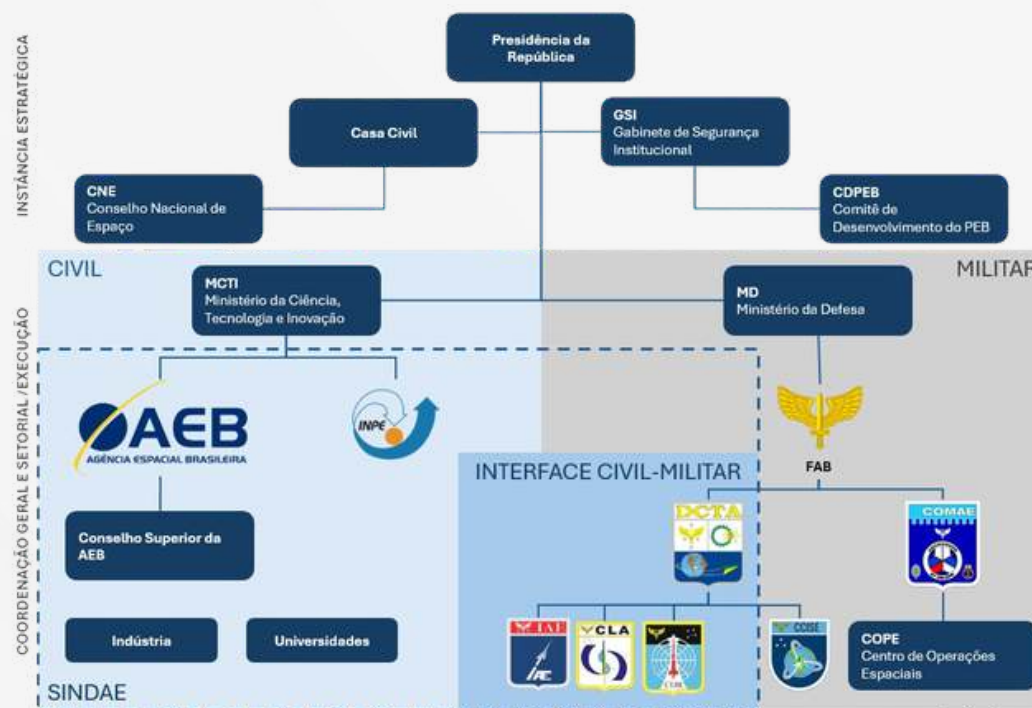
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO SETOR ESPACIAL

Conforme estabelecido pela [Lei nº 14.946/ 2024](#), as atividades espaciais no Brasil são classificadas em duas categorias: atividades de defesa e atividades civis. As atividades espaciais de defesa são conduzidas para fins de segurança ou defesa nacional, sendo regulamentadas e fiscalizadas pelo Comando da Aeronáutica, que exerce o papel de autoridade espacial de defesa neste contexto. Por outro lado, as atividades espaciais civis são aquelas que não se enquadram no conceito de defesa e ficam sob responsabilidade regulatória e fiscalizadora da AEB.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, sob responsabilidade da AEB, abrange o domínio civil das atividades espaciais, coadunando-se com as atividades de defesa coordenadas pelo Comando da Aeronáutica.

A Figura 13 apresenta a estrutura das principais instituições civis e militares que participam do PEB.

Figura 13 - Diagrama com Estrutura de Governança



Fonte: DGSE/AEB

Os principais atores do PNAE incluem órgãos governamentais, instituições civis e militares, setor privado, universidades e institutos de pesquisa.

O Conselho Nacional do Espaço – CNE, criado pelo [Decreto nº 11.224/ 2022](#), é a principal instância de governança do setor espacial. Como um órgão de assessoramento ao Presidente da República, tem a atribuição de estabelecer os parâmetros gerais relativos à formulação, ao acompanhamento e à avaliação da Política Espacial Brasileira, além de tratar de cooperações internacionais estratégicas. O CNE exerce suas competências em coordenação com Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro – CDPEB.

O CDPEB, instituído pelo [Decreto nº 9.839/2019](#), é um órgão de assessoramento ao Presidente da República com a finalidade de fortalecer o Programa Espacial Brasileiro a partir da formulação de propostas sobre: (I) os subsídios necessários à potencialização do Programa Espacial Brasileiro; (II) o desenvolvimento e a utilização de tecnologias aplicáveis ao Setor Espacial Brasileiro, nos segmentos de infraestrutura de lançamentos, veículos lançadores e artefatos orbitais e suborbitais; e (III) a supervisão da execução das medidas necessárias à potencialização do Programa Espacial Brasileiro.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI tem a “política espacial” como uma de suas áreas de competência (art. 1º, inciso V do [Decreto nº 11.493/2023](#)).

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI tem a atribuição de “propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à implementação de políticas para a incorporação de tecnologias que potencializem o setor espacial”. O MCTI coordena as atividades espaciais através de sua estrutura organizacional que inclui a AEB e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Compete ao INPE, que integra a estrutura organizacional do MCTI, “realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de pessoas” em ciência espacial.

O Conselho Superior da AEB, estabelecido pela lei de criação da AEB e definido no [Decreto nº 11.192/2022](#) como um órgão colegiado, possui um papel importante na governança do PNAE. De caráter deliberativo, o Conselho é responsável por orientar a atuação da AEB e a política espacial brasileira como um todo, uma vez que lhe compete: (I) apreciar as propostas de atualização da política espacial para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações; (II) emitir diretrizes para a elaboração do programa espacial; (III) apreciar anualmente o relatório de execução das atividades da AEB; (IV) apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE; (V) subsidiar a definição do posicionamento brasileiro em foros internacionais sobre assuntos de interesse da área espacial; (VI) aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas para o processo de licenciamento das atividades espaciais; e (VII) deliberar sobre outras matérias, por iniciativa do Presidente da AEB.

O SINDAE, estabelecido pelo [Decreto nº 1.953/1996](#), tem como objetivo principal organizar e articular as diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento espacial no Brasil. Funciona como um mecanismo de coordenação e colaboração entre diferentes órgãos governamentais, entidades e o setor privado, visando o desenvolvimento e a utilização do espaço exterior para fins pacíficos e em benefício da sociedade brasileira.

Órgão central do SINDAE, a AEB, estabelecida pela [Lei nº 8.854/1994](#), compete executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, propor suas diretrizes e implementar as ações decorrentes, além de sugerir atualizações dessa política e orientar sua consecução. Também é responsabilidade da AEB elaborar e atualizar o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, incluindo a definição das respectivas propostas orçamentárias, assegurando a continuidade e o fortalecimento das iniciativas estratégicas do setor espacial nacional.

O papel do Ministério da Defesa – MD no PNAE é complementar ao do MCTI, atuando na gestão do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE, que complementa o PNAE “ao fornecer satélites com capacidade adequada para apoiar as missões das Forças Armadas e viabilizar melhorias concretas na vida da população”. O MD ainda tem atuação no contexto do PNAE por meio do Comando da Aeronáutica – COMAER, com a atribuição de “regulamentar e fiscalizar as atividades espaciais relacionadas à Segurança e à Defesa Nacional” e “autorizar a realização de qualquer voo de veículo lançador no espaço aéreo brasileiro”. O MD também

“poderá monitorar a recepção e a distribuição de dados espaciais sensíveis para a segurança nacional”.

O Estado-Maior da Aeronáutica – EMAER é o órgão da Força Aérea Brasileira – FAB responsável por planejar e emitir diretrizes para o preparo e emprego da FAB, visando ao cumprimento de sua missão constitucional, como o planejamento da organização militar, a mobilização e a utilização das forças aéreas, e a interação com o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. Suas atribuições incluem orientar, monitorar e avaliar o sistema de acompanhamento institucional do Comando da Aeronáutica e fornecer linhas de ação estratégica para o Comandante da Aeronáutica.

Essencial no contexto do SINDAE, o MD desempenha um papel análogo ao do MCTI. Sua atuação no SINDAE ocorre principalmente através das Organizações Militares subordinadas ao MD, ao COMAER e ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA:

- Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE: Organização Militar subordinada ao DCTA, localizado no Estado de São Paulo, é responsável pelo desenvolvimento de veículos orbitais, suborbitais e tecnologias associadas.
- Centro de Lançamento de Alcântara - CLA: Organização Militar subordinada ao DCTA, localizada no Estado do Maranhão, realiza operações de lançamento de veículos orbitais e suborbitais e opera como estação de rastreamento e telemetria.

- Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI: Organização Militar subordinada ao DCTA, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, realiza operações de lançamento de veículos suborbitais e opera como estação de rastreamento e telemetria.
- Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI: Organização Militar subordinada ao DCTA. Localizado no Estado de São Paulo, sua missão é colaborar na garantia do desempenho, da segurança e da disponibilidade de produtos e sistemas aeroespaciais.

Além das OM citadas, o Centro de Operações Espaciais – COPE, OM subordinada ao Comando de Operações Aeroespaciais – COMAE, com instalações em Brasília e Rio de Janeiro, tem como missão operar, controlar e monitorar operações de satélites militares. Atua também em atividades de Space Awareness Situation – SSA voltadas à vigilância, ao monitoramento e à compreensão do ambiente espacial.

O setor industrial aeroespacial atua como executor participante no SINDAE e é fundamental para a manufatura e fornecimento de sistemas espaciais, bens e serviços associados. O PNAE busca promover a participação do setor privado e estimula o empreendedorismo na área espacial. Empresas e startups focadas em nichos como desenvolvimento de pequenos satélites, componentes espaciais, serviços de lançamento de pequeno porte, processamento

e análise de dados de satélite e serviços baseados em localização e observação da Terra tem o município de São José dos Campos como um dos principais polos para essas empresas.

No contexto do PNAE, universidades e institutos de pesquisa atuam em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e são responsáveis pela formação de recursos humanos especializados para o setor espacial. O PNAE busca criar condições para o desenvolvimento de expertise em processos e produtos com alto nível de conteúdo tecnológico nestas instituições, contribuindo para a manutenção e fortalecimento de equipes de pesquisa orientadas para atividades espaciais. A integração entre academia e indústria é incentivada no PNAE.

3.2 ESTRATÉGIA DO SETOR ESPACIAL

Atualmente, o planejamento do Setor Espacial Brasileiro é sustentado por dois instrumentos principais: a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE, que define diretrizes estratégicas no nível de política pública, e o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, que conecta essas diretrizes da política ao nível tático por meio de um conjunto de entregas à sociedade. Para fortalecer esse arcabouço, o PNAE 2022-2031 propõe a criação de uma instância intermediária que materialize a estratégia do setor: a Estratégia Nacional de Espaço – ENE. Nesse novo arranjo, a ENE servirá como base para a formalização definitiva do Programa Espacial Brasileiro – PEB como um instrumento de nível tático. A visão de futuro prevista na Dimensão Estratégica do PNAE é:

“Ser o país sul-americano líder no mercado espacial”. Para se alcançar tal visão, propõe-se sete Objetivos Estratégicos de Espaço – OEEs, que buscam direcionar o Setor Espacial Brasileiro para agendas específicas, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 - Objetivos Estratégicos de Espaço do PNAE 2022-2031

OEE.1	Estabelecer, desenvolver e manter um Programa Espacial Brasileiro de Estado, com garantia de recursos de curto, médio e longo prazos
OEE.2	Promover o atendimento efetivo às necessidades da sociedade e do Estado em geral
OEE.3	Desenvolver a indústria nacional de maneira a consolidá-la competitivamente nos mercados de bens e de serviços espaciais e a gerar benefícios socioeconômicos ao País
OEE.4	Estimular negócios e empreendedorismo no setor privado nacional para o desenvolvimento e para a utilização de bens e de serviços espaciais
OEE.5	Fomentar o desenvolvimento de competências científica, tecnológica e de inovação para o setor espacial
OEE.6	Garantir a não dependência no desenvolvimento e no controle dos sistemas espaciais nacionais
OEE.7	Consolidar de forma ativa, em todos os setores da sociedade, o entendimento sobre os benefícios diretos e indiretos, existentes e potenciais, do setor espacial para o Brasil

Fonte: PNAE 2022-2031

3.3 APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO SETOR ESPACIAL À CAPACIDADE DA AEB DE GERAR VALOR

A estrutura de governança do setor espacial brasileiro fortalece a capacidade da AEB de gerar valor para a sociedade ao garantir alinhamento estratégico e coordenação entre diferentes atores e em diferentes instâncias. O Conselho Nacional do Espaço – CNE, como instância máxima de governança, estabelece parâmetros para formulação e avaliação da Política Espacial Brasileira, de

modo a garantir que as ações do Estado sejam coerentes e orientadas para resultados concretos que beneficiem o país.

De forma complementar, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro – CDPEB e o Conselho Superior da AEB desempenham papéis essenciais na materialização dessas diretrizes. O CDPEB formula propostas técnicas para fortalecer o Programa Espacial Brasileiro, enquanto o Conselho Superior orienta a atuação da AEB e a política espacial. Essa governança colegiada permite que decisões sejam tomadas com base em critérios técnicos e estratégicos, envolvendo

governo, comunidade científica e setor industrial, o que amplia a legitimidade e a efetividade das ações.

O Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE integra órgãos governamentais e setor privado, promovendo cooperação para uso pacífico do espaço e execução coordenada das atividades espaciais. A AEB, como órgão central do SINDAE, articula políticas e programas, assegurando que investimentos e projetos sejam direcionados para gerar benefícios socioeconômicos, como inovação tecnológica, fortalecimento da indústria nacional e aplicações espaciais em áreas essenciais para a sociedade. Essa estrutura integrada permite otimizar recursos, reduzir redundâncias e ampliar o impacto das iniciativas espaciais no desenvolvimento nacional.

3.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2025, a AEB organizou e conduziu a participação brasileira nos principais fóruns multilaterais e iniciativas globais relacionados ao espaço, como BRICS, COPUOS/ONU, SELM, ISECG, Space4Ocean Alliance, IILA e IAC, e articulou instrumentos de cooperação com agências e organizações internacionais.

Essas ações reforçam o compromisso brasileiro com o uso pacífico do espaço e em benefício da sociedade, a sustentabilidade das atividades espaciais, alinhando-se às melhores práticas globais. Listam-se a seguir os principais destaques da atuação da AEB no contexto da

cooperação internacional em 2025:

- Planejamento e coordenação da participação brasileira nos fóruns multilaterais de 2025 ligados ao espaço (Committee on the Peaceful Uses of Outer Space - COPUOS – plenária e reuniões sobre atividades lunares sustentáveis; discussões sobre Long Term Sustainability - LTS e recursos espaciais.
- Participação no [IV Encontro das Agências Espaciais dos Países-Membros da Organização Internacional Ítalo-Latino-Americana \(IILA\)](#), realizado em Roma entre 3 e 6 de junho de 2025, em colaboração com a Agência Espacial Italiana – ASI. O evento promoveu a cooperação internacional no uso de tecnologias espaciais voltadas ao desenvolvimento sustentável na América Latina.

Figura 14 - IV Encontro das Agências Espaciais dos Países-Membros da Organização Internacional Ítalo-Latino-Americana



Fonte: ACI/AEB

- Na 6ª edição do Space Economy Leaders Meeting (SELM), realizada em setembro de 2025, em Hermanus, África do Sul. O encontro, que reuniu líderes das economias espaciais do G20 sob o tema “O espaço como catalisador para o desenvolvimento econômico global inclusivo”, destacou a importância de alinhar políticas espaciais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e de ampliar a participação de mulheres, jovens e comunidades historicamente sub-representadas. A participação da AEB fortaleceu o diálogo internacional e reafirmou o papel estratégico do Brasil como protagonista em iniciativas espaciais voltadas à inovação, inclusão e sustentabilidade.

Figura 15 - 6ª Edição do Space Economy Leaders Meeting - SELM



Fonte: ACI/AEB

- Participação na 76ª edição do Congresso Internacional de Astronáutica – IAC 2025, realizado em Sydney, Austrália, entre 29 de setembro e 3 de outubro, sob o tema “Espaço Sustentável: Terra Resiliente”. O evento reuniu líderes globais para discutir inovação, cooperação e sustentabilidade no setor espacial, abordando aplicações para a Terra, atividades espaciais sustentáveis e a vida além do planeta Terra. A presença da delegação brasileira fortaleceu o diálogo com agências, universidades e empresas, promoveu o Programa Espacial Brasileiro e reafirmou o compromisso do país com um espaço mais inclusivo e inovador. Além da participação de representantes da AEB na reunião de Ministros e Parlamentares – MMoP, evento paralelo ao IAC, a delegação brasileira contou também com a presença de 3 Senadores da República e 5 Deputados Federais, o que destaca o papel do Brasil na diplomacia parlamentar e na sensibilização de tomadores de decisão sobre os benefícios da exploração espacial para a sociedade.

Figura 16 - 76ª Edição do Congresso Internacional de Astronáutica – IAC 2025



Fonte: ACI/AEB

- Adesão à Aliança [Space4Ocean](#), uma iniciativa global, liderada pela Agência Espacial Francesa – CNES e lançada na Conferência Oceânica da ONU em 2025, cujo propósito é conectar o setor espacial da com a comunidade marinha e oceânica, por meio de tecnologias e dados de satélite. A proposta visa promover a conservação e gestão dos oceanos, combater a poluição, monitorar a biodiversidade e apoiar as nações vulneráveis como Pequenos Estados Insulares e Países Menos Desenvolvidos.
- [Acordo Brasil e França](#), firmado em outubro de 2025, para desenvolver uma base de balões estratosféricos em Palmas - TO, iniciativa liderada pela AEB em parceria com o CNES. O projeto visa ampliar pesquisas atmosféricas e aplicações espaciais, utilizando balões para monitoramento ambiental e experimentos em condições próximas às do espaço. A escolha de Palmas reflete vantagens geográficas e potencial de integração regional, consolidando o protagonismo do Brasil em projetos espaciais sustentáveis e reforçando a importância da cooperação científica e tecnológica para inovação e desenvolvimento.
- Atuação na [COP30 Brasil Amazônia](#), realizada em novembro de 2025 em Belém (PA). Durante a Conferência, a AEB enfatizou a importância das tecnologias espaciais na mitigação das mudanças climáticas. A Sessão Espaço, organizada pela Agência, apresentou iniciativas de uso de dados abertos de satélites, incluindo a cooperação Brasil-China no programa CBERS, voltadas ao monitoramento ambiental e ao combate ao desmatamento. Também foram discutidas soluções para ampliar a cooperação internacional e fortalecer a resiliência climática, com destaque para aplicações em monitoramento de florestas, carbono, água e uso da terra. A participação da AEB evidenciou o papel estratégico do setor espacial brasileiro no apoio às políticas públicas de sustentabilidade e preservação ambiental.
- Realização, em parceria com a Philippine Space Agency – PhilSA, do webinar internacional “Blue Horizons”, no âmbito do Memorando de Entendimento firmado entre as duas agências. O evento reuniu especialistas do Brasil e das Filipinas para discutir o uso de tecnologias espaciais e geoespaciais aplicadas à conservação e ao monitoramento de ecossistemas costeiros e marinhos, como manguezais, estuários e recifes de corais. Inspirada no conceito brasileiro da “Amazônia Azul”, a iniciativa fortaleceu o intercâmbio técnico-científico bilateral, destacou o papel estratégico dos dados de satélite na gestão sustentável das águas territoriais e fomentou a construção de soluções conjuntas voltadas à proteção da biodiversidade marinha, à segurança alimentar e ao uso pacífico do espaço, com impactos positivos nos oceanos Atlântico Sul e Pacífico.
- Coordenação das atividades espaciais sob a égide da Presidência brasileira do BRICS em 2025. O Brasil sediou, em Brasília, a Reunião dos Chefes das Agências Espaciais dos países membros, sob coordenação da Agência Espacial Brasileira. O encontro teve como objetivo aprofundar a cooperação técnico-científica e avançar em discussões estratégicas relacionadas ao uso pacífico do espaço, incluindo propostas conjuntas para a COP30, implementação do Acordo

de Cooperação da Constelação de Satélites de Sensoriamento Remoto do BRICS e iniciativas voltadas à ciência, educação e redução de assimetrias tecnológicas entre os países do grupo. As discussões também contemplaram aspectos institucionais, como a viabilidade de criação de um BRICS Space Council, reforçando o papel do Brasil na promoção da coesão, da governança e da eficiência da cooperação espacial no âmbito do bloco.

- Realização, de forma híbrida, do Seminário de Intercâmbio das Agências Espaciais do BRICS sobre as Diretrizes de Sustentabilidade das Atividades Espaciais a Longo Prazo – LTS, estabelecidas no âmbito do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior – COPUOS. O evento reuniu especialistas das agências espaciais dos países membros para o compartilhamento de experiências, boas práticas e perspectivas sobre a implementação das diretrizes, com foco na redução de assimetrias intragrupo, no fortalecimento de capacidades e na promoção do uso sustentável do espaço exterior. A iniciativa reforçou os pilares da Presidência Pro Tempore brasileira no BRICS, como sustentabilidade espacial e redução de desigualdades tecnológicas e destacou o protagonismo do Brasil em temas como governança espacial, conscientização sobre atividades espaciais e integração entre agendas espaciais e ambientais.
- Em dezembro de 2025, destaca-se a participação da AEB no “[Global New Space Forum](#)” em Seul na Coreia do Sul. O evento foi coorganizado pela Administração Aeroespacial da Coreia – KASA e o Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia - MOFA. O fórum discutiu a importância da cooperação

internacional em diversos setores da indústria espacial, o que incluiu visões e estratégias voltadas ao transporte espacial, ecossistema de satélites, serviços e exploração espaciais.

Figura 17 - Acordo Brasil e França



Fonte: ACI/AEB

Figura 18 - COP30



Fonte: ACI/AEB

Figura 19 - Global New Space Forum



Fonte: ACI/AEB

3.5 RESULTADOS DOS PRINCIPAIS PROJETOS, INICIATIVAS E AÇÕES FINALÍSTICAS DA AEB

Em 2025, a Agência Espacial Brasileira consolidou avanços significativos no âmbito do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE 2022-2031 por meio da execução de iniciativas estruturantes, missões espaciais e de projetos e ações voltados à ampliação da capacidade nacional de acesso ao espaço, ao desenvolvimento de competências e à manutenção e aprimoramento das infraestruturas do PEB.

Iniciativas Estruturantes do PNAE 2022-2031

As iniciativas estruturantes do PNAE 2022-2031 visam consolidar as

bases do Setor Espacial Brasileiro, abrangendo áreas como desenvolvimento de competências, infraestrutura e aplicações, acesso ao espaço e missões espaciais. A seguir, serão apresentados os avanços dessas iniciativas em 2025, destacando produtos e resultados gerados e contribuições para o fortalecimento do setor espacial no país.

Procedimento para Seleção e Adoção de Missões Espaciais

O Procedimento para Seleção e Adoção de Missões Espaciais – ProSAME tem como objetivo selecionar propostas para compor a carteira de execução do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE. Em 2025, a AEB aprovou a [adoção oficial da Constelação Catarina](#). A decisão, tomada durante a sétima reunião ordinária do ProSAME, consolida o projeto como prioridade nacional e reconhece sua maturidade tecnológica, relevância estratégica e plena viabilidade programática. No próximo exercício estão previstas duas reuniões ordinárias do ProSAME, quando novas propostas poderão ser selecionadas para a carteira de execução.

Centro Espacial de Alcântara – CEA

Ao longo do ano, no âmbito desta iniciativa, realizou-se a atualização e modernização de infraestruturas operacionais e de apoio à operação no Centro de Lançamento de Alcântara, incluindo prédios de integração, telemetria e telemetria, sistemas de rastreamento e comunicação. Por meio desta iniciativa, busca-se maior confiabilidade e disponibilidade dos sistemas críticos do CEA, garantindo a continuidade das operações e da exploração comercial de lançamentos a partir do território nacional.

Nesse contexto, em dezembro de 2025, foi realizada a Operação Spaceward, lançamento do veículo HANBIT-Nano, da empresa sul-coreana Innospace, realizado a partir do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, no Maranhão, que transcorreu de forma regular e segura em todas as etapas sob responsabilidade brasileira, com sistemas de solo, infraestrutura e protocolos operando conforme o planejado. Apesar da [ocorrência de uma anomalia no veículo HANBIT-Nano](#) cerca de 30 segundos após o lançamento, que levou à perda da missão, a operação marcou um avanço histórico por se tratar do primeiro lançamento comercial realizado no território nacional, evidenciando a maturidade operacional do CEA e sua importância estratégica. Estavam a bordo oito cargas úteis, sendo sete brasileiras e uma estrangeira com destaque para os satélites apoiados pela AEB como o FloripaSat-2A e FloripaSat-2B, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o sistema de navegação inercial SNI-GNSS, desenvolvido por empresas brasileiras, e o satélite educacional PION-BR2 – Cientistas de Alcântara, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA em parceria com a AEB, além de outras cargas acadêmicas e tecnológicas. As cargas úteis somaram cerca de 18 quilos e envolveram universidades, institutos de pesquisa e empresas nacionais.

Figura 20 - Centro Espacial de Alcântara



Fonte: DGSE/AEB

Programa Incuba Espaço

O Programa Incuba Espaço visa a reforçar o empreendedorismo privado no contexto das atividades espaciais nacionais por meio de parcerias com incubadoras tecnológicas nacionais e internacionais. Em 2025, a AEB por meio de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, [lançou edital](#) para contratação de parque tecnológico especializado em inovação. O Parque de Inovação Tecnológica São José dos Campos – PIT, instituição selecionada, será responsável por planejar, implementar e gerenciar a incubação de startups voltadas ao desenvolvimento de soluções baseadas em dados satelitais. Para 2026, estão previstas a seleção e incubação de startups, consolidando um ecossistema espacial inovador e competitivo no país.

Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara – PDI-CEA

No âmbito do [Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara - PDI-CEA](#), em 2025, a AEB promoveu, em parceria com diversos atores locais - SENAI/MA, Prefeitura Municipal de Alcântara, IEMA, IFMA, CLA e UFMA, ações voltadas à capacitação técnica e em áreas relacionadas à ciência e tecnologia espacial. Foram realizados cursos profissionalizantes, com a formação de 35 profissionais, além de palestras educacionais que alcançaram 840 estudantes de 18 escolas públicas, visitas de alunos da rede pública ao Centro de Lançamento de Alcântara e eventos como a Gincana do Conhecimento Aeroespacial, com mais de 250 participantes. O programa também contemplou ações estruturantes, como a elaboração do Plano Diretor do Município, melhorias em agrovilas, monitoramento da qualidade da água e atividades culturais, como o Cine AEB, que realizou sessões itinerantes de

cinema educativa com temática espacial, beneficiando mais de 700 pessoas em Alcântara.

Figura 21 - Gincana do Conhecimento Aeroespacial



Fonte: DGSE/AEB

Programa Constelação Catarina

A [Constelação Catarina](#), uma iniciativa estruturante e um programa setorial do PNAE, consiste em um conjunto de sistemas espaciais que se baseia no uso de nanossatélites para prover serviços de coleta de dados ambientais, atmosféricos e de observação da Terra. Em 2025, a iniciativa avançou com a integração e testes ambientais de dois satélites da constelação, além da preparação de documentação técnica para contratação do lançamento. O projeto envolve parcerias com UFSC e SENAI/SC e visa, dentre outros objetivos, a capacitação técnica de recursos humanos e o fortalecimento da indústria nacional. A constelação permitirá o monitoramento ambiental e climático, fornecendo dados para políticas públicas e pesquisas científicas. A previsão é lançar parte da frota até o final de 2026, com início da operação em 2027.

Mapeamento das Tecnologias Espaciais Brasileiras

O [Mapeamento das Tecnologias Espaciais Brasileiras](#) – MapTec avançou em 2025 com a consolidação de sua metodologia e base de dados. A iniciativa realizou capacitação em linguagens de programação e bancos de dados, desenvolveu procedimentos para prospecção e classificação de tecnologias, bem como a criação de procedimentos para estimativa de maturidade tecnológica – TRL-MapTec, e implementou métodos de prospecção em bases de patentes e fontes secundárias. Entre os principais resultados, destacam-se a criação de uma base de dados com mais de 1.000 tecnologias cadastradas, documentos técnicos e um artigo científico sobre a metodologia TRL-MapTec. A iniciativa contribui para identificar capacidades e lacunas tecnológicas, apoiar políticas de fomento e fortalecer a base tecnológica nacional, suportando a tomada de decisões estratégicas para o setor espacial brasileiro.

Programa UNIESPAÇO

O Programa UNIESPAÇO tem como objetivo fortalecer a integração entre universidades e o setor espacial brasileiro, promovendo pesquisa aplicada e formação de capital humano qualificado. Em 2025, a iniciativa avançou na reestruturação normativa e na articulação institucional para execução de projetos selecionados na Chamada Pública [CNPq/AEB/MCTI/FNDCT nº 20/2022](#), que aprovou 60 projetos voltados à ciência e tecnologia espacial. O programa busca consolidar redes de cooperação acadêmica, estimular a inovação e ampliar a capacidade nacional em pesquisa e desenvolvimento.

Programa Artemis

O Programa Artemis é uma iniciativa internacional liderada pela NASA, com participação do Brasil, que busca promover uma missão tripulada à Lua e, futuramente a Marte. Em 2025, o Brasil avançou na cooperação científica e tecnológica por meio da Rede Space Farming Brazil, voltada à pesquisa em agricultura espacial. Foram realizados o Workshop sobre Agricultura Espacial, com foco nas oportunidades do Brasil dentro do Programa, e o [1º Simpósio Internacional de Agricultura Espacial](#) sobre o desenvolvimento de técnicas e tecnologias relacionadas ao tema Space Farming, com potencial de aplicação em regiões terrestres de clima adverso. Nesse contexto, plantas de batata-doce e sementes de grão de bico foram enviadas ao espaço no voo suborbital da Blue Origin, realizado em abril. Essas ações fortalecem a presença internacional do Brasil, estimula inovação e sustentabilidade, e integra ciência espacial à agricultura.

Figura 22 - 1º Simpósio Internacional de Agricultura Espacial



Fonte: AEB

Programa AEB Escola

O Programa AEB Escola é uma iniciativa da Agência Espacial Brasileira voltada à educação espacial e popularização científica, promovendo incentivo vocacional a futuros pesquisadores e profissionais da área espacial no Brasil. Em 2025, o programa consolidou sua [plataforma virtual](#), que já conta com mais de 30 mil usuários, oferecendo 24 cursos EaDe e uma biblioteca com mais de 70 materiais didáticos. Além disso, foram promovidos diversos eventos, tais como, olimpíadas e desafios como a Olimpíada Brasileira de Astronomia – OBA, Olimpíada Brasileira de Satélites – OBSat e Latin American Space Challenge – LASC, além de projetos temáticos como Meninas no Espaço, STEAM2D (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes, Matemática, Manufatura e Design), Propulsão Elétrica e atividades realizadas no CVT-Espacial. No âmbito desta iniciativa, a AEB também coordenou o Programa GLOBE no Brasil, realizando workshops, capacitação de professores, a [1ª Olimpíada Nacional GLOBE](#) e a [1ª Feira Nacional de Ciências GLOBE](#) Brasil. O Programa GLOBE é um programa internacional de ciência e educação ambiental que promove a participação de estudantes, professores, cientistas e cidadãos em coletas de dados ambientais e estudos científicos, contribuindo de maneira significativa para a compreensão do meio ambiente em escalas locais, regionais e globais. Essas iniciativas fortalecem a formação de capital humano e a integração entre ciência, tecnologia e educação, ampliando o alcance da cultura espacial no país.

Programa de Apoio às Atividades de Normalização e à Qualidade na Área Espacial

O Programa de Apoio às Atividades de Normalização e à Qualidade

na Área Espacial, reestruturado pela [Portaria PRE/AEB nº 1.754 de 25 de junho de 2025](#), tem como objetivo promover normas técnicas e garantir qualidade, segurança e confiabilidade dos produtos espaciais brasileiros. A iniciativa busca elevar a competitividade nacional no mercado espacial internacional, fortalecendo parcerias estratégicas e mapeando capacidades técnicas. Entre as ações realizadas, destacam-se a criação do Comitê Técnico do QUALIESPAÇO e a articulação com projetos como o Pró-Defesa V da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, voltado à Base Industrial de Defesa – BID. Em 2026, será executado o mapeamento das capacidades e capacitações, além da publicação do catálogo de normas técnicas do setor espacial. A partir do mapeamento, ações serão discutidas no âmbito do SINDAE para difundir e reforçar a importância do uso e aplicação de normas de gestão da qualidade e garantia do produto no setor espacial.

Programa de Nanossatélites Acadêmicos

O Programa de Nanossatélites Acadêmicos é uma iniciativa estruturante voltada à formação de estudantes e pesquisadores em engenharia espacial, promovendo inovação tecnológica no ambiente universitário. Em 2025, dois nanossatélites integraram o programa, o PdQSat e o Aldebaran I.

O PdQSat é um CubeSat desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com apoio da AEB. O projeto tem o objetivo de validar tecnologia nacional de baterias Lítio-Enxofre – Li-S, que tem potencial aplicação espacial. Em 2025, houve avanços com a conclusão do projeto preliminar e progresso na fase de detalhamento do projeto, incluindo a elaboração de sua

documentação. Foi dado andamento à fabricação da carga útil e ao desenvolvimento de subsistemas estruturais, térmicos e de comunicação. No âmbito do projeto, ainda houve a produção de oito Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e de uma dissertação de mestrado. Para 2026, esperase continuar o desenvolvimento e integração, e realizar testes ambientais no Laboratório de Integração e Testes do INPE.

O [Aldebaran I](#) é um Cubesat desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA com duas cargas úteis: uma de coleta de dados ambientais, desenvolvida pelo INPE, e outra voltada a retransmissão de sinais de embarcações para estações de rádio amador. A missão, que tem caráter tecnológico, educacional e social, com foco na capacitação de estudantes e na aplicação direta em operações de busca e salvamento, avançou em 2025 com a conclusão da integração de todos os subsistemas do nanossatélite, incluindo estrutura, antenas e painéis solares. Também houve a realização de testes de vibração, choque e termovácuo no LIT/INPE. O satélite obteve registro de frequência na ITU – União Internacional de Telecomunicações e teve instalada sua estação terrena na UFMA. O modelo de voo está pronto para o lançamento e início da operação em órbita, a se realizar em 2026. A missão permitirá a validação de tecnologias de comunicação, além de capacitar estudantes e fortalecer a infraestrutura laboratorial universitária.

Cooperação BRICS

Trata-se de iniciativa de cooperação na área espacial entre os países do bloco BRICS, que tem o objetivo de estabelecer uma constelação

de satélites de sensoriamento consolidada por meio do compartilhamento de dados entre organizações que cada país. Em 2025, o Brasil exerceu a Presidência dos BRICS, com a AEB responsável por coordenar a pauta espacial do agrupamento. Entre as principais ações nesse contexto, destacaram-se a criação de mecanismo para capacitação e intercâmbio de informações espaciais, o fortalecimento da Constelação Virtual de Sensoriamento Remoto (RSSC) e a promoção de Diretrizes de Sustentabilidade a Longo Prazo do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS). Foram realizados encontros técnicos, incluindo a [Reunião dos Chefes das Agências Espaciais do BRICS](#), e exercícios conjuntos para a COP30, com composição de imagens satelitais sobre a Amazônia. A iniciativa reforça a cooperação internacional, amplia a capacidade operacional e posiciona o Brasil como ator relevante na agenda global de uso pacífico do espaço.

Figura 23 - Reunião dos Chefes das Agências Espaciais do BRICS



Fonte: AEB

Programa Microgravidade

O Programa Microgravidade tem como objetivo oferecer à comunidade técnico-científica brasileira meios para realizar experimentos em ambiente de microgravidade, utilizando veículos espaciais nacionais. Em 2025, foi celebrado um Termo de Fomento para viabilizar o custeio dos experimentos e concluída a fabricação do Modelo de Voo da Plataforma Suborbital de Microgravidade – PSM, que será lançada por um foguete VS-30 na Fase 02 da Operação Potiguar, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2026 a partir do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI. O programa fortalece a indústria nacional e capacita recursos humanos para o Programa Espacial Brasileiro.

Missões Espaciais

As missões espaciais no contexto do PNAE 2022-2031 são empreendimentos que envolvem o desenvolvimento, lançamento e operação de satélites e outros artefatos espaciais e infraestrutura de solo para atender às necessidades estratégicas do Brasil, como sensoriamento remoto, coleta de dados ambientais e telecomunicações.

Em operação

Satélites SCD-1 e SCD-2

Os satélites SCD-1 e SCD-2, atualmente em operação, integram o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais – SBCDA. Em 2025, comemoraram-se 32 anos de operação do Satélite de Coleta de Dados 1 – SCD-1, marco relevante do programa espacial brasileiro. Esses satélites possuem importância estratégica por constituírem os primeiros artefatos espaciais integralmente

concebidos, projetados, desenvolvidos e operados em órbita pelo Brasil.

Baseado na utilização de satélites e de Plataformas de Coleta de Dados – PCDs distribuídas pelo território nacional, o SBCDA tem como objetivo fornecer ao país dados ambientais diários provenientes de diferentes regiões. Atualmente, o SCD-2 encontra-se em pleno funcionamento, enquanto o SCD-1 opera de forma restrita ao período diurno, em razão da recarga de suas baterias depender da incidência solar por meio dos painéis solares.

Satélites CBERS 4 e 4A

Os satélites CBERS-4 e CBERS-4A, fruto da cooperação Brasil-China, mantiveram suas operações em 2025 conforme os padrões estabelecidos em anos anteriores. As atividades incluíram controle orbital, rastreamento, recepção de dados e manutenção das estações de operação. Esses satélites fornecem imagens para usuários públicos e privados, apoiando políticas públicas, o combate ao desmatamento, o planejamento urbano e a agricultura de precisão. Além disso, contribuem para pesquisas científicas em climatologia e monitoramento de recursos naturais. Apesar das restrições orçamentárias que dificultam a modernização das estações de recepção, estes sistemas seguem operacionais, garantindo dados estratégicos para o Brasil.

Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC

O SGDC, previsto inicialmente no PNAE 2012-2021 e lançado em 2017, atualmente é um elemento fundamental para a infraestrutura

de telecomunicações do Brasil, proporcionando uma cobertura nacional de acesso à internet banda larga. [O programa Wi-Fi Brasil, viabilizado pelo SGDC, já atendeu mais de 12 mil pontos de conectividade em cerca de 2.400 municípios.](#) São cerca de 10 mil escolas públicas conectadas, a maioria em áreas rurais, e mais de mil unidades de saúde que hoje podem usar a telemedicina com o apoio dessa infraestrutura espacial. Ao levar acesso à internet banda larga em regiões remotas, o SGDC se consolida seu papel na promoção da inclusão digital e na redução das desigualdades regionais.

Satélite Amazonia 1

O Amazonia 1, primeiro satélite totalmente projetado e desenvolvido pelo Brasil, manteve operação plena em 2025, fornecendo imagens multiespectrais da superfície terrestre. Com resolução de 60 metros e faixa de 850 km, o satélite gera uma cobertura do território nacional a cada cinco dias, gerando imagens utilizadas por programas como [PRODES](#), [DETER](#), [TerraClass](#) e Resposta Rápida no monitoramento ambiental e territorial do Brasil. Apesar de ter completado sua vida útil estimada em fevereiro de 2025, continua operando em regime de extensão funcional e segue contribuindo para políticas públicas de combate ao desmatamento, gestão de áreas costeiras e previsão de safras.

Satélite ITASAT-1

O ITASAT-1, lançado em 2018 pelo ITA em parceria com a AEB e com apoio do INPE, destacou-se como o primeiro CubeSat 6U brasileiro com foco acadêmico, contribuindo para a formação de recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico nacional.

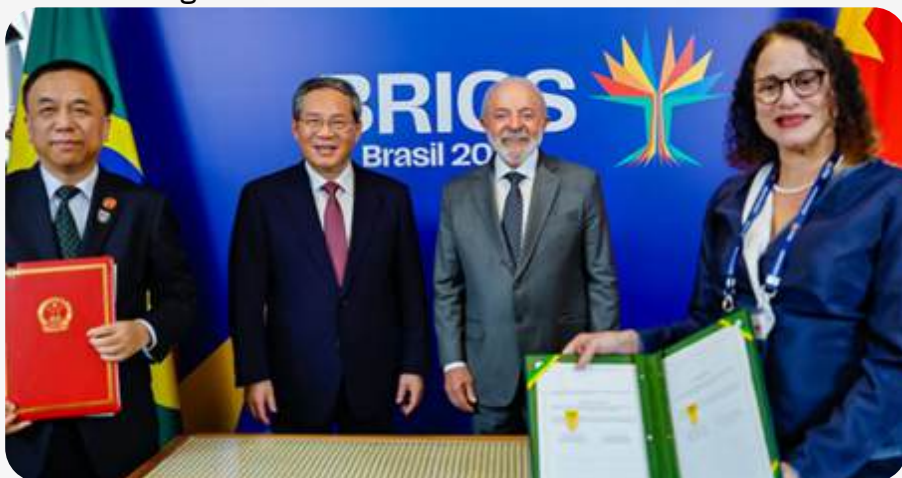
Ainda operacional após sete anos, o satélite apoia atividades de Monitoramento Espacial – SSA e iniciativas acadêmicas, demonstrando robustez e desempenho superior ao inicialmente previsto.

Em desenvolvimento

Satélite CBERS-5

O CBERS5 avançou em 2025 com a assinatura do Protocolo Adicional Brasil-China, que estabelece a cooperação técnica e a transferência de tecnologia entre os dois países. A missão avançou para a fase de definição detalhada dos requisitos da carga útil e do módulo de serviço, com previsão de início das atividades técnicas e de fabricação em 2026. O satélite representa um marco para o Brasil, que passará a desenvolver seu primeiro sistema geoestacionário para aplicações meteorológicas e ambientais. A previsão indicativa de lançamento é 2030, condicionada ao progresso das etapas técnicas e institucionais.

Figura 24 - Protocolo Adicional Brasil-China



Fonte: AEB

Satélite CBERS-6

A missão do satélite CBERS6 avançou em 2025 com a realização de reuniões técnicas em Pequim, que validaram sua arquitetura técnica e aprovou a transição do projeto para a fase de aquisição de equipamentos e fabricação dos modelos de engenharia e de voo. O satélite será o primeiro da série CBERS com capacidade de radar de abertura sintética, permitindo gerar imagens em qualquer condição climática ou iluminação, que reforçará a capacidade brasileira de monitoramento ambiental e resposta a desastres. Para 2026 estão previstos avanços na fabricação e testes do satélite.

Figura 25 - Reuniões Técnicas em Pequim



Fonte: AEB

Satélite Amazonia 1B / AQUAE / SABIA-Mar

Em 2025, o desenvolvimento do satélite que contempla as missões Amazonia1B / AQUAE / SABIAMar avançou com a integração parcial da Plataforma Multimissão e do módulo de carga útil, incluindo sensores para monitoramento de recursos hídricos e biomas. Também houve progresso nos estudos técnicos da missão AQUAE,

voltados ao monitoramento de qualidade da água e gestão hídrica; e da missão SABIAMar, desenvolvido em cooperação com a Argentina, cujas aplicações, voltadas à observação de oceanos e zonas costeiras e ao apoio às atividades nesse ambiente, foram objeto de um [workshop realizado na sede da Comisión Nacional de Actividades Espaciales – CONAE](#), em Buenos Aires. Foram contratados equipamentos, consolidados requisitos e a arquitetura da missão. Também foi realizado o planejamento da integração e dos testes dos modelos de voo. Em 2026, espera-se concluir a integração e os testes dos subsistemas e realizar a contratação do lançamento do satélite.

Satélite NanoMirax

O NanoMirax é um nanossatélite científico voltado a investigações de astrofísica de raios X para a detecção e determinação do posicionamento de explosões cósmicas. Em 2025, a missão avançou com a conclusão da entrega de todos os subsistemas. O modelo de engenharia foi montado e a carga útil LECX (Localizador de Explosões Cósmicas) passou por ajustes térmicos e ajustes na eletrônica para garantir desempenho em ambiente espacial. Em 2026, está prevista a finalização da integração do modelo de voo, realização de testes e o lançamento, que permitirá o início da operação de coleta de dados científicos de explosões cósmicas e surtos de raios gama, validando subsistemas nacionais e consolidando a capacidade nacional em plataformas CubeSat.

Satélite GOLDS-UFSC

O nanossatélite compõe uma missão de desenvolvimento tecnológico que consiste no lançamento e na operação de um

nanossatélite para coleta de dados ambientais, o Global OpenCollectingData System – GOLDSUFSC obteve importantes avanços em 2025, com a finalização dos testes, da integração e preparação do modelo de qualificação/engenharia, denominado FloripaSat2B, para lançamento a partir do território nacional com o foguete HanbitNano. A AEB acompanhou os ajustes finais, incluindo a compatibilização da estação de solo em Natal (RN) e a definição das frequências de comunicação.

Satélite ITASAT-2

O ITASAT-2 é uma constelação de nanossatélites que compõe uma missão de clima espacial para estudos da ionosfera e de geolocalização. Em 2025 houve avanços importantes, com início da fase de detalhamento do projeto e realização da [Revisão Preliminar de Projeto – PDR](#). Também foram elaborados modelos funcionais com emuladores e a documentação técnica da arquitetura física. Em 2026, esperam-se a conclusão da fase de detalhamento do projeto, o início da integração e testes, o avanço na fabricação do modelo de voo e consolidação de parceria com a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço – NASA para integração da carga útil científica EPIC.

Satélite SelenITA

O SelenITA, satélite desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA em colaboração com a AEB, a NASA e outras instituições parceiras, avançou com sucesso em uma etapa relevante de revisão técnica, a [Revisão de Definição do Sistema – Delta-SDR](#) recebendo aprovação unânime de uma comissão internacional de especialistas. Nessa fase, a equipe, composta

majoritariamente por alunos do ITA, apresentou propostas detalhadas em áreas como mecânica orbital, propulsão, comunicações e gerenciamento de riscos, evidenciando a maturidade técnica do projeto. O SelenITA é um nanossatélite do tipo CubeSat cujo objetivo principal é o estudo dos campos magnéticos e do transporte de poeira na superfície lunar, contribuindo com dados científicos estratégicos para a exploração da Lua e reforçando a participação do Brasil no Programa Artemis da NASA.

Acesso ao Espaço

As ações da vertente de investimento de acesso ao espaço, no PNAE 2022-2031, incluem o desenvolvimento de veículos lançadores, de seus sistemas e de seus subsistemas. Tais ações possibilitam ao País o acesso autônomo de artefatos espaciais ao espaço a partir do território nacional.

Motor-Foguete S50

O motor-foguete S50 avançou, em 2025, com a fabricação e preparação de unidades de teste, o planejamento de ensaios estruturais, estáticos e funcionais, além do desenvolvimento dos sistemas de ignição e controle. Esses testes permitiram consolidar a documentação técnica e validar a integração com os veículos VS50 - Veículo Suborbital e VLM1 - Veículo Lançador de Microsatélites.

O motor S50 é fundamental para ampliar a autonomia brasileira em acesso ao espaço, fortalecendo a indústria nacional e o setor aeroespacial. Contudo, houve atrasos significativos na entrega dos motores devido à recuperação judicial da AVIBRAS, empresa

responsável pela fabricação, afetando diretamente o cronograma dos projetos associados. Para 2026, esperam-se a retomada da produção, novos testes e entrega das unidades restantes do S50.

Plataforma Suborbital de Microgravidade – PSM

A PSM é um módulo transportador de cargas úteis para missões em ambiente de microgravidade que será utilizada em experimentos no âmbito do Programa Microgravidade da AEB. Em 2025, o projeto avançou com a verificação e os ajustes finais do modelo de voo que será lançado por um foguete VS30 durante a Fase 02 da Operação Potiguar, prevista para o segundo semestre de 2026. A iniciativa fortalece a indústria brasileira e capacita recursos humanos, além de viabilizar experimentos científicos e tecnológicos em ambiente de microgravidade.

Veículo Suborbital VS-50

O VS50 avançou em 2025 com a realização de testes estruturais, funcionais e de qualificação parcial dos seus subsistemas, e ensaios de vibração do Módulo Dianteiro e integração com o sistema de separação. O protótipo foi preparado para envio à Alemanha, onde serão realizados novos ensaios. O Veículo Suborbital VS-50 é um veículo de dois estágios capaz de oferecer até 15 minutos de voo em ambiente de microgravidade para até 500 kg de carga útil. O veículo é estratégico para validar tecnologias críticas do lançador VLM1 e para fortalecer a capacidade nacional de acesso ao espaço. Apesar dos avanços, houve atrasos devido à entrega de componentes críticos, sobretudo os motores S50. Em 2026, espera-se dar continuidade ao aprimoramento do projeto VLM-1, à capacitação técnica das equipes envolvidas e à elaboração de novos estudos técnicos e relatórios pós voo.

Veículo Lançador de Microssatélites VLM-1

O VLM-1 é um veículo orbital voltado ao lançamento de cargas úteis com massa de pelo menos 30 kg em órbita terrestre baixa. Constitui-se de três estágios a propelente sólido, sendo os dois primeiros estágios baseados nos motores-foguete S50. Em 2025, o projeto avançou com as evoluções no desenvolvimento dos motores S50 e do veículo precursor VS-50, bem como com a preparação da infraestrutura de lançamento. Os marcos alcançados nestes projetos consolidam capacidades essenciais para o acesso independente do Brasil ao espaço. Para 2026, as prioridades incluem novos testes dos motores S50 e avanços na qualificação do VS-50.

Desenvolvimento de Competências

As ações de desenvolvimento de competências compreendem a capacitação de recursos humanos e de desenvolvimento tecnológico para atender às necessidades do PNAE, de forma a elevar as capacidades técnicas, tecnológicas e industriais do Setor Espacial Brasileiro. Além das iniciativas estruturantes, a exemplo do Programa AEB Escola, relatadas anteriormente, a seguir, destacam-se outras ações realizadas nesse contexto.

Workshop AEB e UNIFA: Lançamento e Apresentação do e-book “Desafios Humanos, Regulatórios e Estratégicos para o Século XXI”

O Workshop organizado pela AEB e Universidade da Força Aérea – UNIFA, realizado nos dias 18 e 19 de novembro, marcou o lançamento do e-book “[Desafios Humanos, Regulatórios e Estratégicos para o Século XXI](#)”, fruto da cooperação técnica entre as duas instituições.

O e-book e o evento promoveram debates sobre sustentabilidade das operações espaciais, fator humano na exploração espacial e governança, regulação e planejamento estratégico. Com painéis temáticos e participação de especialistas, o workshop reforçou a integração institucional e a produção de conhecimento aplicado ao setor espacial brasileiro.

Figura 26 - Ebook



Fonte: AEB

Curso de Desenvolvimento de Negócios com Produtos e Serviços Espaciais

O Curso de Desenvolvimento de Negócios com Produtos e Serviços Espaciais, promovido pela AEB e pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR, capacitou 44 participantes para atuar no desenvolvimento de

negócios baseados em produtos e serviços espaciais. A formação abordou temas como economia espacial, modelos de negócio, propriedade intelectual e aplicações de dados espaciais, utilizando metodologias ativas e aprendizagem baseada em projetos. Ao final, os alunos apresentaram 44 propostas de startups, explorando soluções com potencial impacto socioeconômico. A iniciativa contribuiu para disseminar a cultura de inovação e de empreendedorismo, fortalecer o ecossistema nacional e estimular a criação de novos empreendimentos voltados ao espaço.

Infraestrutura de Aplicações

A seguir relatam-se as entregas relacionadas a infraestruturas, instalações e equipamentos de solo; recursos logísticos; e ferramentas, aplicações e sistemas computacionais que viabilizam a condução das atividades espaciais do País e a entrega de serviços à sociedade e ao Estado a partir de sistemas espaciais.

Centro de Operações com Balões da Região Amazônica – COBRA

Em 2025, avançou-se com a implantação do Centro de Operações com Balões da Região Amazônica – COBRA, que utiliza infraestrutura e equipes da Universidade Federal do Tocantins – UFT. A área destinada ao centro foi adquirida e sua infraestrutura planejada em cooperação com o CNES (*Centre National d'Études Spatiales*). Quatro profissionais da UFT foram capacitados em Toulouse, e equipes brasileiras acompanharam uma campanha de lançamento de balão de grande porte no Canadá. Também foi realizado um Workshop de Ciências com Balões na UFT. Os dados coletados com estas operações serão utilizados para melhoria da previsão do tempo e clima e em modelos hidroagrometeorológicos, cujos benefícios são vinculados à mitigação de perdas por eventos naturais e o consequente aumento

da produtividade agrícola.

Manutenção de infraestruturas espaciais

A ação de manutenção das infraestruturas espaciais do PEB em 2025 concentrou-se na conservação, ampliação e modernização das infraestruturas de desenvolvimento de operações e de apoio às operações espaciais, incluindo satélites, foguetes suborbitais e lançadores de satélites. Foram mantidos laboratórios especializados do INPE, como o Laboratório de Integração e Testes (LIT) e os centros de rastreamento, controle, recepção e distribuição de dados, além dos centros de lançamento CLA e CLBI, do DCTA. Essas infraestruturas sustentam programas como [PRODES](#), [DETER](#) e diversos sistemas de monitoramento ambiental, climático e territorial.

Outras ações e projetos

A seguir, relatam-se ações e projetos pontuais conduzidos pela AEB. Trata-se de ações complementares àquelas previstas no PNAE 2022-2031, voltadas a atender demandas específicas, promover articulações institucionais ou explorar oportunidades estratégicas que surgem no contexto das atividades espaciais.

Motor Foguete a Propelente Líquido L25 (MFPL L25)

O MFPL L25 é um motorfoguetete a propelente líquido desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, projetado para atuar como terceiro estágio do VLM1, substituindo o S44 e aumentando a precisão de inserção orbital. Em 2025, o projeto avançou com o desenvolvimento e testes das câmaras de empuxo, ensaio da bomba de oxidante, brasagem de componentes, adequação da infraestrutura de ensaios e a aquisição de equipamentos

especializados. O motor permitirá maior precisão na inserção de cargas úteis em órbita, maior segurança e menor impacto ambiental e o domínio nacional da tecnologia de propulsão líquida. Espera-se para os próximos exercícios a realização de testes de protótipos, a integração com o terceiro estágio do VLM-1, avanço na qualificação dos sistemas e ampliação da infraestrutura de testes.

1º Seminário de Segurança, Desenvolvimento e Defesa no Ambiente Espacial

O [1º Seminário de Segurança, Desenvolvimento e Defesa no Ambiente Espacial](#), realizado em parceria entre a AEB, Escola Superior de Defesa – ESD, Universidade da Força Aérea – UNIFA e o Centro William J. Perry de Estudos de Defesa Hemisférica – WJPC, reuniu especialistas civis e militares, representantes da indústria, academia e governo para discutir temas estratégicos do setor espacial brasileiro. O evento abordou governança, desenvolvimento tecnológico, inovação, segurança e defesa no domínio espacial, além de cooperação internacional. Com painéis temáticos e sessões de debate, o seminário promoveu a integração interinstitucional e o diálogo sobre políticas públicas, defesa e inovação.

Figura 27 - 1º Seminário de Segurança, Desenvolvimento e Defesa no Ambiente Espacial



Fonte: AEB

Publicação do PNAE em Foco 2024

A publicação [PNAE em Foco 2024](#) é um relatório anual que apresenta os principais avanços, resultados e perspectivas do Programa Nacional de Atividades Espaciais. Desenvolvida no âmbito do Observatório do Setor Espacial Brasileiro – OSEB, a iniciativa busca ampliar a transparência e fortalecer a comunicação institucional, aproximando a política espacial da sociedade, academia e setor produtivo. Além disso, a publicação, nesta última versão, incluiu análises e avaliações sobre a execução do PNAE, apresentando gráficos e indicadores estratégicos, além de informações sobre os recursos disponibilizados ao Programa. Seu objetivo é apoiar a tomada de decisão, disseminar informações e consolidar o acompanhamento da política espacial.

Figura 28 - PNAE em Foco



Fonte: AEB

Revisão do PNAE (2022-2031)

A revisão do [Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE 2022-2031](#) tem o objetivo de alinhar este instrumento de planejamento de longo prazo do setor espacial brasileiro à evolução do cenário tecnológico global, às reconfigurações das dinâmicas

geopolíticas e às prioridades nacionais de desenvolvimento socioeconômico, soberania e autonomia. Em 2025, foram realizados diagnósticos iniciais, o planejamento das atividades de revisão, a criação de grupos técnicos e consulta pública inédita na [plataforma Brasil Participativo](#), que contou com a participação de instituições, de especialistas e da sociedade. Também houve a proposição de indicadores para monitoramento do Programa, e de ajustes táticos, conservando a orientação estratégica de Estado preconizada no instrumento. Dessa forma, a revisão busca fortalecer a governança, garantir transparência e participação social, e preparar o Brasil para desafios inerentes à nova era espacial.

Regulamentação e Licenciamento

As Atividades de Regulamentação e Licenciamento da Agência Espacial Brasileira – AEB compreendem o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento, atualização e implementação de normas, procedimentos e instrumentos regulatórios aplicáveis às atividades espaciais no país. No exercício de 2025, os esforços concentraram-se nas discussões acerca da implementação de novos normativos previstos na Agenda Regulatória, culminando na publicação e execução da Estratégia de Governança e Controle para a Implementação de Atos Normativos e Análises de Impacto Regulatório – AIR no âmbito da AEB por intermédio da [Portaria PRE/AEB nº 1752, de 23 de junho de 2025](#).

Durante o ano, a AEB trabalhou intensamente junto a outros atores do Setor Espacial Brasileiro para a regulamentação da Lei de Atividades Espaciais – LAE, instituída pela [Leinº 14.946/2024](#). A regulamentação da LAE foi objeto dos Trabalhos do GT22 do CDPEB, cujo produto foi

uma minuta de decreto de regulamentação encaminhado à Casa Civil da Presidência da República. A regulamentação permitirá a plena aplicação da LAE, viabilizando a sua efetiva execução, garantindo a segurança jurídica e regulação das atividades espaciais no Brasil.

Destaca-se, ainda, a emissão da primeira autorização para lançamento comercial a partir do território nacional, referente ao lançamento do veículo Hanbit Nano, da empresa sul-coreana INNOSPACE, no âmbito da Operação Spaceward, configurando um marco histórico para o Programa Espacial Brasileiro – PEB. A operação possibilitou, pela primeira vez, a atuação do Estado brasileiro na supervisão do processo de licenciamento e autorização de lançamentos comerciais. Registre-se, adicionalmente, que a realização do lançamento contou com a participação inédita de uma seguradora nacional na emissão de apólice de seguro de uma operação espacial comercial no País, a Chubb Seguros Brasil S.A., com coordenação do Defense Bank.

Ainda nesse contexto, destaca-se a [assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica – ACT](#) entre AEB, Empresa de Projetos Aeroespaciais – ALADA e Comando da Aeronáutica – COMAER que delinea as atribuições e processos de trabalho essenciais tanto para a fase de implantação quanto para a fase de operação de lançamentos realizados por operadores espaciais civis, utilizando a infraestrutura dos Centros de Lançamento do COMAER em território nacional.

Figura 29 - Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica



Fonte: AEB

Edital de subvenção da Finep

O ano de 2025 consolidou avanços relevantes no contexto dos projetos financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, em especial na parceria entre a AEB e Finep no acompanhamento de projetos estruturantes apoiados por subvenção econômica. Nesse contexto, dois workshops foram realizados em São José dos Campos, em abril e em outubro, evidenciando progressos expressivos em iniciativas voltadas à ampliação da autonomia tecnológica nacional, ao fortalecimento da soberania no acesso ao espaço e à dinamização da indústria aeroespacial brasileira. Um dos workshops tratou principalmente da utilização da infraestrutura do Estado em apoio a esses projetos.

Entre os destaques, sobressai o Satélite de Observação da Terra de Altíssima Resolução – SatVHR, conduzido pelo arranjo de empresas liderado pela Visiona Tecnologia Espacial S.A. Em 2025, foram

elaborados e emitidos os planos de desenvolvimento, verificação, gestão de riscos e garantia do produto. Para 2026, espera-se a conclusão da fase de detalhamento do projeto, quando deverá ocorrer a Revisão Crítica de Projeto – CDR do sistema.

Outro avanço relevante nesse contexto refere-se ao Microlançador Brasileiro – ML-BR, projeto estratégico para a consolidação da capacidade nacional de desenvolvimento de sistemas de lançamento, conduzido pelo arranjo empresarial capitaneado pela CENIC. Em 2025, o ML-BR realizou a CDR, etapa formal que atesta a maturidade e a consistência do projeto para o início das fases de fabricação, integração e testes. Após esta etapa, o projeto avançou para a fase de fabricação dos motores que compõem os estágios do foguete.

No campo da propulsão e da formação de competências, destaca-se o Foguete de Treinamento e Capacitação a Propelente Líquido – DVL25, desenvolvido pela empresa DeltaV. O projeto apresentou evolução relevante ao reforçar a base tecnológica necessária para futuras operações suborbitais e para a capacitação de equipes técnicas. O DVL25 avançou na fase de qualificação do motor em bancada, utilizando banco de testes construído na Universidade de Brasília – UnB especificamente para esse fim.

Catálogo da indústria espacial brasileira

O [site do catálogo da indústria espacial brasileira](#) foi lançado durante o SpaceBR Show 2025, com o objetivo de consolidar em um único ambiente digital, informações estratégicas, conteúdos institucionais e dados sobre o setor industrial espacial nacional, funcionando como uma plataforma de informação, divulgação e articulação entre

governo, indústria, academia e parceiros internacionais. O lançamento marcou a disponibilização pública de funcionalidades voltadas à centralização de dados sobre o setor espacial privado, ao mapeamento de empresas e competências tecnológicas, à consulta interativa por áreas de atuação, produtos, serviços e localização geográfica, bem como à divulgação de notícias, eventos e oportunidades, tendo o site sido posteriormente atualizado para incorporar sugestões de usuários e aprimorar a experiência e a utilidade da plataforma. Encerrou o ano com 61 empresas registradas e 102 perfis criados.

Eventos de Empreendedorismo

Ao longo de 2025, a AEB promoveu e participou de eventos estratégicos voltados ao fortalecimento, à inovação e à internacionalização do setor espacial brasileiro, destacando-se o [Space Industry Workshop](#) (2 e 3 de abril de 2025), que reuniu 136 participantes da indústria, governo, academia e instituições do setor para discutir economia espacial, governança e interação com o poder público, resultando em um relatório final com recomendações estratégicas para o crescimento coordenado do setor; o [Fórum da Indústria Espacial Brasileira](#), realizado no âmbito do SpaceBR Show, que abordou temas como eficiência da governança, soberania nacional, rotas tecnológicas e segurança jurídica; o workshop “Strategic Roadmap for the Brazilian Space Economy”, organizado pela AEB e conduzido pela UNOOSA no âmbito do Projeto BRA/20/021 em parceria com o PNUD, com um primeiro dia aberto ao público e um segundo voltado à gestão da AEB para revisão e aprimoramento do plano de ação; e a participação da AEB, na [Space Business Week 2025](#), com foco na promoção do catálogo do setor e na divulgação de oportunidades de investimento.

Figura 30 - Participação da AEB em Eventos



Fonte: AEB

Parcerias com parques tecnológicos

Durante o ano de 2025 a AEB assinou instrumentos de cooperação com os parques tecnológicos: [CIMATEC](#) (Salvador-BA) e Agora Tech (Joinville-SC). Foi iniciado o processo para que a AEB se torne associada à ANPROTEC (Associação Nacional de Parques Tecnológicos e Ambientes de Inovação).

Figura 31 - Assinatura de Cooperação com CIMATEC



Fonte: AEB

Encomenda Tecnológica

Em 2025 o projeto da Encomenda Tecnológica, denominado Sistema de Navegação Inercial – SNI, chegou nas fases finais, com o desenvolvimento do protótipo e a inclusão do sistema a bordo do foguete sul coreano Hanbit Nano na Operação Spaceward. O sistema é constituído por sensores e algoritmos de navegação capazes de determinar, com precisão, a posição, velocidade e atitude de foguetes e veículos espaciais. Além das aplicações aeroespaciais, a tecnologia pode ser usada em drones, veículos terrestres, embarcações e dispositivos de Internet das Coisas – IoT, representando um avanço estratégico para a indústria nacional.

Cabe ressaltar que, no exercício de 2025, a AEB enfrentou diversos obstáculos e restrições na implementação dos projetos, iniciativas e ações relatadas. De forma geral, as principais restrições enfrentadas estão relacionadas à limitação de recursos humanos especializados, à disponibilidade orçamentária insuficiente para sustentar o ritmo da execução, e à complexidade institucional que exige elevada coordenação entre diferentes órgãos e parceiros.

Tais condições afetaram cronogramas e a capacidade de gerar produtos e serviços para a sociedade, ainda que não tenham inviabilizado a continuidade das iniciativas, projetos e ações nem a obtenção de resultados relevantes no âmbito do Programa Espacial Brasileiro.



AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

4

**GOVERNANÇA CORPORATIVA,
ESTRATÉGICA E ALOCAÇÃO
DE RECURSOS**

4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança corporativa da AEB é definida em normas e regulamentos e está ancorada em sua lei de criação, no Decreto que institui sua estrutura regimental e na portaria que detalha essa estrutura, constantes do sítio da autarquia na página de [Legislação/Atos Normativos](#).

Vale ressaltar que no ano de 2025 foram iniciados estudos a fim de atualizar e consolidar normativos com o objetivo de redesenhar a estrutura posta e atribuir as competências neles exaradas às respectivas Unidades, de acordo com suas responsabilidades regimentais. A expectativa é que em 2026 a Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão – POLIGRI/AEB, disposta na [Portaria nº 62, de 9 de maio de 2017](#), seja revisada de forma a tornar mais célere, contínuo e fluido o aprimoramento da governança corporativa.

4.2 PLANO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é essencial para as corporações tecnológicas e inovadoras na nova economia espacial.

A AEB está atenta a este ambiente de rápida mudança e, por esse motivo, desenvolveu seu Plano Estratégico para o período de 2023 a 2026, com o propósito de fornecer uma estrutura para alinhar os objetivos institucionais com as políticas públicas do setor de espaço.

Nesse sentido, visa a garantir que a tecnologia, os processos de trabalho, a inovação, sua infraestrutura e, principalmente, seus

profissionais sejam o elo integrador que possibilite à AEB coordenar, de maneira eficiente e eficaz, o Programa Espacial Brasileiro – PEB.

4.3 APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

No intuito de promover a governança, gestão da integridade, riscos e controles internos da gestão, a AEB aprovou em maio de 2017 sua Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão – POLIGRI/AEB na forma da [Portaria nº 62, de 9 de maio de 2017](#).

A Política de Governança e suas eventuais normas complementares, metodologias, manuais e procedimentos aplicam-se a todos os níveis de gestão e unidades da AEB, abrangendo os gestores, servidores, prestadores de serviço, colaboradores, estagiários, consultores externos e quem, de alguma forma, desempenhe atividades nesta autarquia, devendo também ser conhecidas e observadas pelo Conselho Superior da AEB.

No entanto, tendo em vista a publicação do [Decreto nº 11.192/2022](#), que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira – AEB, a expressiva movimentação de servidores no ano de 2023 e a premente necessidade de dar prosseguimento às ações de aprimoramento da governança, faz-se necessário ajustar as instâncias responsáveis e suas competências.

4.4 AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA, OUVIDORIA E INTEGRIDADE

A Ouvidoria é o canal de comunicação direto entre o cidadão e a Agência, permitindo o registro de elogios, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões que contribuem para o aprimoramento dos serviços oferecidos à sociedade.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC da AEB, opera em conjunto com a Ouvidoria e atua no atendimento dos pedidos de Acesso à Informação.

Em 2025, a AEB intensificou seu compromisso com a transparência e a participação cidadã, investindo em canais de comunicação mais eficientes e na melhoria contínua dos serviços prestados, e os atendimentos foram realizados pelos seguintes canais:

- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Fala.BR
- E-mail da Ouvidoria: ouvidoria@aeb.gov.br
- E-mail do SIC: sic@aeb.gov.br
- Site da AEB: Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão
- Protocolo/Correspondência: Setor Policial, Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 07 (Térreo)
- Telefone da Ouvidoria: (61) 2033-4500
- Atendimento presencial: Setor Policial – SPO – Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 220

OUVIDORIA

Ao longo de 2025, foram registradas 190 manifestações de ouvidoria, sendo 122 pelo Fala.BR e 68 pelos demais canais de comunicação (e-mail, ofício, carta, presencial). Dessas, por não serem de competência

da Ouvidoria da AEB, 21 foram encaminhadas à outras ouvidorias. De forma que, 145 manifestações foram respondidas e 24 arquivadas por insuficiência de dados ou incompreensão dos pedidos, totalizando 169 manifestações recebidas.

Deste total, 100% das demandas foram atendidas dentro do prazo estabelecido pela legislação pertinente, com um tempo médio de resposta de 8,8 dias e 64,29% dos usuários se declararam satisfeitos com o atendimento.

A Figura 32 detalha os tipos de manifestações recebidas em 2025, enquanto o Gráfico 3 e a Figura 33 apresentam o índice de satisfação e resolutividade, que atingiram, respectivamente, 64,29% e 93,15%, com base nos usuários que responderam à pesquisa de satisfação do Fala.BR.

Figura 32 - Tipos de Manifestações Recebidas

MOTIVO	ARQUIVAMENTO	TIPO DE MANIFESTAÇÃO
	RECLAMAÇÃO	2 (1.5%)
	SOLICITAÇÃO	113 (82.5%)
	DENÚNCIA	8 (5.8%)
	SUGESTÃO	19 (13.9%)
	ELOGIO	1 (0.7%)
	SIMPLIFIQUE	()

*Considera apenas as manifestações Respondidas e Em Tratamento.

Fonte: “Painel Resolveu?”

Gráfico 3 - Satisfação do Usuário



Fonte: “Painel Resolveu?”

Figura 33 - Índice de Resolutividade

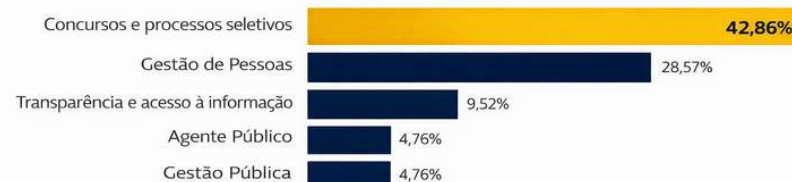


Fonte: “Painel Resolveu?”

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

No mesmo período, o SIC atendeu 42 pedidos de acesso à informação em um prazo médio de 9,2 dias, demonstrando agilidade e eficiência no atendimento às solicitações dos cidadãos. A ausência de omissões e o alto índice de cumprimento dos itens de transparência ativa reforçam o compromisso da Agência com a transparência e com o acesso à informação.

Gráfico 4 - Assuntos mais Demandados

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS

Fonte: Dados do Painel LAI

Gráfico 5 - Decisões em Sede de Recurso

DECISÕES EM SEDE DE RECURSO

Total de pedidos que chegaram a recurso (respondidos e em tramitação): 9

Fonte: Dados do Painel LAI

Gráfico 6 - Panorama de Pedidos



Fonte: Dados do Painel LAI

Gráfico 7 - Transparência Ativa



Fonte: Dados do Painel LAI

Carta de serviços e plataforma de transformação digital

A Carta de Serviços da AEB é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública e está disponível no Portal da AEB.

O documento encontra-se em constante aperfeiçoamento, no âmbito do programa Plataforma de Transformação Digital do Governo Federal (Gov.br). Atualmente, estão disponíveis nessa plataforma os seguintes serviços:

- Serviços de agendamento de visitas educacionais ao Centro Vocacional Tecnológico Espacial – CVT-E, localizado em Parnamirim/RN;
- Solicitação de participação ou apoio da AEB em eventos relacionados ao setor espacial, com o objetivo de divulgar e disseminar conhecimento;
- Solicitação de inclusão no Catálogo das Empresas Espaciais Brasileiras;
- Solicitação de inclusão no Catálogo de Fornecedores do Centro Espacial de Alcântara – CEA; e
- Envio de proposta ao ProSAME.

Integridade

Como parte das ações propostas pela [Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão – POLIGRI/AEB](#) e no intuito de promover uma cultura pautada na integridade no âmbito da AEB, foram publicados, em 2019 o [Programa de Integridade da AEB e ao Plano Bianual de Integridade](#).

No entanto, conforme mencionado no item 4.3, para uma melhor implementação da POLIGRI/AEB, principalmente para o monitoramento mais efetivo da integridade foi proposta a alteração dessa Política, bem como da área responsável por liderar este tema. A expectativa é que este novo normativo seja publicado em 2026 para sua subsequente implementação.

Atividades correccionais

As atividades correccionais da AEB são desempenhadas pelo Gabinete da Presidência que, na ausência de uma unidade de correção instituída, assume as atribuições de órgão competente para exercer as atividades de prevenção e correção permanente, atuando para garantir a integridade e a eficácia das operações da Agência.

Na execução dos trabalhos correccionais, que visam apurar a responsabilidade por suposto desvio de conduta cometido por servidor, o Gabinete da Presidência, como referência para tais atividades, é encarregado por promover e supervisionar os procedimentos e processos instaurados.

Para a execução das atividades correccionais, podem ser utilizados os instrumentos de caráter investigativo, como a Sindicância Investigativa – SINVE e a Investigação Preliminar Sumária – IPS, que precedem a instauração dos processos punitivos, Processo Administrativo de Responsabilização – PAR e do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, e são empregados com o intuito de buscar elementos que possam ensejar a instauração de procedimento mais gravoso.

Além disso, é possível o emprego do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que pode ser utilizado como ferramenta disciplinar para ilícitos administrativos de menor potencial ofensivo.

No segundo semestre de 2024, a Agência participou da terceira rodada do ciclo de Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional conduzido pela Coordenação-Geral de Supervisão do SISCOR da Corregedoria-Geral da União – CGSSIS/DIOR/CRG, que culminou no estabelecimento de um ajuste entre os integrantes da CRG e o Gabinete da Presidência da AEB, materializado em um plano de providências de curto prazo, cuja implementação perdurou por todo o ano de 2025.

O diagnóstico realizado em conjunto com a equipe da CRG/CGU e que fundamentou a elaboração do plano de providências, identificou que a atividade correcional desenvolvida pela AEB é caracterizada por um baixo percentual de procedimentos disciplinares punitivos, baixa incidência de procedimentos instaurados para apurar a responsabilidade de entes privados e pela incompletude ou inexistência de informações correcionais em transparência ativa. Tal situação é consequência do acúmulo de funções que pesa sobre a chefia do Gabinete da Presidência, do quadro diminuto de servidores com o qual operava o Gabinete até novembro de 2025 e, como consequência, da ausência de um servidor dedicado exclusivamente aos temas correcionais.

Portanto, com o propósito de reverter esse quadro, a maioria das atividades desenvolvidas na área correcional da AEB durante o ano de 2025 estiveram condicionadas à execução do plano de providências acordado com os representantes da CRG/CGU.

O plano de providências, que permanece em execução, foi elaborado com a finalidade de estabelecer as ações que deveriam ser adotadas pela AEB para organizar as suas atividades correcionais e iniciar o processo de instituição de sua unidade correcional própria. Para tanto, foram acordadas 10 ações, reunidas em três grupos de recomendações: revisão normativa, transparência ativa e gestão de riscos, e medidas de conformidade em sistemas, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 3 – Descrição das Ações e Nível de Execução do Plano de Providências Acordado com a Coordenação-Geral de Supervisão/CGU

Recomendação	Ação	Status	Prazo
Gestão de Riscos e medidas de conformidade em sistemas	1- Revisar o plano de integridade.	Atendida	30/01/2026
	2- Seleção de servidores para atuar nas atividades correcionais (Comissão PAD).	Atendida	30/01/2026
	3- Realizar capacitações em matéria correcional.	Em andamento	30/01/2026
	4- Selecionar servidor para atuar com as atividades correcionais (Corregedoria).	Em andamento	30/01/2026
	5- Criar o plano setorial de prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação.	Prevista	30/01/2026
	6- Organizar e priorizar os processos pendentes de análise.	Prorrogada	28/03/2026
Revisão normativa	7- Elaborar o ato de delegação de competência a um servidor para tratar da matéria correcional.	Prorrogada	28/02/2026
	8- Estruturar as atividades de correição.	Prorrogada	31/03/2026
Transparência ativa	9- Elaborar relatório de Gestão Correcional.	Atendida	29/08/2025
	10- Inserir as informações que atendam às normas de Transparência Ativa da CRG/CGU no site da AEB.	Atendida	30/04/2025

Fonte: Gabinete da Presidência da AEB.

Considerando as atividades correcionais propriamente ditas, no ano de 2025 foi conduzida uma única IPS, relacionada a um caso envolvendo a suposta percepção indevida de auxílio-moradia. A ciência do fato foi registrada em 2022 diretamente na Corregedoria-Geral da União, que conduziu a investigação preliminar sumária e encaminhou o processo para a AEB. Contudo, dado que o processo estava há poucos dias do término dos prazos prescricionais quando foi recepcionado, o desfecho da análise foi o arquivamento por prescrição do prazo. Outros cinco processos disciplinares estão em andamento e em diferentes estágios de análise.

Ao longo do ano foram realizadas rodadas de reuniões com outras instâncias do sistema de integridade da AEB – a Comissão de Ética e a Ouvidoria – com a finalidade de aprimorar as estratégias de prevenção ao assédio moral e sexual.

Com o ingresso dos novos servidores, a partir da publicação da [Portaria CGP/DPOA/AEB nº 57 de 30 de outubro de 2025](#), iniciou-se a seleção de um servidor para cuidar exclusivamente das atividades correcionais e apoiar a execução das ações previstas no plano de providências.

A equipe responsável pelas atividades correcionais da AEB realizou uma sequência de cursos de aperfeiçoamento em matéria correcional durante o ano, sendo que apenas nos meses de novembro e dezembro foram realizadas 67 horas em cursos na área.

Também foi implementada uma nova estrutura de gestão de dados para as atividades correcionais da AEB, o que permitirá ampliar a eficiência na condução dos procedimentos disciplinares e a

transparência interna e externa das atividades. Foi introduzido nas rotinas da gestão correcional da AEB o uso de um assistente de inteligência artificial e que tem propiciado maior eficácia na gestão documental e na aplicação da legislação e das normativas pertinentes.

Com o aumento da força de trabalho da AEB, em decorrência da assunção de novos servidores, foi iniciada a organização de uma consulta interna para o recrutamento de servidores da agência interessados em colaborar nos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar. O objetivo é constituir uma comissão que funcione em caráter permanente, com membros titulares e suplentes e que terão um mandato determinado, de maneira que seja possível dar celeridades às análises dos processos disciplinares pendentes e reduzir o tempo médio dos procedimentos praticado atualmente. A estratégia da constituição de uma comissão permanente pretende evitar a morosidade associada aos trâmites de constituição, treinamento e dissolução das comissões temporárias e que, geralmente, são orientadas para a análise de processos disciplinares singulares.

Com os esforços envidados para a completa implementação do plano de providências, a adoção sistemática dos sistemas da Controladoria-Geral da União e a atualização das rotinas de gestão de dados correcionais, espera-se ampliar o compromisso da Agência Espacial Brasileira com um ambiente íntegro e orientado para a transparência e a ética pública.

4.5 CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

A Auditoria Interna - AUDIN, órgão de assistência direta e imediata à Presidência da AEB, é órgão auxiliar do Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno do Poder Executivo federal – SCI e realiza atividade de avaliação e consultoria com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações da Agência, contribuindo para o aprimoramento de seus processos gerenciais e o alcance de seus objetivos, em conformidade com as orientações da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Sua atuação é pautada pela autonomia técnica e objetividade, livre de interferências na determinação do escopo, na execução dos procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação dos resultados.

A seguir são apresentados breves relatos das atividades desenvolvidas pela AUDIN em 2025. Informações mais detalhadas sobre essas atividades e sobre os serviços de auditoria de avaliação e consultoria executados nesse exercício podem ser encontradas no Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINI de 2025, publicado no portal da AEB na internet.

ATUAÇÃO DA AUDIN NA INTERLOCUÇÃO COM A CGU

A AUDIN faz a interlocução entre as áreas da AEB e a CGU nos pedidos de informação e diligências decorrentes de ações de controle realizados por aquele Órgão de Controle Interno.

As interações entre a CGU e as diversas áreas da AEB, inclusive a própria AUDIN, são realizadas ordinariamente no ambiente do e-CGU, sistema desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle Interno –

SFC, órgão específico singular da CGU, para gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental (o antigo e-Aud).

Em 2025 foram realizadas 62 interações entre as áreas da AEB e a CGU em dez diferentes tarefas cadastradas no sistema e-CGU, relativas a quatro diferentes trabalhos ou pesquisas. Cada interação representa um registro em uma tarefa, seja da CGU, seja da AEB. Em 31 de dezembro de 2025 o estágio de desenvolvimento desses trabalhos se encontrava em uma das seguintes nove situações:

- 1 – Em monitoramento; e
- 2 – Encerrado.

As descrições dos objetos das ações de controle e os respectivos estágios das interações nessa data de corte são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 4 – Interações das Unidades da AEB com a CGU em 31.12.2025.

Fase em 31.12.2025	Atividade (*)	Descrição resumida do objeto auditado ou da interação realizada pela CGU	Fase em 31.12.2024
1-Em monitoramento	Auditoria 1356595 (4/22)	Avaliação sobre boas práticas regulatórias na Administração Pública Federal	1-Em andamento
2-Encerrado	Auditoria 1359271 (4/32)	5-Em monitoramento	5-Em monitoramento
	Auditoria 1308744 (1/3)	Contratação de Data Center	5-Em monitoramento
	Tarefa e-CGU 1754133 (1/5)	Pesquisa sobre a percepção dos dirigentes das UAIG quanto ao valor agregado pela atividade de supervisão técnica conduzida pela CGU	9-Não se aplica

(*) O número entre parênteses indica o nº de tarefas/nº de interações na atividade.

Por fim, a AEB também apresentou informações para fins do monitoramento do “Plano de Integridade e Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União para o período de 2025 a 2027”. Essa colaboração se deu por intermédio do MCTI, a quem as informações foram encaminhadas.

ATUAÇÃO DA AUDIN NA INTERLOCUÇÃO COM O TCU

A AUDIN também faz a interlocução entre as áreas da AEB e o TCU. As interações entre as diversas áreas da AEB, inclusive a própria AUDIN, e o TCU sobre diligências decorrentes de ações de controle realizados por aquele Órgão de Controle Externo é realizada no ambiente do Conecta TCU, plataforma de serviços digitais que constitui instrumento de governança, gestão e interação e de serviços entre o TCU e seus jurisdicionados. Em 2025 foram realizadas onze interações entre as áreas da AEB e o TCU, relativas a seis processos TC distintos, conforme exposto a seguir.

Tabela 5– Interações das Unidades da AEB com a CGU em 31.12.2025.

Ano	Processo TC	Assunto/Natureza	Interações
2019	035.933/2019-4	OFÍCIO 10807/2025-TCU/Seproc. Acórdão 592/2025-TCU-Plenário. Pedido de reexame. Pagamento da remuneração do cargo em comissão (opção do art. 193 da Lei 8.112/1990) aos servidores que implementaram os requisitos para aposentadoria após 16/12/1998 (publicação da Emenda Constitucional 20/1998).	1
2024	008.257/2024-8	OFÍCIO 44898/2025-TCU/Seproc. Acórdão 2099/2025-TCU-Plenário. Levantamento. Identificação do estágio de adoção de boas práticas de acessibilidade digital nas instituições do setor público federal, bem como das soluções digitais oferecidas à população, visando promover avanços estruturantes na área e contribuir para a inclusão digital de pessoas com deficiência (PCD).	1
	009.980/2024-5	OFÍCIO 24092/2025-TCU/Seproc. Acórdão 1372/2025-TCU-Plenário. Auditoria de Conformidade. Elaboração de diagnóstico acerca dos controles implementados por organizações públicas federais para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e induzi-las a conduzirem iniciativas para providenciar o pleno cumprimento da Lei 13.709/2018.	1
	010.390/2024-3	OFÍCIO 52686/2024-TCU/Seproc . Acórdão nº 2387/2024-TCU-Plenário. Auditoria Operacional. Avaliação da medida em que os controles de cibersegurança e de segurança da informação implementados pelas organizações do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) estão de acordo com as boas práticas, em especial comparada ao previsto no Framework de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI (Portaria-SGD/MGI 852/2023).	1

Ano	Processo TC	Assunto/Natureza	Interações
2024	026.742/2024-1	OFÍCIO 12660/2025-TCU/Seproc. Acórdão 2350/2025-TCU-Primeira Câmara. Aposentadoria. Ato de aposentadoria submetido, para fins de registro, à apreciação do TCU com determinações à AEB.	2
2025	016.041/2025-9	Ofício 31515/2025-TCU/Seproc. Solicitação para participação em pesquisa sobre elaboração do relatório de gestão na forma de relato integrado. Ofício 36854/2025-TCU/Seproc. Convite para participação no Evento de Prestação de Contas Anuais.	4
Total			10

Fonte: AUDIN/AEB

ATUAÇÃO DA AUDIN NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Em 2025, a AUDIN realizou quatro trabalhos de maior porte, os quais ensejaram a emissão dos seguintes documentos finais:

1. Relatório de Consultoria nº 01/2025: elaborado com a finalidade de contribuir com o processo de implementação da Política de Gestão de Riscos da AEB e seu aprimoramento. Não foram emitidas recomendações.
2. Relatório de Avaliação nº 03/2025: elaborado com a finalidade de avaliar a conformidade legal dos atos administrativos da gestão orçamentária e financeira de execução de despesas com suprimento de fundos [Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF)]. Foram emitidas duas recomendações, uma pontual, para saneamento de impropriedade específica, e outra de caráter estruturante, ambas já atendidas pela Administração.

3. Relatório de Avaliação nº 04/2025: elaborado com a finalidade de avaliar a conformidade legal dos atos administrativos da gestão orçamentária e financeira de execução de despesas com ressarcimento de despesas a servidores da AEB. Foi emitida apenas uma sugestão, a qual foi acatada pela Administração.

4. Relatório de Consultoria nº 05/2025: elaborado com a finalidade de organizar e consolidar elementos técnicos relacionados ao posicionamento institucional da AEB no âmbito do Poder Executivo Federal, como foco na identificação, organização e análise de elementos normativos, organizacionais, institucionais e estratégicos, considerados relevantes para subsidiar reflexões futuras acerca da estruturação e da vinculação administrativa da AEB. Não foram emitidas recomendações.

No que diz respeito às recomendações da AUDIN de exercícios anteriores a 2024, havia apenas duas ainda objeto de monitoramento, ambas emitidas no Relatório 7.1/2020, cujo objeto era a área de gestão patrimonial (material e patrimônio). As duas foram consideradas atendidas, de modo que não mais existem recomendações da AUDIN pendentes de atendimento na data de corte de 31 de dezembro de 2025.

Outra ação realizada pela AUDIN foi a revisão do Estatuto/Regimento Interno da AUDIN e de seu Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade – PGMQ.

O novo Regimento Interno da AUDIN foi aprovado pela [Portaria PRE/AEB nº 1.700, de 13 de março de 2025](#), havendo sido revogado o estatuto anterior, aprovado pela Portaria AEB nº 244, de 22 de julho de 2020. E na esteira do novo Regimento Interno, foram elaborados critérios e procedimentos a serem observados para a realização da avaliação de desempenho do Auditor-Chefe da AEB, os quais foram aprovados pela Portaria PRE/AEB nº 1714, de 28 de março de 2025.

Quanto ao PGMQ, a norma de regência passou a ser a Portaria PRE/AEB nº 1785, de 07 de agosto de 2025, em substituição à Portaria AEB nº 353, de 15 de outubro de 2020. Em decorrência disso, também foi revisto o Manual do PGMQ, que estava em sua primeira edição. A segunda edição, produto da revisão realizada, foi aprovada por Despacho do Presidente da AEB.

Por fim, outras atividades previstas no PAINT 2024 executadas pela AUDIN incluíram:

- a elaboração do Parecer sobre a Prestação de Contas Anual da AEB do exercício de 2024, publicado na página da entidade na internet;
- a capacitação do Auditor-Chefe; e
- a execução das ações administrativas de gestão da unidade.

Ressalta-se que a força de trabalho da AUDIN no exercício de 2025 continuou bastante reduzida, sendo constituída pelo Auditor Chefe e uma colaboradora terceirizada, o que impactou negativamente a realização das atividades da unidade.

4.6 POLÍTICA DE INOVAÇÃO DA AEB

A Política de Inovação da Agência Espacial Brasileira foi instituída pela [Portaria nº 909, de 29 de janeiro de 2022](#), a fim de nortear as estratégias, os programas e as ações de longo prazo da AEB voltadas ao incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento no setor produtivo espacial, com o intuito de promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira e a autonomia da República Federativa do Brasil, especialmente por intermédio de atuação cooperativa e federativa.

Com o objetivo de dar seguimento às atribuições para o pleno funcionamento da AEB enquanto Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICT, conforme preconiza o [Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação](#), foi instituído o Núcleo de Inovação Tecnológica da Agência Espacial Brasileira – NIT/AEB, pela [Portaria nº 970, de 19 de outubro de 2022](#), em pleno funcionamento na autarquia.

Para dar suporte aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pela AEB, inclusive nas atividades de captação, recebimento, gestão, gerenciamento e aplicação de recursos oriundos de pessoas jurídicas de direito público e privado, nos termos dos arts. 15-A e 18 da [Lei nº 10.973/2004](#) e art. 1º da [Lei nº 8.958/1994](#), em outubro de 2023, foi publicado o [Edital AEB nº 12/2023](#) para autorizar fundações com vistas a apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pela AEB. Em resultado, foram habilitadas as seguintes Fundações de Apoio, que já tiveram suas autorizações renovadas:

- FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina ([Portaria Conjunta nº 86, de 30 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 103, de 3 de junho de 2025](#))
- FSADU - Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA ([Portaria Conjunta nº 186, de 8 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 172, de 10 de setembro de 2025](#))
- FEPESE - Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos ([Portaria Conjunta nº 216, de 02 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 3 de outubro de 2025](#))

Com vistas a subsidiar as relações entre a AEB e as fundações a serem autorizadas foi publicada a [Norma de Relacionamento entre AEB e as Fundações de Apoio](#).

Como um Instituto de Ciência, Tecnologia e inovação, a AEB possui a missão de promover o desenvolvimento tecnológico e científico no setor aeroespacial. Para assegurar que as inovações

sejam devidamente protegidas, exploradas e transferidas para o mercado, beneficiando a sociedade e estimulando a economia, foi instituída em 2024 a [Política de Propriedade Intelectual](#).

4.7 PARTICIPAÇÃO DA AEB EM EVENTOS GOVERNAMENTAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Anualmente, a AEB participa de eventos de ciência e tecnologia, com vistas ao reforço do seu compromisso com o diálogo entre os atores do setor, à promoção do conhecimento e à aproximação com a sociedade. Nesses espaços, a Agência contribui para políticas e iniciativas que impulsionam a inovação, a sustentabilidade e o avanço científico no país, além de atuar na popularização das ciências espaciais e na divulgação de informações confiáveis sobre as atividades espaciais no Brasil e no mundo.

Em março, a AEB organizou o [Space Industry Workshop](#). Durante os debates, foram abordadas estratégias para fortalecer o ecossistema espacial brasileiro, o papel das políticas públicas e o uso de tecnologias espaciais em áreas como agricultura, sustentabilidade, defesa e economia. Logo em seguida, em abril, em consonância com a Presidência Brasileira no BRICS, a AEB organizou, em conjunto com o MRE, a [Reunião de Líderes das agências espaciais dos países do BRICS](#) para fortalecer a cooperação internacional na temática espacial.

Figura 34 - Reunião de Líderes das Agências Espaciais dos países do BRICS



Fonte: AEB

Em junho, um importante espaço estratégico para relacionamento comercial e networking foi proporcionado pelo [SpaceBR Show 2025](#), idealizado a partir do antigo Fórum da Indústria Espacial Brasileira. O objetivo é integrar a comunidade do setor espacial, formada pelas empresas privadas, academia, governo e demais entusiastas. No mês de julho, a AEB participou ativamente da [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC](#), cujo tema “Progresso é Ciência em todos os Territórios”, celebrou a importância da ciência como motor de transformação social e desenvolvimento para todo o país, e o espaço, é claro, também faz parte dessa construção. A agência esteve presente com dois estandes, que ofereceram informações institucionais sobre o Programa Espacial Brasileiro – PEB e interagiram com o público por meio de materiais informativos e diversas atividades educacionais.

Figura 35 - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência



Fonte: AEB

Posteriormente, em setembro, a AEB apresentou o Programa Espacial Brasileiro em estande na [Câmara dos Deputados](#). Foi uma oportunidade de lançar a Cartilha de Emendas Parlamentares e conversar com os parlamentares sobre projetos que fortalecem a inovação e beneficiam a sociedade. Ainda em setembro, a AEB realizou, no auditório da PRF, o [III Congresso Aeroespacial Brasileiro – CAB](#). O objetivo foi promover o diálogo entre institutos de ensino e pesquisa, iniciativa privada, governo federal, autoridades locais, Forças Armadas e órgãos de segurança pública ligados ao setor aeroespacial brasileiro.

Figura 36 - III Congresso Aeroespacial Brasileiro – CAB



Fonte: AEB

Em outubro, a Agência esteve na [22ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT](#), maior evento de popularização da ciência do Brasil, coordenado pelo MCTI. Sob o tema “Planeta Água: cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”, o evento propôs uma reflexão sobre a relação entre o oceano, o clima e um futuro sustentável. Em novembro, a Agência esteve na [COP30](#) e promoveu uma Palestra Magna, sob o tema “Open Data: The Brazilian Experience”, ministrada pelo Presidente, Marco Antonio Chamon; e duas mesas redondas sobre cooperação internacional e a participação de empresas do setor espacial em produção de dados satelitais e soluções para combate às mudanças climáticas. Por fim, em dezembro, a Agência esteve envolvida em várias atividades de popularização de informações e divulgação da [Operação Spaceward](#), o primeiro lançamento espacial orbital comercial realizado a partir do território nacional.

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO 5



5.1 MENSAGEM DA DIRETORA



Neste capítulo, apresentamos uma visão clara dos resultados, do desempenho e do impacto das nossas ações corporativas estratégicas. Mais do que números, ele reflete como a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração tem consolidado as prioridades da AEB, abrangendo com destaque para: Planejamento Institucional, Gestão do Orçamento e Finanças, Gestão de Pessoas, Administração, Licitações e Contratos, TEDs, Gestão Patrimonial e de Infraestrutura, Gestão da Documentação e Informação, Gestão da Tecnologia da Informação, Iniciativas de Segurança Orgânica e Sustentabilidade Ambiental.

Destaca-se o Programa de Gestão e Desempenho - PGD, que prioriza os resultados e o comprometimento de cada servidor, proporcionando um ambiente de mais autonomia, proatividade e reconhecimento do trabalho realizado. Alinhado ao Ciclo de Avaliação Institucional, o PGD traz clareza e transparência para o trabalho da equipe, convertendo metas em avanços concretos que impulsionam o futuro da Agência.

5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS ENTRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

As principais entregas da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração foram:

- Realização do concurso público, nomeação e provimento de 30 novos servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia, sendo 15 Analistas em Ciência e Tecnologia e 15 Tecnologistas;
- Finalização do projeto de reforma e modernização do Bloco A da sede da AEB;
- Aprimoramento do processo de alinhamento das contratações planejadas aos eixos estratégicos do Plano Estratégico da AEB (ciclo 2023–2026), visando maior aderência entre o planejamento institucional e a execução das despesas;
- Fortalecimento da Governança Interna: Publicação de novos normativos internos para adequação à Lei nº 14.133/2021;
- Atendimento das demandas da AEB pela área de licitações e contratos;
- Publicação do Plano de Logística Sustentável – PLS da AEB, instituído pela Portaria n.º 1.697, de 6 de março de 2025;
- Aquisição de serviços de fornecimento de mobiliário, instalação, remanejamento de móveis planejados, manutenção de mobiliário (mesas, cadeiras, armários etc., incluindo respectivos acessórios);

- Aquisição de 2 (dois) equipamentos para o sistema de transporte vertical de pessoas (elevadores), com fornecimento e instalação de todos os componentes necessários para o seu funcionamento;
- Renovação do Parque Tecnológico por meio da aquisição de notebooks e monitores nos termos do Contrato nº 23/2025; e
- Continuidade do Projeto de Governança Corporativa com elaboração do Painel de Gerenciamento de Transferências Voluntárias e do Painel Orçamentário da Agência.

5.3 CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

O ano de 2025 abrangeu parte de dois Ciclos de Avaliação de Desempenho Institucional - ADI da Agência Espacial Brasileira - AEB: o 15º Ciclo, referente ao período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, e o 16º Ciclo, correspondente ao período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. O planejamento das metas do 15º Ciclo foi realizado de forma integrada por diversas áreas da AEB, resultando na definição de 23 metas institucionais para o período. Ao final do ciclo, a Agência alcançou 99,23% de execução das metas planejadas, conforme estabelecido na Portaria PRE/AEB nº 1.808, de 22 de agosto de 2025.

No exercício de 2025, a AEB registrou o maior índice de desempenho institucional da série histórica recente da autarquia, ao registrar 99,23% de execução das metas institucionais, superando resultados de ciclos anteriores, como os 95% verificados no 10º ciclo avaliativo. O resultado foi obtido em um contexto de restrições orçamentárias estimadas em aproximadamente 11% ao longo do exercício e de limitações no quadro de pessoal. O alcance das metas institucionais em 2025 contribuiu para a execução dos objetivos estratégicos e operacionais da AEB. Entre os

principais marcos do período destacam-se a realização do primeiro lançamento comercial em território nacional, no âmbito da Operação Spaceward; o avanço de projetos estruturantes relacionados aos satélites Amazonia 1B/AQUAE/SABIA-Mar, a Constelação Catarina e CBERS-6; a atuação na elaboração de proposta de regulamentação da Lei de Atividades Espaciais e a nomeação de 30 novos servidores aprovados em concurso público, medidas que contribuíram para o fortalecimento da capacidade institucional e para a continuidade das ações estratégicas do Programa Espacial Brasileiro.

Para o 16º Ciclo de ADI, o planejamento das metas foi conduzido pelas mesmas áreas da AEB responsáveis pelo ciclo anterior, estabelecendo um total de 24 metas institucionais. O monitoramento deste ciclo está em andamento, e as metas estão detalhadas na tabela seguinte.

Tabela 6- Metas e Resultados do 15º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional

Resultado do Ciclo de Avaliação e Desempenho Institucional									
Ciclo	Etapa	Área	Período Avaliado	Resultado do Ciclo		Escala (%)			
15	Todos	Todos	01/03/2025 a 30/06/2025	99,23%		≥ 80	80		
			Período do Ciclo			≥ 60 e < 80	66		
			01/07/2024 a 30/06/2025			≥ 40 e < 60	52		
						≥ 20 e < 40	38		
						< 20	24		

Área	Meta	Produto	Medida	Planejado	Executado	Resultado	Peso	Resultado Ponderado
DGEP	Elaboração de painéis de BI a partir dos dados estruturados dos projetos e atividades do portfólio da AEB.	Marcos de acompanhamento	Percentual	100	90	90,00%	2,00%	1,80%
DGSE	Sistema de acompanhamento de missões do ProSAME implementado.	Sistema entregue	Percentual	100	95	94,90%	2,50%	2,37%
DGEP	Análise dos Relatórios da Execução Física dos TED's.	Notas Técnicas emitidas	Percentual	100	95	95,12%	9,00%	8,56%
ACI	Elaboração de relatórios norteadores a partir de ações de Cooperação Internacional.	Relatório elaborado	Percentual	80	80	100,00%	7,50%	7,50%
ACI	Tratamento de demandas internacionais.	Demandas tratadas	Percentual	80	80	100,00%	5,00%	5,00%
ARI	Produção de cartilha com as principais iniciativas para captação de recursos por meio de emendas parlamentares.	Cartilha publicada	Unidade	1	1	100,00%	5,00%	5,00%
ARI	Publicação de matérias no site institucional da AEB.	Matéria publicada	Unidade	50	50	100,00%	7,50%	7,50%
DGEP	Divulgação das atividades da AEB para organizações parceiras, entidades de classe, representantes do setor empresarial e afins em São José dos Campos e região.	Ata ou relatório de reunião realizada	Unidade	12	12	100,00%	2,00%	2,00%
DGEP	Preparação da Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM) para a Operação Potiguar.	Marcos de acompanhamento	Percentual	100	100	100,00%	2,00%	2,00%
DGSE	Ações institucionais e de capacitação realizadas em Alcântara - MA e entorno estratégico.	Ação realizada	Unidade	12	12	100,00%	5,00%	5,00%
DGSE	Análise de habilitação no Prosame.	Nota técnica emitida	Unidade	1	1	100,00%	2,50%	2,50%
DGSE	Entrega de releases para o Observatório do Setor Espacial Brasileiro (OSEB).	Release entregue	Unidade	3	3	100,00%	5,00%	5,00%
DIEN	Análise dos Relatórios da Execução Física dos TED's.	Notas Técnicas emitidas	Percentual	100	100	100,00%	3,75%	3,75%
DIEN	Disponibilização de cursos na plataforma AEB Escola Virtual.	Cursos disponibilizados	Unidade	10	10	100,00%	3,75%	3,75%
DIEN	Estruturação da Rede de Estudos Estratégicos (REE).	Rede estruturada	Percentual	100	100	100,00%	3,75%	3,75%
DIEN	Realização de ações educacionais no CVT Espacial Augusto Severo.	Ações educacionais realizadas	Unidade	20	20	100,00%	3,75%	3,75%
DPOA	Aquisição de novos elevadores para o Bloco A - Edifício Sede AEB.	Etapas entregues	Percentual	40	40	100,00%	3,75%	3,75%
DPOA	Execução do orçamento.	Orçamento executado	Percentual	90	90	100,00%	3,75%	3,75%
DPOA	Implementação da avaliação de competências em dados - Assessment Dados AEB.	Etapas entregues	Percentual	100	100	100,00%	3,75%	3,75%
DPOA	Implementação do novo Sistema de Gestão e Monitoramento do PGD 2.0 - AEB.	Etapas entregues	Percentual	100	100	100,00%	3,75%	3,75%
GAB	Atendimento das pendências levantadas pela CGU em relação à Transparência Ativa.	Pendência atendida	Percentual	60	60	100,00%	3,00%	3,00%
GAB	Atuação transversal nos processos tramitados no GAB.	Processo concluído	Percentual	75	75	100,00%	6,00%	6,00%
GAB	Tratamento das manifestações recebidas pelo sistema Fala.BR.	Manifestação tratada	Percentual	75	75	100,00%	6,00%	6,00%

Fonte: AEB

Tabela 7 - Metas do 16º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional

Metas de Desempenho INSTITUCIONAL – 16º Ciclo de Avaliação								
Período de 01/07/2025 a 30/06/2026								
Programa Temático	Descrição da Meta Global	Área	Meta Intermediária	Indicador				
				Produto	Qtde	Medida	Peso	
Programa Espacial Brasileiro	Desenvolver atividades para o fortalecimento da AEB e do Programa Espacial Brasileiro	ARI	Produção da Cartilha de Emendas Parlamentares - CRI	Cartilha publicada	1	Unidade	6,25%	
			Publicação de matérias no site da AEB - CCS	Matérias publicadas	50	Unidade	6,25%	
		ACI	Elaboração de relatórios norteadores a partir de ações de Cooperação Internacional.	Relatório elaborado	85	Percentual	7,50%	
			Tratamento de demandas internacionais	Demandas tratadas	85	Percentual	5,00%	
		GAB	Atuação transversal nos processos tramitados no GAB.	Processos concluídos	100	Percentual	6,00%	
			Tratamento das manifestações recebidas pelo sistema Fala.BR.	Manifestação tratada	80	Percentual	6,00%	
			Atendimento das pendências levantadas pela CGU em relação à Transparência Ativa.	Pendência atendida	65	Percentual	3,00%	
		DGEP	Análise dos Relatórios da Execução Física dos TED's	Notas Técnicas emitidas	100	Percentual	9,00%	
			Realização do 2º WorkShop de Projetos	Marcos de acompanhamento	100	Percentual	2,00%	
			Participação da DGEP nas reuniões do Grupo de Interfaces de Lançamento (GIL) e nas Reuniões de Interfaces de Lançamento (RIL)	Ata ou relatório de reunião realizada	100	Percentual	2,00%	
			Promoção institucional e divulgação das atividades da AEB em São José dos Campos/SP e região	Ata ou relatório de reunião realizada	6	Unidade	2,00%	
		DGSE	Análise de habilitação no ProSAME.	Nota Técnica emitida	1	Unidade	3,75%	
			Publicação do painel de lançamentos de foguetes do Programa Espacial Brasileiro	Marcos de acompanhamento	100	Percentual	3,75%	
			Análise das propostas na carteira de admissão	Propostas analisadas	100	Percentual	3,75%	
			Ações institucionais e de capacitação realizadas em Alcântara/MA e entorno estratégico	Ação realizada	15	Unidade	3,75%	
		DIEN	Análise dos Relatórios da Execução Física dos TED's	Notas Técnicas emitidas	100	Percentual	3,00%	
			Disponibilização de cursos na plataforma AEB Escola Virtual.	Cursos disponibilizados	25	Unidade	3,00%	
			Realização de ações educacionais na região de atuação da URRN	Ações educacionais realizadas	20	Unidade	3,00%	
			Empresas Cadastradas no Catálogo das Indústrias Espaciais Brasileiras	Números de empresas cadastradas	100	Unidade	3,00%	
			Análise de processos de licenciamento	Análises realizadas	100	Percentual	3,00%	
		DPOA	Implementação da Nova Intranet Corporativa	Etapas entregues	100	Percentual	3,75%	
			Planejamento do sistema de ar-condicionado	Etapas entregues	30	Percentual	3,75%	
			Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT	Etapas entregues	100	Percentual	3,75%	
			Execução do orçamento	Orçamento executado	90	Percentual	3,75%	
		TOTAL						100.00%

Fonte: AEB

5.4 GESTÃO DE CUSTOS

O custo diz respeito ao efetivo consumo dos insumos utilizados na produção de bens e prestação de serviços públicos, que se distingue do fluxo de execução (empenho, liquidação e pagamento) da despesa orçamentária.

Objeto de Custo

Em consonância com a [Lei nº 10.180/ 2001](#), que trata da organização do Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, a qual aponta como uma de suas finalidades evidenciar os custos das unidades da Administração Pública Federal, o objeto de custos adotado no portal referido são as unidades administrativas, apresentadas no SIORG. Importante destacar que a qualidade da informação produzida pelo portal depende principalmente do correto vínculo do servidor no SIAPE, em sua unidade administrativa de exercício, conforme estrutura organizacional do SIORG. O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da Portaria nº 157, de 09 de março de 2011.

Classificação dos Custos: Grupos e Áreas de Atuação

Custos Controláveis: são os itens de custo que podem ser controlados pelo gestor, levando em consideração a sua influência sobre o consumo dos recursos. Integram esse grupo os seguintes itens: Pessoal ativo, Encargos patronais, Tecnologia da informação, Água e esgoto, Energia elétrica, Telefonia, Copa e cozinha, Limpeza, Vigilância, demais serviços prediais, Apoio administrativo, Serviços técnicos especializados, Serviços de saúde, demais serviços de terceiros, Diárias, Passagens, Material de consumo, Transferências não obrigatórias, Serviços da dívida pública, Despesas de exercícios anteriores – controláveis, demais custos controláveis.

Custos não Controláveis: são os itens de custo consumidos independentemente da influência do gestor. Compostos pelos seguintes itens: Pessoal inativo/pensionistas, Depreciação/Amortização/Exaustão, Transferências obrigatórias, Benefícios previdenciários, Despesas de exercícios anteriores – não controláveis, demais custos não controláveis.

Tabela 8 - Contrabilidade dos Custos Controláveis

Controlabilidade dos Custos-Agência Especial Brasileira-AEB			
Item de Custos/Subelemento do Custo	2025	2024	Variação 2025-2024
Custos de Funcionamento/Controláveis			
Serviços de Apoio	8.972.939,45	8.349.776,73	-7,46% ↓
Administrativo Técnico e Operacional	8.892.030,37	7.890.667,71	-12,69% ↓
Copa e Limpeza	45.884,20	40.444,44	-13,45% ↓
Vigilância e Brigada	35.024,88	418.664,58	91,63% ↑
Serviços Técnicos	4.675.755,86	3.971.530,64	-17,73% ↓
Serviços de TIC	2.646.060,52	2.301.092,70	-14,99% ↓
Serviços Técnicos Profissionais	1.865.106,58	1.536.972,32	-21,35% ↓
Serviços de Saúde	164.588,76	133.465,62	-23,32% ↓
Depreciação de Bens Móveis	2.311.734,15	1.010.903,85	-128,68% ↓
Depreciação de Bens Móveis	2.311.734,15	1.010.903,85	-128,68% ↓
Diárias, Transportes e Passagens	2.055.066,69	2.250.000,03	8,66% ↑
Transportes, Locomoção e Passagens	1.264.094,62	1.482.353,49	14,72% ↑
Diárias e Hospedagens	790.972,07	767.646,54	-3,04% ↓
Locação e Manutenção de Bens	1.293.248,88	3.820.500,15	66,15% ↑
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	837.402,07	2.777.933,05	69,86% ↑
Manutenção e Conservação de Bens Móveis	391.361,81	438.218,05	10,69% ↑
Locação de Imóveis	64.485,00	604.349,05	89,33% ↑
Outros Serviços	1.045.708,00	1.871.730,18	44,13% ↑
Outros Serviços de Terceiros	700.243,01	808.674,95	13,41% ↑
Comunicação em Geral	345.464,99	1.063.055,23	67,50% ↑
Material para Uso	354.508,37	313.000,42	-13,26% ↓
Gêneros de Alimentação	281.756,89	220.311,40	-27,89% ↓
Consumo de Outros Materiais	64.580,11	40.093,98	-61,07% ↓
Material de TIC	5.276,12	33.364,37	84,19% ↑
Material de Manutenção e Conservação	1.700,05	12.152,31	86,01% ↑
Material de Expediente	550,20	196,08	-180,60% ↓
Material de Produção e Gráfica	521,40	0,00	0,00%
Material Elétrico e Eletrônico	123,60	6.758,96	98,17% ↑
Material de Proteção e Segurança	0,00	123,32	100,00% ↑
Material de Saúde	0,00	71,75	100,00% ↑
Energia Elétrica e Água	6.410,62	5.342,93	19,98% ↑
Energia Elétrica	6.410,62	5.342,93	-19,98% ↓
Juros e Encargos de Mora	10.766,78	256,57	-4096,43% ↓
Juros e Encargos de Mora	10.766,78	256,57	-4096,43% ↓
Total	20.726.138,80	21.593.041,50	-4,01% ↓

Os Custos de Funcionamento são apurados por meio da funcionalidade DETACUSTO, sendo identificados pela natureza de despesa Detalhada. Assim os valores apresentados podem diferir dos apurados por meio da VPD. Enquanto a VPD se baseia em registros contábeis, a funcionalidade DETACUSTO, recurso do SIAFIWeb para atribuição de custos, não afeta o registro Contábil.

Fonte: Sistema de Custos do Governo Federal-SIC

Fonte: COF/DPOA/AEB

Tabela 9 - Contrabilidade dos Custos Não Controláveis

Item de Custos/Subelemento do Custo	2025	2024	Variação 2025-2024
Custos Não Controláveis/Pessoal e Encargos e Outros Custos			
Mão de Obra Civil	19.719.910,55	16.303.661,52	-20,95% ↓
Auxílio a Pessoas	1.152.603,42	1.010.258,76	-14,09% ↓
Benefícios a Pessoas	87.074,58	78.980,04	-10,25% ↓
Encargos Patronais	2.477.179,24	2.068.153,13	-19,78% ↓
Remuneração a Pessoas	16.003.053,31	13.146.269,59	-21,73% ↓
Previdência do Servidor Civil	719.014,90	666.624,85	-7,86% ↓
Aposentadorias	652.887,64	608.968,59	-7,21% ↓
Pensões	66.127,26	57.656,26	-14,69% ↓
Previdência do Trabalhador	11.273,59	0,00	0,00% ↓
Juros e Encargos de Mora	11.273,59	0,00	0,00% ↓
Transferências e Delegações	5.093.785,15	14.522,59	-34974,91% ↓
Transferências aos Exterior	10.372,55	14.522,59	28,58% ↑
Transferências por Doações Concedidas	1.283.412,60	0,00	0,00% ↓
Transferências Voluntárias (Termo de Fomento)	3.800.000,00	0,00	0,00% ↓
Total	25.543.984,19	16.984.808,96	50,39% ↓

Os Custos de Funcionamento são apurados por meio da funcionalidade DETACUSTO, sendo identificados pela natureza de despesa Detalhada. Assim os valores apresentados podem diferir dos apurados por meio da VPD. Enquanto a VPD se baseia em registros contábeis, a funcionalidade DETACUSTO, recurso do SIAFIWeb para atribuição de custos, não afeta o registro Contábil.

Fonte: COF/DPOA/AEB

5.5 GESTÃO DE PESSOAS

Principais normas internas

A AEB assegura a conformidade legal de seus processos de gestão de pessoas, observando a [Consolidação das Leis do Trabalho](#) no que se refere aos colaboradores terceirizados e a [Lei nº 8.112/1990](#), bem como demais normativos aplicáveis aos servidores públicos federais.

No exercício de 2025, com a entrada em vigor do [Decreto nº 12.374/2025](#), e da [Instrução Normativa SGP/MGI nº 122, de 21 de março de 2025](#), a Autarquia implementou um modelo aprimorado de gestão do Estágio Probatório, visando ao fortalecimento da avaliação de desempenho dos novos servidores. O novo modelo possibilita uma análise mais

estruturada das competências, da adaptação às atribuições do cargo e da identificação de necessidades específicas de capacitação, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para o alinhamento do servidor às demandas institucionais.

Destaca-se, ainda, a edição da Portaria PRE/AEB nº 1835, de 01 de outubro de 2025, que estabeleceu regras e procedimentos claros, objetivos e padronizados para a progressão funcional e a promoção dos servidores das carreiras de Tecnologista, Analista em Ciência e Tecnologia e Assistente em Ciência e Tecnologia, regidas pela [Lei nº 8.691/1993](#). O referido normativo promoveu a atualização e a modernização do marco regulatório interno, alinhando-o às boas práticas de gestão pública, à meritocracia e às necessidades institucionais da AEB.

A AEB também observa as diretrizes emanadas pelo Governo Federal e pelos órgãos de controle, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, buscando assegurar o equilíbrio entre a proteção de dados pessoais, a transparência administrativa e o cumprimento de suas competências legais.

Para garantir a adequada conformidade normativa, a Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP atua de forma permanente no monitoramento das normas expedidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – SGP/MGI, bem como na orientação às unidades internas quanto à correta aplicação dos dispositivos legais e infralegais vigentes.

Os principais processos de trabalho adotados pela AEB para assegurar a conformidade legal na gestão de pessoas incluem:

- Controle das Declarações de Bens e Renda;
- Gestão das informações no Sistema e-Pessoal;
- Atendimento às demandas dos órgãos de controle;
- Procedimentos de reposição ao erário; e
- Gestão de concessões, licenças e benefícios.

Essas ações contribuem para o fortalecimento da governança, da transparência e da integridade dos processos de gestão de pessoas no âmbito da Agência.

Quadro de pessoal efetivo e comissionado

A força de trabalho da Agência Espacial Brasileira – AEB é composta por servidores efetivos, servidores ocupantes de cargos e funções comissionadas, servidores provenientes de outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como profissionais sem vínculo com a Administração Pública Federal.

O quadro permanente da AEB é formado, majoritariamente, por servidores efetivos integrantes das Carreiras de Ciência e Tecnologia (C&T), regidas pela [Lei nº 8.691/1993](#), que atuam nas áreas finalísticas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Avaliação da força de trabalho

De forma complementar ao corpo técnico permanente, a AEB conta com servidores redistribuídos, cedidos ou requisitados de outros órgãos da Administração Pública, os quais agregam experiências e competências específicas à instituição. A maior parte desses servidores, pertencentes ou não ao quadro próprio da

AEB, desempenha funções de direção, chefia ou assessoramento, ocupando Funções Comissionadas Executivas – FCE ou Cargos Comissionados Executivos – CCE, observados os requisitos de formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com as atribuições dos cargos.

O quadro funcional é ainda integrado por um cargo de CCE nível 18, cujas atribuições e responsabilidades são definidas especificamente para atender às necessidades institucionais da Agência.

A composição do quadro de pessoal da AEB, considerada a posição em 31 de dezembro de 2025, é apresentada a seguir:

Tabela 10 - Composição de Pessoal

Servidores Efetivos	
Carreira de C&T	66
Outras Carreiras	13
Servidores Efetivos de Outros Órgãos	
Cedidos / Requisitados	14
Servidores sem Vínculo	
Comissionados	19

Fonte: CGP/DPOA/AEB

Tabela 11 - Força de Trabalho

Força de Trabalho AEB				
	2025	2024	2023	2022
Servidores Com Vínculo	79	43	41	58
Servidores Sem Vínculo	19	23	21	23
Terceirizados	78	76	75	63
Estagiários	19	23	24	23
TOTAL	195	165	161	167

Fonte: CGP/DPOA/AEB

A seguir, apresenta-se a distribuição dos servidores conforme gênero, etnia, faixa etária, situação funcional e condição de pessoa com deficiência – PCD.

Tabela 12 - Quantitativo por Gênero e PCD

	2025	2024	2023	2022
Distribuição por Gênero	♀ 37	24	18	30
	♂ 61	42	44	51
PCD	6	2	4	4

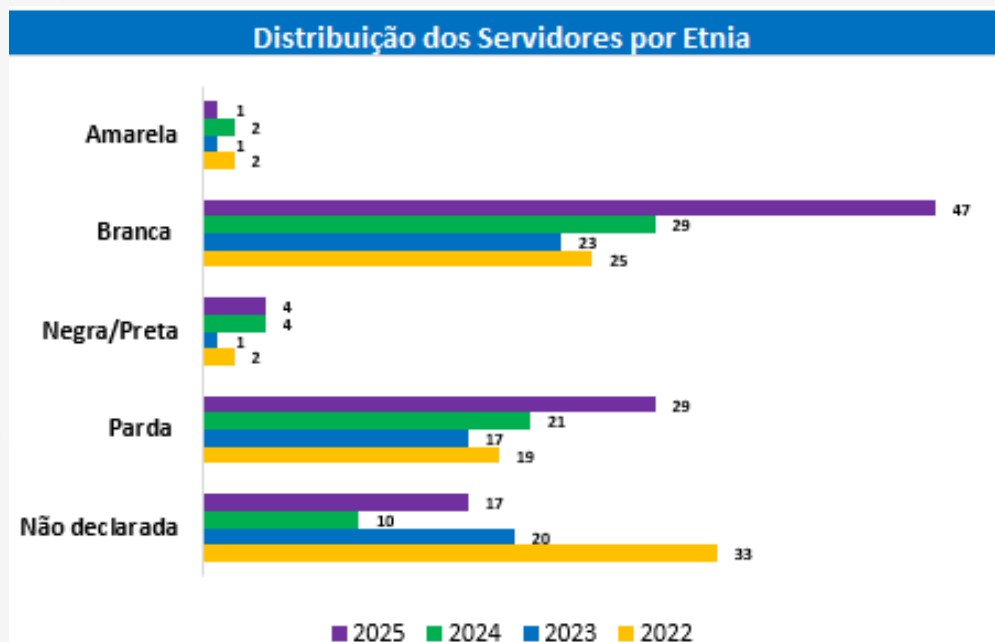
Fonte: CGP/DPOA/AEB

Tabela 13 - Distribuição dos Servidores por Faixa Etária



Fonte: CGP/DPOA/AEB

Tabela 14 - Distribuição dos Servidores por Etnia



Fonte: CGP/DPOA/AEB

Dos 20 (vinte) servidores oriundos de outros órgãos ou entidades que exercem atividades na AEB, a distribuição é a seguinte:

- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE: 4 (quatro);
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI: 5 (cinco);
- Universidade de Brasília – UnB: 1 (um);
- Advocacia-Geral da União – AGU: 2 (dois);
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI: 2 (dois);
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF: 1 (um);
- Controladoria-Geral da União – CGU: 1 (um);

- Ministério da Educação – MEC: 1 (um);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq: 1 (um);
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: 1 (um); e
- Senado Federal: 1 (um).

Por outro lado, há 20 (vinte) servidores pertencentes ao quadro da AEB que se encontram em exercício em outros órgãos, assim distribuídos:

- 9 (nove) requisitados;
- 6 (seis) movimentados; e
- 5 (cinco) cedidos.

Ao final do exercício de 2025, registravam-se ainda:

- 1 (um) servidor instituidor de pensão; e
- 7 (sete) servidores aposentados.

A [Lei nº 14.204/2021](#), regulamentada pelo [Decreto nº 10.829/2021](#), promoveu a simplificação da gestão de cargos e funções de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, instituindo os Cargos Comissionados Executivos – CCE e as Funções Comissionadas Executivas – FCE. Essa normativa possibilitou a transformação de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, sem geração de aumento de despesas, além de contribuir para a racionalização da gestão desses postos.

Como desdobramento, o [Decreto nº 11.192/2022](#), aprovou a estrutura regimental da AEB, bem como o quadro demonstrativo de seus cargos em comissão e funções de

confiança, promovendo o remanejamento e a transformação desses cargos. Com a publicação do decreto, houve redução do quantitativo de cargos, conforme demonstrado nas tabelas correspondentes.

Tabela 15 - Distribuição das Funções Comissionadas Executivas

FUNÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL		
	QTD.	LIVRES	OCUPADAS
FCE 1.16	2		2
FCE 1.13	1		1
FCE 1.11	13	1	12
FCE 1.08	6		6
FCE 1.06	1		1
FCE 1.05	5		5
FCE 2.10	1		1
FCE 2.07	1		1

Fonte: CGP/DPOA/AEB

Do total de 60 (sessenta) cargos e funções gerenciais previstos no Anexo II do referido decreto, 58 (cinquenta e oito) estavam ocupados até dezembro de 2025. Ressalte-se que se encontra em andamento proposta de revisão do [Decreto nº 11.192/2022](#), motivada pela necessidade de fortalecimento da estrutura do ciclo de gestão, otimização da força de trabalho, reorganização de processos internos, valorização de pessoas e aprimoramento da governança institucional da AEB.

Tabela 16 - Distribuição dos Cargos Comissionados Executivos

FUNÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL		
	QTD.	LIVRES	OCUPADAS
CCE 1.18	1		1
CCE 1.16	2		2
CCE 1.13	3		3
CCE 1.11	7	1	6
CCE 1.08	8		8
CCE 1.06	1		1
CCE 2.10	5		5
CCE 2.07	3		3

Fonte: CGP/DPOA/AEB

Os 23 (vinte e três) cargos e funções ocupados por servidores efetivos da AEB correspondem a aproximadamente 38,33% do total de cargos preenchidos, distribuídos da seguinte forma:

- 10 (dez) coordenadores;
- 3 (três) chefes de divisão;
- 2 (dois) assessores técnicos;
- 2 (dois) assistentes;
- 1 (um) diretor;
- 5 (cinco) chefes de serviço.

A seguir, apresenta-se a distribuição dos ocupantes de cargos executivos comissionados e de funções executivas, classificados segundo o sexo.

Tabela 17 - Ocupantes de Cargo em Comissão por Nível e Sexo

Ocupantes de Cargo em Comissão por Nível e Sexo		
	Feminino	Masculino
NE CCE 1.18	-	1
CCE 1.16	-	2
FCE 1.16	1	1
CCE 1.13	2	1
FCE 1.13	-	1
CCE 2.10	3	2
FCE 2.10	-	1
CCE 2.07	-	3
FCE 2.07	-	1
CCE 1.11	5	1
FCE 1.11	3	9
CCE 1.08	3	5
FCE 1.08	1	5
CCE 1.06	1	-
FCE 1.06	1	-
FCE 1.05	1	4
Total	21	37

Fonte: CGP/DPOA/AEB

No que se refere à distribuição por gênero dos ocupantes de cargos comissionados executivos e funções comissionadas executivas, a análise indica que cerca de 35% das posições gerenciais são ocupadas por mulheres, incluindo um cargo de diretoria, com participação direta no processo decisório estratégico da Agência.

Contratação de mão de obra terceirizada

Até dezembro de 2025, a AEB contava com 78 (setenta e oito) profissionais terceirizados, responsáveis pela execução de serviços de apoio administrativo, serviços gerais, recepção e secretariado executivo. Esses profissionais são disponibilizados por quatro empresas contratadas desde 2021.

Os serviços terceirizados atendem à sede da AEB, em Brasília (DF), bem como às unidades regionais localizadas em São José dos Campos (SP), Natal (RN) e Alcântara (MA). O custo médio mensal dos contratos é de aproximadamente R\$ 710.734,72 (setecentos e dez mil, setecentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos), sujeito a variações decorrentes de coberturas, glosas ou aplicação de penalidades contratuais.

Na sede da AEB, não há contratação direta de serviços de limpeza, segurança e brigadistas, uma vez que tais serviços são providos pelo órgão gestor do Complexo do Setor Policial – SPO, com rateio de custos entre os órgãos condôminos.

Estratégias de valorização por desempenho

Anualmente, os servidores públicos da carreira de Ciência e Tecnologia – C&T, regidos pela Lei nº 8.691/1993, são submetidos à Avaliação de Desempenho Individual. Essa avaliação tem por objetivo aferir o desempenho do servidor no órgão ou entidade de exercício, considerando o cumprimento de metas institucionais e individuais, a qualidade e a produtividade do trabalho desenvolvido, a contribuição para os resultados da unidade e o aprimoramento contínuo das atividades desempenhadas,

constituindo-se em instrumento de gestão, valorização profissional e melhoria da eficiência da administração pública.

Na AEB, os períodos avaliativos iniciam-se em 1º de julho de um ano e finalizam-se em 30 de junho do ano seguinte. A última avaliação ocorrida foi no período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

A composição remuneratória dos servidores integrantes da carreira de C&T, conforme dispõe a [Lei nº 11.907/2009](#), abrange a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT (instituída pelo art. 19 da [Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001](#)). O pagamento da gratificação depende do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos/entidades de lotação, sendo:

- até 20 (vinte) pontos atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- até 80 (oitenta) pontos atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Outra ferramenta de estratégia por desempenho é o Estágio Probatório que, conforme disciplinado pelo [Decreto nº 12.374/2025](#), constitui etapa fundamental da trajetória funcional do servidor público recém-ingresso, destinando-se à avaliação sistemática de sua aptidão e capacidade para o exercício do cargo.

Mais do que um requisito formal para a aquisição da estabilidade, o estágio probatório configura-se como importante instrumento de valorização do servidor, ao possibilitar o acompanhamento contínuo de seu desempenho, a identificação de potencialidades e a orientação para o desenvolvimento profissional desde o início da carreira.

Durante esse período, são avaliados critérios objetivos relacionados ao desempenho funcional, tais como assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade e comprometimento com os objetivos institucionais, permitindo à Administração Pública verificar a adequação do servidor às atribuições do cargo e às demandas do órgão ou entidade. O estágio probatório também exerce relevante papel no controle de desempenho, ao assegurar que o ingresso definitivo no serviço público esteja condicionado ao efetivo atendimento aos padrões de eficiência e qualidade exigidos, contribuindo para o fortalecimento da gestão por resultados e para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. Adicionalmente, ao prever avaliações periódicas e manifestações dos avaliados, o estágio probatório favorece a transparência, a equidade e a segurança jurídica no processo avaliativo, promovendo um ambiente institucional mais profissionalizado e alinhado aos princípios da administração pública. Na AEB, em razão do último concurso público realizado em 2025, novos servidores passaram a ser nomeados e empossados a partir do mês de novembro daquele ano. Nesse primeiro momento, a área de Gestão de Pessoas encontra-se responsável pela elaboração da documentação relacionada no Art. 8º da Portaria PRE/AEB nº 1759, de 01 de julho de 2025, que servirá de base para que a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho – CAED possa acompanhar os ciclos avaliativos, apreciar e decidir eventuais recursos, bem como consolidar o resultado final do estágio probatório. Esclarece-se que o primeiro ciclo de avaliação dos primeiros servidores recém-empossados será concluído em novembro de 2026.

Estratégia de recrutamento e de alocação de pessoas

A Agência Espacial Brasileira – AEB adota uma estratégia de recrutamento e de alocação de pessoas orientada pelos princípios da legalidade, da meritocracia e do alinhamento às necessidades institucionais, visando à constituição e ao fortalecimento de um quadro de servidores qualificado e compatível com a complexidade de suas atribuições.

No que se refere ao recrutamento, a AEB tem como principal instrumento o concurso público, assegurando a seleção de profissionais com formação técnica e científica adequada às áreas estratégicas da política espacial brasileira. Nesse contexto, destacam-se os concursos realizados nos anos de 2014 e 2025, que possibilitaram a recomposição parcial e a renovação do quadro de pessoal da Agência, com o ingresso de servidores aptos a atuar em atividades de planejamento, coordenação, regulação, fomento e acompanhamento de programas e projetos espaciais.

Quanto à alocação de pessoas, a AEB adota critérios que consideram, de forma integrada, o perfil de formação, as competências técnicas e a experiência profissional do servidor, bem como as demandas institucionais e as prioridades estratégicas da Agência. Esse processo busca assegurar a melhor adequação entre as atribuições dos cargos e as atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, promovendo maior eficiência, racionalidade na distribuição da força de trabalho e melhor aproveitamento do capital humano.

A estratégia de alocação também permite flexibilidade e ajustes ao longo do tempo, de modo a atender às mudanças nas necessidades organizacionais e a favorecer o desenvolvimento profissional dos servidores, contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional da AEB e para o cumprimento de sua missão no âmbito do Programa Espacial Brasileiro.

Programa de estágio

A [Lei nº 11.788/2008](#), denominada “Lei do Estágio”, define diretrizes fundamentais e regulamenta a atividade de estágio no Brasil, assegurando direitos e deveres tanto aos estagiários quanto às instituições concedentes.

Benefícios para os estagiários da AEB

- **Desenvolvimento profissional:** O estágio possibilita aos estudantes a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para sua formação profissional.
- **Experiência no mercado de trabalho:** A vivência em um ambiente profissional proporciona aos estagiários experiência concreta no mercado de trabalho, facilitando sua futura inserção na carreira profissional.
- **Rede de contatos:** Durante o período de estágio, os estudantes têm a oportunidade de construir uma rede de relacionamentos profissionais, fator relevante para a obtenção de futuras oportunidades de emprego.
- **Apoio financeiro:** Os estagiários recebem bolsa-auxílio e benefícios adicionais, como vale-transporte e seguro contra acidentes pessoais, garantindo suporte financeiro complementar durante o período de estágio.

Benefícios para a Agência Espacial Brasileira

- **Identificação de talentos:** A AEB tem a oportunidade de identificar e desenvolver talentos desde o início da formação profissional, alinhando-os às suas necessidades institucionais e à sua cultura organizacional.
- **Inovação e atualização:** A presença de estagiários contribui com novas ideias e diferentes perspectivas, favorecendo a inovação e a modernização dos processos internos da instituição.
- **Responsabilidade social:** Ao disponibilizar vagas de estágio, a AEB desempenha relevante papel social, colaborando para a formação e o desenvolvimento de futuros profissionais.

Tabela 18 - Quantidade de Estagiários por Ano

Estagiários			
2025	2024	2023	2022
19	24	24	23

Fonte: CGP/DPOA/AEB

Situação de servidores com condições de aposentadoria

Em razão das alterações introduzidas pela Reforma da Previdência, instituída pela [Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019](#), o servidor público passou a poder adquirir o direito à aposentadoria nas seguintes modalidades:

- Aposentadoria por Invalidez Permanente: concedida ao servidor que apresentar incapacidade total e permanente para o exercício de suas funções, devidamente comprovada por meio de laudo médico-pericial;
- Aposentadoria Compulsória: ocorre de forma obrigatória quando o servidor atinge 75 anos de idade, conforme previsto na legislação vigente; e
- Aposentadoria Voluntária: modalidade em que o servidor público deve cumprir requisitos mínimos de idade e tempo de contribuição, conforme segue:

Para as mulheres:

- 62 anos de idade;
- 25 anos de contribuição, sendo exigidos:
- 10 anos de efetivo exercício no serviço público; e
- 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Para os homens:

- 65 anos de idade;
- 25 anos de contribuição, sendo exigidos:
- 10 anos de efetivo exercício no serviço público; e
- 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Ressalta-se que a [Emenda Constitucional nº 103/2019](#), em seu art. 20, estabelece regra de transição aplicável aos servidores públicos que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003. Para a concessão da aposentadoria por essa regra, é necessário o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:

Para as mulheres:

- 57 anos de idade;
- 30 anos de contribuição;
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público; e
- 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;
- Cumprimento de pedágio correspondente a 100% do tempo de contribuição que faltava, em 13 de novembro de 2019, para atingir os 30 anos de contribuição.

Para os homens:

- 60 anos de idade;
- 35 anos de contribuição;
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público; e
- 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;
- Cumprimento de pedágio correspondente a 100% do tempo de contribuição que faltava, em 13 de novembro de 2019, para atingir os 35 anos de contribuição.

A AEB possui em seu quadro dois servidores que já preenchem integralmente os requisitos legais para aposentadoria, encontrando-se atualmente em abono de permanência, podendo requerer o benefício a qualquer momento.

Além desses, um servidor passará a atender aos mesmos requisitos a partir de março de 2026.

Há, ainda, seis servidores e três servidoras que deverão adquirir o direito à aposentadoria nos próximos dois ou três anos, por dependerem apenas do cumprimento do requisito etário ou do tempo mínimo de contribuição.

Em 2025, não ocorreram aposentadorias no âmbito da AEB.

Mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas

A gestão da folha de pagamentos constitui atividade estratégica na Administração Pública, exigindo rigorosos mecanismos de controle para assegurar legalidade, economicidade, transparência e conformidade com as normas vigentes.

No âmbito da AEB, tais mecanismos estão alinhados às regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, localizado no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, bem como por órgãos de controle interno (AUDIN e CGU) e externo (TCU), da seguinte forma:

- Auditoria Interna – AUDIN e CGU - incorporação das boas práticas de controle interno, gestão de riscos e prevenção de irregularidades, conforme orientações técnicas e resultados de auditorias;
- SIPEC/MGI - cumprimento das diretrizes, normativos e orientações operacionais, garantindo uniformidade e alinhamento com a política de gestão de pessoas da Administração Pública Federal; e
- TCU - atendimento às determinações e recomendações constantes de acórdãos, especialmente aquelas relacionadas à legalidade de pagamentos, acumulação de cargos, concessão de benefícios e necessidade de controles internos eficazes.

Também, periodicamente, a equipe da Coordenação de Gestão de Pessoas – CGP acompanha e dissemina os informativos oficiais do Órgão Central do SIPEC ([comunicados](#)), que representam um importante instrumento de controle e orientação no âmbito do SIAPE, contendo alertas sobre inconsistências detectadas na folha de pagamentos, orientações quanto à aplicação correta da legislação, determinações para revisão ou ajuste de procedimentos e informações sobre atualizações sistêmicas ou mudanças normativas.

Além da principal norma da área de pessoal do serviço público federal, a [Lei nº 8.112/1990](#), destacam-se abaixo os diplomas legais e infralegais, publicados no ano de 2025 no repositório [Sigepe Legis](#), que impactaram diretamente as

atividades inerentes aos controles implementados na folha de pagamento mensal e na área de gestão de pessoas como um todo:

[Nota Técnica SEI nº 51271/2024/MGI](#) - Consulta sobre a possibilidade de pagamento dos auxílios transporte e alimentação a servidor afastado para participar de curso de formação, em virtude de aprovação em concurso público para ocupar outro cargo da Administração Pública Federal;

[Decreto nº 12.374/2025](#) - Dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

[Instrução Normativa SRT/MGI nº 71, de 19 de fevereiro de 2025](#) - Estabelece orientações quanto ao pagamento de auxílio transporte ao servidor e ao empregado público da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações, nos deslocamentos de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa;

[Instrução Normativa SGP/MGI nº 122, de 21 de março de 2025](#) - Estabelece normas complementares sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do SIPEC, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório, e dispõe sobre a implementação de solução digital gerenciadora do processo de avaliação de desempenho para fins de estágio probatório;

[Nota Técnica SEI nº 13026/2025/MGI](#) - Consulta sobre descontos na remuneração de servidor em Programa de Gestão e Desempenho (PGD), em razão de descumprimento do plano de trabalho;

[Lei nº 15.141/2025 \(Medida Provisória nº 1.286/2024\)](#) - Altera, de forma escalonada em 2025 e 2026, a remuneração de servidores e empregados públicos, bem como altera a remuneração dos cargos em comissão, funções de confiança e gratificações do Poder Executivo Federal;

[Nota Técnica SEI nº 20487/2025/MGI](#) - Consulta sobre a possibilidade de designação de substituto por meio de Portaria com efeito retroativo, para fins de convalidação dos atos praticados e pagamento de substituição efetivamente desempenhada;

[Nota Técnica SEI nº 20487/2025/MGI](#) - Consulta sobre a possibilidade de designação de substituto por meio de Portaria com efeito retroativo, para fins de convalidação dos atos praticados e pagamento de substituição efetivamente desempenhada;

[Nota Técnica SEI nº 28914/2025/MGI](#) - Consulta sobre possibilidade de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT) durante licença para tratamento da própria saúde que exceder 24 (vinte e quatro) meses cumulativos ao longo do tempo de serviço público prestado à União;

[Portaria/MGI nº 8.192, de 25 de setembro de 2025](#) - Autoriza a nomeação de trinta candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos no quadro de pessoal da Agência Espacial Brasileira – AEB, regido pelo [Edital nº 1 - AEB, de 27 de dezembro de 2024](#);

[Ofício Circular SEI nº 1870/2025/MGI](#) - Consolidação de normas e orientações sobre reposições ao erário;

[Portaria/MGI nº 9.888, de 06 de novembro de 2025](#) - Fixa o valor mensal do auxílio-alimentação a ser pago às pessoas servidoras públicas da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e

[Instrução Normativa GABIN/MGI nº 496, de 21 de novembro de 2025](#) - Estabelece orientações aos órgãos e às entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC sobre a assistência suplementar à saúde.

A estrita observância e correta execução das regras e orientações estabelecidas nesse arcabouço normativo garantem mitigação de riscos, eficiência, conformidade e integridade dos atos administrativos praticados na área de gestão de pessoas da AEB.

Detalhe da despesa de pessoal

A considerável variação total positiva da despesa com pessoal no exercício de 2025 na AEB, ante a realizada no ano anterior, foi precipuamente motivada por três fatores:

- Reajustes de cargos, funções e gratificações, bem como dos cargos efetivos, implementados, em janeiro e abril, pela [Medida Provisória nº 1.286/2024](#);
- Posse, nos meses de novembro e dezembro, de 30 (trinta) servidores efetivos aprovados em concurso público, nomeados por meio da [Portaria CGP/DPOA/AEB nº 57, de 30 de outubro de 2025](#); e
- Concessão anual de progressões e promoções funcionais aos ativos permanentes que ingressaram na Agência a partir de 2016, em conformidade com o regramento estabelecido na [Lei nº 8.691/1993](#).

Informa-se que, por representarem verbas de custeio, os valores referentes às rubricas de benefícios pagos a servidores, tais como Auxílio Alimentação, Vale Transporte, Assistência Pré-Escolar e Saúde Suplementar não foram considerados na elaboração dos demonstrativos financeiros 1 e 2.

Tabela 19 - Detalhamento da Despesa de Pessoal com Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da AEB, no Exercício Financeiro de 2025.

TIPO DE DESPESA	ATIVOS (R\$)	INATIVOS (R\$)	PENSIONISTAS (R\$)	TOTAL (R\$)
Pensões, Proventos e Remunerações	15.170.580	621.888	50.177	15.842.645
Gratificação Natalina	1.292.913	51.824	4.181	1.348.918
Despesas Variáveis	174.836	0	0	174.836
Exercícios Anteriores	16.880	0	0	16.880
Subtotais	16.655.209	673.712	54.358	17.383.279
Obrigações Patronais (INSS, RPPS e Funpresp)				2.480.911
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL NO EXERCÍCIO 2025				19.864.190

Fonte: SIAPE/Tesouro Gerencial

Tabela 20 - Comparativo da Despesa com Pessoal dos Exercícios 2024 e 2025.

EVOLUÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL	2024	2025	VARIÇÃO 2024 X 2025	
			FINANCEIRA (R\$)	PERCENTUAL (%)
Ativos	13.195.011	16.655.209	3.460.198	26,22
Inativos	613.008	673.712	60.704	9,9
Pensionistas	49.296	54.358	5.062	10,27
Obrigações Patronais	2.015.639	2.480.911	465.272	23,08
TOTAL	15.872.954	19.864.190	3.991.236	25,14

Fonte: SIAPE/Tesouro Gerencial

Desenvolvimento humano e capacitação

A valorização dos servidores da AEB é essencial para o fortalecimento institucional e para a adequada execução das competências legais da Agência no âmbito do setor espacial.

Considerando a natureza técnica e estratégica de suas atribuições, o desenvolvimento e a capacitação contínua da força de trabalho são indispensáveis para assegurar a qualidade das entregas institucionais, em um contexto caracterizado por elevados níveis de especialização, constante evolução tecnológica e atuação articulada com diferentes órgãos e entidades, no país e no exterior. As ações voltadas à qualificação, à atualização de conhecimentos e ao aperfeiçoamento técnico dos servidores contribuem para o aprimoramento da capacidade institucional da AEB, favorecendo processos decisórios mais consistentes, maior efetividade na implementação das políticas públicas e o fortalecimento da atuação da Agência na geração de resultados de valor público.

Em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNPD, instituída pelo [Decreto nº 9.991/2019](#), a AEB realiza, anualmente, o Levantamento das Necessidades de Desenvolvimento, como instrumento estratégico do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP da Agência. Esse processo permite identificar lacunas de competências e direcionar ações de capacitação alinhadas às prioridades institucionais e aos resultados a serem alcançados. Dessa forma, o PDP contribui para o fortalecimento da capacidade institucional da AEB, ao promover a adequada alocação de recursos em desenvolvimento de pessoas e apoiar a melhoria contínua do desempenho organizacional.

Para o exercício de 2025, foram registradas 310 necessidades de desenvolvimento, evidenciando a abrangência e a diversidade das demandas formativas da Agência. No que se refere às ações de desenvolvimento realizadas ao longo do período, foram realizadas aproximadamente 46 capacitações, das quais 6 ocorreram com ônus, totalizando R\$ 25.989,07 (vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e sete centavos). Considerando o conjunto das ações realizadas, as iniciativas de desenvolvimento registraram cerca de 3.386 horas de capacitação, demonstrando o esforço contínuo da Agência no aprimoramento das competências de sua força de trabalho.

No âmbito das ações estruturadas de capacitação, destaca-se o Programa de Capacitação em Línguas Estrangeiras – PCLE, que tem por finalidade desenvolver as competências linguísticas dos servidores da AEB, em consonância com as necessidades institucionais e com a atuação da Agência em contextos de cooperação nacional e internacional. A participação no programa é avaliada pelo Comitê de Desenvolvimento e Capacitações da AEB – CDC-AEB, conforme critérios estabelecidos em edital, estando condicionada à recomendação do Comitê e à aprovação da Presidência da AEB. Ao longo do exercício de 2025, o PCLE contou com a participação de 5 (cinco) servidores desta Autarquia.

Destacam-se, pela expressiva participação de servidores e colaboradores e pela relevância para o fortalecimento institucional, as capacitações:

- Dimensionamento da Força de Trabalho; e
- Termos de Fomento e de Colaboração.

No âmbito das ações de pós-graduação stricto sensu, dos 40 (quarenta) servidores aprovados no Mestrado Profissional em Economia, 19 (dezenove) concluíram o curso, representando um avanço significativo na qualificação técnica e estratégica da equipe.

Ações de Qualidade de Vida com apoio da CGP

Até o exercício de 2024, as ações de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT na AEB eram desenvolvidas no âmbito de um Grupo de Trabalho, composto por representantes de diferentes unidades organizacionais. Esse arranjo possibilitou a implementação de iniciativas voltadas à melhoria do clima organizacional e à promoção do bem-estar dos servidores, funcionando como etapa inicial de estruturação da política de QVT no âmbito da Agência.

No exercício de 2025, em decorrência do fortalecimento e da consolidação dessas ações, foi publicada a Portaria PRE/AEB nº 1.816, de 28 de agosto de 2025, que instituiu as ações de Qualidade de Vida no Trabalho como Programa institucional. Essa medida representou um marco na governança das ações de QVT, ao conferir maior formalização e reconhecimento institucional às iniciativas desenvolvidas, além de assegurar sua continuidade e alinhamento às diretrizes de gestão de pessoas da AEB.

Principais ações desenvolvidas em 2025:

- Realização de 2.538 atendimentos de massagens expressas e 141 sessões de ginástica laboral;
- Promoção de eventos institucionais e culturais;
- Campanha Mulheres Espaciais, apresentando a narrativa e trajetória de mulheres da AEB, no Dia da Mulher;
- Organização de duas campanhas de doação de sangue ao longo do ano, incluindo ação com unidade móvel do Hemocentro;
- Realização de ação de sustentabilidade, com a roda de conversa sobre práticas sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável (PLS) da AEB;
- Promoção da Campanha de Inverno, voltada à arrecadação de agasalhos;
- Apoio às ações de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral;
- Desenvolvimento de ações voltadas à saúde mental, incluindo palestras e eventos com órgãos parceiros;
- Atuação conjunta nas campanhas de prevenção ao câncer de mama e próstata, em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
- Participação no planejamento da Corrida Integrativa do Complexo SPO.

Figura 37 - Ação de Doação de Sangue



Fonte: AEB

Figura 38 - Unidade Móvel de Doação de Sangue



Fonte: AEB

Figura 39 - Ação de saúde



Fonte: AEB

Figura 40 - Evento do Setembro Amarelo



Fonte: AEB

Figura 42 - Presidente discursando no Setembro Amarelo



Fonte: AEB

Figura 41- Palestrante no Setembro Amarelo



Fonte: AEB

Figura 43 - Festa Junina Institucional



Fonte: AEB

Figura 44 - Campanha do Dia das Mulheres



Fonte: AEB

Figura 46 - Doação de Sangue



Fonte: AEB

Figura 45 - Recepção no evento de Doação de Sangue



Fonte: AEB

Principais desafios

A Gestão de Pessoas na AEB enfrenta desafios significativos que impactam diretamente a capacidade institucional de cumprir suas atribuições estratégicas no âmbito do Programa Espacial Brasileiro. Esses desafios decorrem, sobretudo, de limitações estruturais, orçamentárias e de recursos humanos, agravadas por novas exigências administrativas e tecnológicas.

Um dos principais entraves é a falta de pessoal, associada à dificuldade de realização de concursos públicos para a reposição do quadro de servidores. Ao longo dos anos, aposentadorias e desligamentos reduziram significativamente a força de trabalho da Agência, sem que houvesse reposição proporcional. A ausência de concursos regulares compromete a continuidade do conhecimento institucional e sobrecarrega os servidores remanescentes.

Paralelamente, a AEB enfrenta grande dificuldade para atrair novos talentos fora do seu quadro efetivo, seja por meio de contratações temporárias, parcerias ou outras formas de colaboração. A natureza altamente especializada das atividades da Agência exige profissionais qualificados, com formação técnica e científica específica, que encontram no mercado privado ou em outras instituições públicas condições mais atrativas de remuneração e desenvolvimento profissional. Essa limitação reduz a capacidade da AEB de compensar a escassez de servidores efetivos.

Outro desafio relevante é o excesso de demandas institucionais frente ao número reduzido de servidores disponíveis para atendê-las em tempo hábil. A multiplicidade de atividades administrativas, técnicas e de coordenação, muitas delas com prazos rígidos e elevado grau de complexidade, gera sobrecarga de trabalho, riscos à saúde ocupacional e dificuldades na priorização das ações estratégicas.

Soma-se a esse cenário o surgimento de novas demandas provenientes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), especialmente relacionadas à implementação de inovações tecnológicas, novos sistemas corporativos e processos digitais. A adoção dessas ferramentas, embora essencial para a modernização da administração pública, exige tempo significativo de aprendizado, capacitação e adaptação por parte dos servidores, impactando temporariamente a produtividade e ampliando a carga de trabalho.

A falta de orçamento adequado agrava ainda mais esse contexto, ao limitar a realização de novos concursos públicos, a contratação de especialistas e a adoção de políticas mais eficazes de atração e retenção de talentos. A escassez de recursos financeiros restringe

investimentos em capacitação, desenvolvimento profissional e iniciativas de valorização dos servidores.

Como consequência desses fatores, a gestão de pessoas na AEB é diretamente impactada, enfrentando desafios como aumento da sobrecarga de trabalho, dificuldades na manutenção do clima organizacional, riscos à motivação e ao engajamento dos servidores, além de limitações na implementação de políticas estratégicas de desenvolvimento de pessoas. Superar esses desafios requer ações coordenadas, apoio institucional e fortalecimento da política de recursos humanos, de modo a garantir a sustentabilidade da Agência e o cumprimento de sua missão estratégica para o país.

Ações empreendidas e as perspectivas para os próximos exercícios

Solicitação de concurso público em 2025

O exercício de 2025 foi marcado pela adoção de iniciativas estratégicas pela AEB voltadas à recomposição de seu quadro de pessoal, em resposta ao crescimento das demandas institucionais e ao acúmulo de vacâncias ao longo dos últimos anos. Tais ações visaram assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade das atividades administrativas e finalísticas desenvolvidas pela Agência.

Embora tenha havido autorização inicial para o provimento de 30 (trinta) vagas, o quantitativo mostrou-se insuficiente para atender de forma adequada às necessidades identificadas no diagnóstico da força de trabalho. Diante desse cenário, ao final de abril de

2025, foi instaurado o Processo nº 01350.000345/2025-12, com o objetivo de formalizar a solicitação anual de autorização para a realização de concurso público.

A proposta apresentada contempla o provimento de 48 cargos das Carreiras de Ciência e Tecnologia, sendo 20 vagas para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia – Classe Júnior – Padrão A e 28 vagas para o cargo de Tecnologista – Classe Júnior – Padrão A, destinados à atuação tanto na sede quanto nas unidades regionais da Agência.

A estimativa de impacto orçamentário decorrente do provimento desses cargos totaliza R\$ 8.246.098,01, considerando o primeiro ano de exercício e os dois exercícios subsequentes. O cálculo foi elaborado em conformidade com as diretrizes orçamentárias vigentes e integrou a instrução processual, evidenciando a viabilidade financeira do pleito.

A recomposição do quadro de pessoal é considerada essencial para a manutenção dos serviços públicos prestados pela AEB, para o fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para a preservação do patrimônio intelectual institucional e para a promoção da transferência de conhecimento entre gerações de servidores.

Todo o trâmite observou rigorosamente a legislação aplicável, em especial o [Decreto nº 9.739/2019](#), bem como as Instruções Normativas nº 2/2019, alterada pela Instrução Normativa nº 46, de 19 de junho de 2020, e pela [Instrução Normativa Conjunta MGI/MPO nº 64, de 21 de fevereiro de 2025](#), assegurando o adequado planejamento, a transparência e a conformidade legal do processo. A iniciativa contribui para o fortalecimento do capital intelectual da AEB, para a sustentabilidade de suas ações e para o incremento de sua capacidade institucional no âmbito do Programa Espacial Brasileiro.

A solicitação foi devidamente encaminhada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, fundamentada nas atribuições legais da AEB, conforme disposto na [Lei nº 8.854/1994](#), no [Decreto nº 11.192/2022](#), e na avaliação interna da força de trabalho, com vistas à mitigação de riscos institucionais e à garantia da continuidade administrativa, encontrando-se, atualmente, em fase de análise naquele Ministério.

Solicitação de provimento excepcional

Considerando a urgente necessidade de mais servidores, bem como a existência de vagas a serem preenchidas no quadro de pessoal da Agência, foi solicitado ao MGI autorização para convocação adicional de 25% do original de vagas (30 vagas), o que equivale ao incremento de 7 novas vagas do cadastro de reserva. Apesar da ampliação de suas atribuições, a AEB vem sofrendo com a perda contínua de pessoal por requisições e aposentadorias. O provimento originário do último concurso conseguiu reduzir a criticidade da Agência, porém não foi suficiente para recompor devidamente a força de trabalho da instituição.

A carência de servidores impacta substancialmente as unidades organizacionais da AEB, prejudicando a realização de atividades finalísticas e ameaçando a continuidade de projetos estratégicos. A solicitação de provimento adicional busca recompor o quadro de pessoal da Agência; fortalecer a capacidade institucional da AEB, bem como assegurar a plena execução dos projetos e programas estratégicos, a fim de cumprir com o que dispõem a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – PNDAE e o Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE.

A importância do pleito fica especialmente demonstrada ao observar situações como: I) Unidade Regional de Natal (RN), que antes das nomeações das vagas imediatas contava apenas com 01 servidor efetivo em exercício, cuja eventual ausência acarretaria imediata paralisação das atividades da unidade, e que atualmente, após os

últimos provimentos, possui apenas 02 servidores efetivos; II) Unidade Regional de Alcântara (MA), que também possuía apenas um único servidor antes das últimas nomeações, cujo vínculo com a Administração Pública é precário, e que agora conta com apenas 02 servidores; III) Assessoria de Cooperação Internacional – ACI, unidade estratégica para a articulação da AEB no cenário global, que dispunha de apenas 02 servidoras oriundas de outros órgãos, contando hoje com 01 servidor efetivo da instituição.

Além das situações elencadas, outros setores apresentam realidades semelhantes, mostrando que embora a convocação das vagas imediatas tenha contribuído para reduzir a criticidade das unidades, ainda restam configuradas situações de evidente necessidade. Assim, a convocação extraordinária de 7 servidores é fundamental para reduzir a vulnerabilidade administrativa que a escassez de pessoal pode acarretar.

Integração, capacitação e desenvolvimento dos novos servidores

Em continuidade às iniciativas voltadas à recomposição do quadro de pessoal, a AEB tem investido de forma estratégica na integração, capacitação e desenvolvimento dos novos servidores, compreendendo essas ações como elementos essenciais para a adequada inserção institucional, o alinhamento às diretrizes organizacionais e o fortalecimento das competências necessárias à execução das atividades da Agência.

Diante da nomeação dos novos servidores, a área de Gestão de Pessoas realizou a Semana de Integração, com o objetivo de promover o acolhimento institucional, facilitar a adaptação ao ambiente organizacional e alinhar os novos integrantes à missão e às diretrizes estratégicas da AEB.

A programação, realizada ao longo de uma semana, contemplou apresentações das unidades organizacionais e exposições sobre temas estratégicos, possibilitando aos novos servidores o conhecimento das atribuições das áreas, dos fluxos institucionais e dos principais processos de trabalho.

A iniciativa contou com a participação de parceiros institucionais e operadoras de planos de saúde, além da oferta de ações voltadas à promoção da qualidade de vida, reforçando a integração entre acolhimento institucional, capacitação inicial e Qualidade de Vida no Trabalho.

Em complemento às ações de acolhimento e integração dos novos servidores, como a Semana de Integração, a AEB tem avançado na consolidação de iniciativas voltadas à promoção do bem-estar no ambiente laboral. O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT-AEB representa uma ação estruturante de Gestão de Pessoas, com potencial para mitigar os impactos do excesso de trabalho, prevenir o esgotamento profissional e fortalecer o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Para os próximos exercícios, a perspectiva é ampliar e consolidar as ações do Programa, em consonância com as prioridades estratégicas da Agência, promover um ambiente laboral saudável, contribuindo para a

continuidade e a qualidade das entregas institucionais da AEB. Nesse contexto, as iniciativas de Gestão de Pessoas também se mostram relevantes diante da expectativa de ampliação do quadro de pessoal.

5.6 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenação de Administração – COAD, unidade vinculada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA, é responsável pela condução das atividades relacionadas ao planejamento das contratações da AEB, bem como pela coordenação dos procedimentos licitatórios e da gestão dos contratos administrativos.

Além das atribuições relacionadas às contratações, a COAD atua na administração da infraestrutura física e das instalações prediais da Agência, bem como na execução dos serviços gerais, em conformidade com as orientações do Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais – SISG. Compete-lhe, ainda, a gestão documental e arquivística. Para o desempenho dessas atividades, a unidade conta com quatro divisões: Planejamento de Aquisições – DIPA, Contratações – DCONT, Almoxarifado e Patrimônio – DIAP e Serviços Gerais – DSG; e dois serviços: Qualidade e Manutenção – SQM e Protocolo – PROT.

Este item do relatório tem por finalidade apresentar o panorama dos processos de contratação e das renovações contratuais realizadas no exercício de 2025. As informações referentes aos contratos administrativos da AEB estão disponibilizadas no [Portal Contratos.gov.br](https://portalcontratos.gov.br), que permite o acesso

ao inteiro teor dos instrumentos contratuais, aos documentos a eles vinculados, aos valores globais pactuados e a outros dados relevantes, assegurando transparência e possibilitando a análise detalhada das contratações efetuadas.

Ao acessar o Portal de Contratos, na página selecione a opção Transparência. Para visualizar as informações da Agência, no campo superior de filtro, na opção órgão, selecione 204-02 – AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB.

As contratações realizadas pela AEB são fundamentadas no Plano de Contratações Anuais – PCA, instrumento que orienta o planejamento das aquisições da Agência. Conforme disposto no [Decreto n.º 10.947/2022](#), o PCA consiste no documento que consolida as demandas que o órgão ou entidade pretende contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração. De forma complementar, e em consonância com o [Plano Estratégico da AEB](#) para o ciclo 2023–2026, foi iniciado o processo de alinhamento das contratações planejadas aos eixos estratégicos estabelecidos, reforçando a aderência entre planejamento institucional e execução das despesas.

Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas

As contratações da Agência são operacionalizadas por meio da [Plataforma Compras.gov.br](#), no âmbito da Administração Pública Federal – APF, a qual é utilizada tanto para a elaboração dos documentos preparatórios, como o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, quanto para o cadastramento e a condução de procedimentos licitatórios, a exemplo dos pregões, bem como para a formalização das contratações diretas.

Com vistas à mitigação de falhas e à prevenção de irregularidades, a Agência conta com o assessoramento da Procuradoria Federal, a fim de assegurar a conformidade jurídica dos processos de contratação. Ademais, são adotadas práticas de gerenciamento de riscos em cada contratação, tendo como principal instrumento o Mapa de Gerenciamento de Riscos, que registra e comunica as ações de gestão de riscos ao longo de todas as fases do processo, sendo elaborado pela equipe de planejamento das aquisições.

Ressalta-se, igualmente, a atuação conjunta com a Auditoria Interna – AUDIN/AEB, que contribui para a prevenção, mitigação e tratamento de riscos associados aos processos de contratação realizados pela Agência.

No que se refere à conformidade legal, reforça-se que a AEB observa o arcabouço normativo que rege os processos licitatórios e contratações na Administração Pública Federal. Destaca-se, em especial, a aplicação da [Lei n.º 14.133/2021](#) (Nova Lei de Licitações e Contratos), garantindo que as contratações realizadas durante o exercício tenham seguido os procedimentos e ritos previstos, bem como os regulamentos correlatos, entre eles, apresentados em ordem cronológica decrescente:

- [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério Da Economia: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder

Executivo Federal;

- [Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia: Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;
- [Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022](#): Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- [Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- [Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022](#): Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- [Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia: Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – ME: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017](#), da Secretaria de Gestão – SEGES do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta;
- [Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019](#), da Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC; e
- [Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG: Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços.

Além disso, a AEB conta com normativos internos que regulamentam os procedimentos institucionais relacionados às licitações e contratos administrativos, apresentados a seguir em ordem cronológica decrescente:

- Portaria nº 1.761, de 3 de julho de 2025: Institui a Comissão de Contratação no âmbito da Agência Espacial Brasileira;
- Portaria nº 1.760, de 2 de julho de 2025: Designa agente de contratação e equipe de apoio no âmbito da Agência Espacial Brasileira;
- Instrução Normativa PRE/AEB nº 2, de 25 de outubro de 2024: Dispõe sobre as diretrizes para a seleção de fornecedores no âmbito da Agência Espacial Brasileira – AEB;
- Portaria nº 1.219, de 19 de julho de 2023: Estabelece procedimentos para a gestão e fiscalização da execução dos contratos de soluções de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito da AEB;
- Portaria nº 1.218, de 19 de julho de 2023: Estabelece as regras e diretrizes do procedimento de acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da AEB;
- Portaria nº 968, de 18 de outubro de 2022: Dispõe sobre a delegação de competência ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração para a prática dos atos administrativos, no âmbito da AEB;
- Portaria nº 882, de 30 de junho de 2022: Estabelece orientações, prazos e detalhamento para a realização do Planejamento da Contratação Anual – PCA, no âmbito da AEB; e
- Portaria nº 274, de 31 de agosto de 2020: Estabelece as atribuições da equipe de planejamento das contratações e subdelega competência. Contratações realizadas em 2024.

No exercício de 2025, foram realizadas 27 (vinte e sete) contratações, cujo valor total perfaz o montante de R\$ 7.391.966,30 (sete milhões, trezentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta centavos). Todas as contratações encontram-se registradas e detalhadas no [Painel de Dados da DCONT](#).

Para conferir os detalhes das contratações de 2025 no Painel de Contratações, clique em "[Contratações 2025](#)" no menu à esquerda.

Foram realizadas 21 (vinte e um) renovações contratuais, totalizando o valor de R\$ 17.633.451,34 (dezessete milhões, seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos). Para conferir os detalhes das renovações contratuais por modalidade, clique em "[Renovações](#)" no menu à esquerda.

Em alinhamento com as diretrizes do Plano Estratégico da AEB, foram instruídos, ao longo do exercício de 2025, 48 (quarenta e oito) processos de contratação, abrangendo tanto novos contratos quanto renovações. O valor total dessas contratações e renovações atingiu R\$ 25.025.417,64 (vinte e cinco milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos).

No exercício de 2025, a área de licitações e contratos atingiu 100% de aproveitamento das metas propostas, com o atendimento integral de todas as demandas das áreas da AEB.

Contudo, o setor enfrentou desafios operacionais decorrentes do elevado volume de contratações classificadas como urgentes. Esse cenário gerou gargalos na fase de planejamento e extensões nos cronogramas inicialmente previstos, embora sem prejuízo à continuidade das atividades da Agência.

Para os próximos exercícios, a estratégia da COAD focará na otimização de processos, mediante a implementação de uma metodologia interna de fluxos e o fortalecimento da interlocução com as demais unidades. O objetivo é assegurar um planejamento tempestivo, eficiente e reduzir a incidência de demandas emergenciais.

5.7 GESTÃO DE TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

As transferências de crédito realizadas por meio de Termos Execução Descentralizada – TEDs são regulamentadas pelo [Decreto nº 10.426/2020](#), que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. Na Agência Espacial Brasileira – AEB, os procedimentos internos para a elaboração dos Termos de Execução Descentralizada estão descritos na [Portaria PRE/AEB nº 1.836, de 03 de outubro de 2025](#).

As informações relativas aos TEDs encontram-se disponíveis na Plataforma TransfereGov. A plataforma oferece a possibilidade de consultar os TEDs por Programa ou por Plano de Ação, possui vários campos de variáveis para busca de informações, e apresenta uma gama de dados sobre cada Termo de Execução Descentralizada para

Na página oficial da AEB na internet constam as informações consolidadas dos TEDs firmados em 2025, podendo ser consultados por meio [deste link](#).

5.8 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

Principais normativos relacionados à gestão patrimonial e infraestrutura

A conformidade legal da gestão patrimonial da AEB ocorreu principalmente pela observância das orientações dos órgãos centrais, com destaque para os seguintes normativos, por ordem cronológica decrescente:

- [Decreto nº 12.785/2025](#): Dispõe sobre mecanismos para promoção da circularidade de bens móveis, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- [Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#): da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão E Governo Digital do Ministério da Economia: Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- [Lei nº 14.133/2021](#): Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- [Instrução Normativa SGE/MP nº 11, de 29 de novembro de 2018](#): Dispõe sobre ferramenta informatizada de disponibilização de bens móveis inservíveis para fins de alienação, de cessão e de transferência no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional - [doações.gov](#);

- [Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG](#). Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- [Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205, de 8 de abril de 1988](#). Tem por objetivo racionalizar os custos e o uso de material no âmbito do SISG.

A normatização de gestão patrimonial interna da AEB é gerida por meio da Instrução Normativa DPOA/AEB nº 2, de 30 de julho de 2024.

Os controles e registros da gestão do acervo patrimonial são objeto de atualização junto ao [Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS](#), instituído através da [Portaria ME nº 232, de 2 de junho de 2020](#).

Principais investimentos de capital em infraestrutura e equipamentos, com a avaliação do custo-benefício e o impacto sobre os objetivos estratégicos.

A Agência Espacial Brasileira – AEB, localizada no Complexo Administrativo do Setor Policial - SPO, em Brasília - DF, teve como projeto em destaque a modernização do 1º pavimento do Bloco A. As avaliações dos custos-benefícios foram realizadas no seguimento do processo interno para alcançar os objetivos estratégicos no fortalecimento da imagem institucional, contribuindo com o crescimento e modernizando as infraestruturas. Assim, promovendo condições laborativas de trabalho adequadas, o que aproxima a AEB da sua missão de coordenar e fortalecer o setor espacial nacional para o desenvolvimento da sociedade.

As principais atividades de infraestrutura da AEB foram:

- Contratação de serviços de instalação e remanejamento, com fornecimento de divisórias e complementos incluindo mão de obra e materiais necessários para atender às demandas da Agência em Brasília e nas unidades de São José dos Campos/SP, Natal/RN e Alcântara/MA, nos termos do Contrato nº 41/2022 e Contrato nº 40/2023. Valor do investimento: R\$ 921.203,05 (novecentos e vinte e um mil duzentos e três reais e cinco centavos);
- Aquisição de serviços de fornecimento de mobiliário, instalação, remanejamento de móveis planejados, manutenção de mobiliário (mesas, cadeiras, armários, etc., incluindo respectivos acessórios), incluindo montagem, nos termos do Contrato nº 27/2024. Valor do investimento: R\$ 922.866,00 (novecentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta e seis reais);
- Aquisição de 2 (dois) equipamentos para o sistema de transporte vertical de pessoas (elevadores), com fornecimento e instalação de todos os componentes necessários para o seu funcionamento, além da desmontagem dos equipamentos que atualmente atendem a AEB, nos termos do Contrato nº 6/2024. Valor do investimento: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais);
- Prestação de serviços contínuos de engenharia de operação, de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva nas instalações, com fornecimento de peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra, bem como para a realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados na

revitalização do 1º pavimento da Agência Espacial Brasileira - AEB, nos termos do Contrato nº 37/2021. Valor do investimento R\$ 861.686,80 (oitocentos e sessenta e um mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos); e

- Aquisição de notebooks e monitores nos termos do Contrato nº 23/2025. Valor do investimento R\$ 839.800,00 (oitocentos e trinta e nove mil e oitocentos reais).

Desfazimento de Ativos

A AEB realizou o processo de desfazimento, cujo planejamento, cronograma e execução já se encontram em curso, conforme a Portaria nº 1305, de 08 de novembro de 2023, dado os trabalhos da comissão, a qual coordena as atividades de desfazimento. Foram executados os procedimentos inerentes à mobilização de equipes administrativas e auxiliares de serviços para separação, transporte e armazenamento dos bens; à publicação de anúncio no portal doacoes.gov.br, à baixa patrimonial e à baixa contábil, conforme Termo de Doação 1. Ressalta-se que estão em curso os procedimentos para desfazimentos de mais 938 itens, conforme Lista de Desfazimento - Mobiliário.

Gestão dos Imóveis Ocupados

A AEB não possui patrimônio imobiliário próprio. Os 2 imóveis cedidos, sem ônus, pela Superintendência do Patrimônio da União - SPU, situados no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos A e F, foram concedidos por meio de Contrato de Cessão de Uso Gratuita, RIP: 0101.DF.000015/2025, publicado no DOU no dia 20 de maio de 2025.

A AEB integra um condomínio, no endereço supracitado, com diversos órgãos públicos: ANA, CENSIPAM, MCTI, MDR, PRF e INCRA. Assim, o complexo disponibiliza os serviços de segurança, limpeza, energia e

saneamento que são custeados através de rateio pelos órgãos e entidades ocupantes. Já as unidades descentralizadas encontram-se distribuídas nas cidades de Natal e Parnamirim, no Rio Grande do Norte – URRN, Alcântara e São Luís, no Maranhão – URMA e São José dos Campos, em São Paulo – URSJC.

Locação de Imóveis

A AEB possui apenas uma sala comercial alugada na cidade de Natal (RN) para desenvolvimento das atividades da Unidade Regional de Natal – URRN, com valor anual de R\$ 67.313,64 (sessenta e sete mil trezentos e treze reais e sessenta e quatro centavos). Contrato nº 11/2022.

A Unidade Regional de São José dos Campos – URSJC, em São Paulo, opera em uma sala objeto de um Acordo de Cooperação Técnica – ACT realizada com o Parque de Inovação Tecnológica São José dos Campos – PIT, com valor anual de R\$ 71.194,08 (setenta e um mil cento e noventa e quatro reais e oito centavos).

E para a Unidade Regional de Alcântara URMA, no Maranhão, detém de [Termo de Compartilhamento](#) de espaço com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, além de extensão do escritório da Unidade Regional de Alcântara no prédio da FIEMA em São Luís (MA), realizada por meio de [Termo de Cessão de Uso Gratuito](#) com o Centro de Lançamento de Alcântara, imóvel localizado na Vila Residencial Tapirei.

5.9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI desempenha papel essencial na Agência Espacial Brasileira – AEB, sendo responsável pela gestão e fornecimento de recursos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC às unidades de negócios e descentralizadas da agência. Vinculada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA, a CTI é liderada por um Coordenador e conta com o apoio operacional de duas divisões: a Divisão de Infraestrutura e Segurança – DSEG e a Divisão de Projetos e Soluções Corporativas – DPSC.

Reestruturação da Coordenação em 2025

No decorrer do ano de 2025, a Coordenação de Tecnologia da Informação foi significativamente reestruturada, representando um marco importante para o fortalecimento da capacidade institucional da AEB. A CTI recebeu 2 servidores cedidos para exercício de função no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP e 1 novo servidor admitido via Concurso Público.

Essa reestruturação permitiu à CTI ampliar sua capacidade de resposta às demandas institucionais e fortalecer a governança de TIC na agência, alinhando-se às diretrizes do SISP e aos padrões estabelecidos pelos órgãos de controle.

Estrutura Organizacional

A CTI, instituída pelo Decreto nº 10.469/2020, atua como pilar de apoio estratégico para o cumprimento da missão da Agência no âmbito do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais – SINDAE. Sua estrutura é composta por:

Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI

- Responsável pela gestão estratégica de TIC;
- Articulação com órgãos setoriais do SISP; e
- Governança e alinhamento às diretrizes federais.

Divisão de Infraestrutura e Segurança – DSEG

- Gestão da infraestrutura tecnológica;
- Segurança da informação e comunicação; e
- Suporte técnico e manutenção de sistemas.

Divisão de Projetos e Soluções Corporativas – DPSC

- Desenvolvimento e implantação de sistemas;
- Gestão de projetos de TIC; e
- Soluções de inteligência corporativa e inovação.

Estatísticas de Produtividade 2025

Dentre opções de medição de produtividade, por exemplo, pode-se considerar as estatísticas consolidadas no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/AEB no período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 demonstram a dimensão das atividades da CTI e suas divisões:

Os dados evidenciam o volume significativo de tramitações processuais, com destaque para a DSEG, que processou o maior número de documentos externos (503), refletindo a intensa interação com fornecedores, parceiros e demais órgãos no contexto da gestão de infraestrutura e segurança.

Execução do PDTIC 2024-2025 e Lições Aprendidas

A análise dos relatórios gerenciais de 2025 revelou a execução parcial de um portfólio ambicioso estabelecido no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC da AEB para o biênio 2024/2025. Dos 63 projetos previstos inicialmente, 11 foram priorizados e concluídos com sucesso.

Em função dos desafios enfrentados e da necessidade de adequação à realidade operacional, o PDTIC 2024/2025 foi considerado não concluído e teve sua vigência prorrogada, passando a vigorar no período de 2024/2026. Essa decisão buscou garantir consistência entre a documentação oficial e a realidade operacional, permitindo alcançar melhores índices de execução e efetividade.

Principais Desafios Identificados

A avaliação crítica evidenciou inconsistências entre a documentação oficial e a realidade operacional, que impactaram a governança e a mensuração de resultados:

Gestão de Portfólio: Ausência de distinção clara entre projetos, serviços continuados e ações de planejamento, dificultando a priorização e o acompanhamento adequado das iniciativas.

Conformidade: Divergências na classificação de status das iniciativas e

lacunas de evidências técnicas, comprometendo a transparência e a prestação de contas.

Monitoramento: Carência de mecanismos estruturados para mensurar o impacto efetivo das entregas, limitando a capacidade de demonstrar o valor gerado pelas ações de TIC.

Esses pontos reforçaram a necessidade urgente de uma revisão metodológica e do fortalecimento dos mecanismos de governança, acompanhamento e validação para o ciclo de planejamento a partir de 2026.

Estratégia e Resultados 2025 - Quatro Pilares Estratégicos

Apesar dos desafios, a CTI consolidou avanços significativos organizados em quatro pilares estratégicos:

1. Segurança

Ciclo 5 do Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI: Aprofundamento das políticas de privacidade e proteção de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e diretrizes do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.

Multi-Factor Authentication – MFA na Virtual Private Network – VPN: Implementação de autenticação multifator para acesso remoto, aumentando significativamente a segurança no acesso aos sistemas da AEB.

2. Infraestrutura

Link RNP e Backbone Cerrado da GigaCandanga: Estabelecimento de conectividade de alta velocidade com a Rede Nacional de

Ensino e Pesquisa – RNP, ampliando a capacidade de rede e integrando as Unidades Regionais, iniciando pela UFMA/FIEMA.

Integração à Eduroam: Implementação de acesso Wi-Fi para usuários AEB em instituições aderentes, como UnB, CAPES, USP e no exterior, facilitando o trabalho colaborativo e a mobilidade acadêmica.

Implementação do Microsoft 365: Disponibilização de ambiente colaborativo robusto com Teams, CoPilot, Power BI e outras ferramentas, modernizando a infraestrutura de produtividade e comunicação.

3. Aplicações

SEI 4.0: Atualização do Sistema Eletrônico de Informações para a versão 4.0, incorporando novas funcionalidades e melhorias de desempenho.

Nova Intranet: Desenvolvimento e implementação de nova plataforma de intranet, aprimorando a comunicação interna e o acesso a informações corporativas.

4. Inteligência

Power BI e Dashboards: Implementação de soluções de Business Intelligence para análise de dados e apoio à tomada de decisões estratégicas.

IA CoPilot, Cosminho, Luana e Sagi-Crab: Incorporação de ferramentas de inteligência artificial para automação e apoio às atividades institucionais.

Dados Abertos - PDA (Plano de Dados Abertos): Manutenção e atualização contínua do PDA, garantindo transparência e acesso da sociedade aos dados públicos da AEB.

Status dos Principais Projetos

Finalizados: Microsoft 365, Power BI, Trello, Dados como Serviço em contratação com o SERPRO.

Renovados: Suporte e manutenção de parte do Data Center, suporte Service Desk e Intranet.

Em andamento: Notebooks e monitores (Aquisição das travas/cadeados e distribuição aos usuários), revisão do planejamento quanto ao Firewall, revisão da contratação de softwares e licenças de software como o Canva, Flickr, Heyzine Flip Book, UFOCapture, MidJourney, Google AI Ultra, Claude, entre outros.

Próximos lançamentos (projeção em dez/2025, para 2026): Plataforma de Inteligência de Dados com dashboards, Registro Espacial Brasileiro – Resbra, Sistema de Gestão de Atos Normativos e IA para Edição de Atos Normativos, suporte de TI para o evento XI Encontro Internacional da Rede Latino-Americana e do Caribe do Espaço – ReLaCa (páginas na internet, computadores, notebooks e internet para o evento), Revisão PDTIC (Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação) 2024/2026 e elaboração do novo PDTICAEB para o biênio 2027/2030, edição e divulgação de normas relacionadas à Segurança da Informação e Comunicação na AEB, incremento de

ferramentas de segurança (Antivírus, Firewall, balanceador de carga), Ativação dos cursos da Plataforma RNP para a capacitação das equipes da CTI AEB, mediante cursos técnicos, de planejamento e de gestão de TI, foi desenvolvida Inteligência Artificial, em estrutura e controles próprios da AEB, que funcionará com os agentes Cosminho, Luana e Sagi-Crab.

Conformidade Legal e Modelo de Governança

A CTI atua como órgão seccional do SISP, em conformidade com o [Decreto nº 7.579/2011](#), alterado pelo [Decreto nº 10.230/2020](#) e pelo [Decreto nº 11.736/2023](#). As competências dos órgãos seccionais abrangem:

- I. Cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos seccionais, as orientações emanadas do órgão Setorial do SISP ao qual estão vinculados;
- II. Subsidiar o órgão Setorial na elaboração de políticas, diretrizes, normas e projetos setoriais;
- III. Participar dos encontros de trabalho programados para tratar de assuntos relacionados ao SISP.

Políticas e Normativos de Governança

O modelo de governança de TIC da AEB segue os princípios da governança corporativa pública e incorpora parâmetros e conceitos fundamentais para alinhar as práticas de TIC aos objetivos estratégicos da Agência. Para orientar os resultados desejados e estabelecer controles internos eficazes, a AEB implementa políticas e normas que direcionam as boas práticas:

Plano de Dados Abertos – PDA: Define objetivos, metas e ações para

abertura de dados públicos, promovendo transparência e participação social.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC: Instrumento de planejamento que consolida as demandas de TIC e alinha investimentos aos objetivos institucionais.

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC: Estabelece objetivos estratégicos, metas e ações para modernização da infraestrutura de TI.

Política de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação – PGTIC: Define princípios, diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento eficiente, eficaz e seguro da TIC.

Política de Impresso da AEB – PoImp: Promove uso consciente e eficiente dos recursos de impressão, com foco em sustentabilidade e economicidade.

Política de Segurança da Informação e Comunicação – PoSIC: Estabelece princípios e diretrizes para proteção das informações e sistemas, assegurando confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Comitê de Governança Digital

As Tecnologias da Informação e Comunicação na AEB desempenham funções atribuídas pelo Comitê de Governança Digital – CGD, conforme estabelecido pela [Portaria AEB nº 27, de 22 de janeiro de 2020](#). O CGD tem responsabilidade

de desenvolver políticas e estratégias relacionadas ao investimento e adoção de solução de TIC, promovendo alinhamento estratégico e eficiência operacional.

Iniciativa Estratégica: Primeira Oficina de Planejamento Estratégico da CTI

Diante dos desafios identificados e das oportunidades de melhoria, a CTI elaborou o projeto da Primeira Oficina de Planejamento Estratégico e Situacional da Coordenação de Tecnologia da Informação, realizada em 2025. O objetivo foi consolidar as lições aprendidas, definindo foco, metas e responsabilidades na estruturação de um plano de ação imediato de 90 dias, embrião do alinhamento da CTI à missão, competências e portfólio de serviços às prioridades institucionais da AEB para o biênio 2026-2027.

Oportunidades Estratégicas e Prioridades para 2026

Dentre todos os projetos do PDTIC, foram definidas três prioridades para um Plano de Ação de 90 dias em 2026:

1. Consolidação de processos, atividades e estrutura organizacional da CTI: Realização em paralelo e comunicação com o projeto institucional de Dimensionamento da Força de Trabalho, conduzido na AEB pelo Ministério da Gestão Pública e Inovação – MGI.

2. Revisão do Catálogo de Sistemas e consolidação de matriz de sistemas x equipamentos: Mapeamento completo dos sistemas em uso e sua relação com a infraestrutura tecnológica, facilitando a gestão e manutenção.

3. Elaboração de proposta para o Data Center: Definição estratégica

sobre renovação interna ou migração externa do Data Center, considerando aspectos técnicos, orçamentários e de segurança. Adicionalmente, foram identificadas outras iniciativas estruturantes:

- Conclusão da Nova Intranet e revisão
- Elaboração do novo PDTIC 2026-2027
- Consolidação da política de segurança e infraestrutura (normas, campanhas de divulgação e orientação)
- Implantação de IA da Agência Espacial Brasileira

Produtos Esperados da Oficina de Planejamento

A oficina gerou produtos concretos para orientação da gestão de TIC:

Diagnóstico Participativo: Mapa de prioridades com justificativas fundamentadas em análise situacional.

Matriz de Responsabilidades: Definição clara de papéis por processo, fortalecendo a accountability.

Diretrizes Estratégicas: Decisão documentada sobre gestão do Catálogo de Sistemas e migração do Data Center.

Plano de Ação de 90 Dias: Cronograma tático para fevereiro a abril de 2026, com metas, responsáveis e indicadores.

Relatório Executivo da Oficina CTI 2026: Documento executivo para envio ao Comitê de Governança Digital – CGD/AEB, contendo justificativa, metodologia, diagnóstico, prioridades, iniciativas, indicadores e planos operacionais da CTI e das divisões DSEG e DPSC.

Principais Desafios e Perspectivas Futuras

A CTI enfrenta desafios significativos que demandam atenção estratégica e investimentos:

Recursos Orçamentários e Humanos: Orçamento restrito limita a capacidade de investir em tecnologias e infraestruturas essenciais. A falta de colaboradores, especialmente servidores efetivos, sobrecarrega a equipe atual, comprometendo a velocidade das entregas.

Organização e Automatização de Dados: Necessidade de unificar e integrar diversas fontes de informação em repositório centralizado, implementando sistemas automatizados para garantir precisão e atualização constante.

Adaptação ao Programa de Gestão e Desempenho – PGD: Transição das estações de trabalho fixas para notebooks, proporcionando equipamentos adequados para trabalho remoto, com reforço da infraestrutura de rede e medidas de segurança cibernética.

Gestão de Projetos Interdependentes: Manter sincronização e colaboração entre áreas para evitar atrasos, exigindo coordenação cuidadosa e comunicação eficiente.

Aprimoramento do PDTIC: Melhorar processos de elaboração, acompanhamento e execução, permitindo monitoramento mais preciso de etapas, prazos e recursos.

Metodologias de Gerenciamento: Implementação de abordagens ágeis para assegurar entregas dentro do escopo, tempo e orçamento planejados.

Roadmap 2026

Ao final de 2025, ficou patente a necessidade de revisão metodológica e fortalecimento de mecanismos de governança a partir de 2026. A CTI reafirma seu compromisso com a constante modernização de infraestruturas e processos, visando maximização da eficiência e eficácia. Por meio de ações estratégicas e foco em resultados, a coordenação promoverá a inovação, aprimorará a qualidade dos serviços e atenderá às necessidades institucionais com excelência.

O empenho em superar desafios e otimizar recursos será a base para o desenvolvimento e a evolução contínuos da CTI, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro e o cumprimento da missão institucional da Agência Espacial Brasileira.

5.10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Plano de Logística Sustentável

No exercício de 2025, destaca-se a publicação do Plano de Logística Sustentável – PLS da Agência Espacial Brasileira – AEB, instituído pela Portaria n.º 1.697, de 6 de março de 2025. Elaborado pela Coordenação de Administração – COAD, o PLS consolida o compromisso institucional da AEB com a adoção de práticas sustentáveis e com o aprimoramento da eficiência na gestão de recursos públicos.

O plano configura-se como instrumento de governança ao estabelecer diretrizes, metas e ações voltadas à incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas e na execução de projetos institucionais, aplicáveis a todas as fases do ciclo da contratação, desde o planejamento até a destinação final de resíduos e rejeitos, bem como a iniciativas que não demandem contratação. Com vigência de março de 2025 a dezembro de 2026, o PLS orienta a integração sistemática da sustentabilidade às práticas administrativas da Agência, contribuindo para o fortalecimento da gestão responsável e alinhada às políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

O monitoramento inicial das ações evidencia avanços relevantes, como o cumprimento integral dos requisitos de planejamento nas contratações, a adoção de critérios de menor impacto ambiental, e a priorização de microempresas nas contratações públicas.

Paralelamente, observa-se a implementação de ações estruturantes voltadas à transformação digital, à conscientização institucional e à capacitação dos agentes públicos, que, embora ainda em consolidação, sinalizam o amadurecimento da governança sustentável no âmbito da AEB. Os desafios identificados, próprios de um ciclo inicial de execução, estão sendo incorporados ao planejamento subsequente, reafirmando o compromisso da Agência com a melhoria contínua, a eficiência na gestão dos recursos públicos e a promoção de uma cultura organizacional orientada à sustentabilidade.



6 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A AEB está inscrita no CNPJ 86.900.545/0001-70 e cadastrada no SIAFI como UG 203001/Gestão 20402. Nesse contexto, a Coordenação de Orçamento e Finanças – COF tem como competência supervisionar os atos de gestão orçamentária, financeira, contábil-patrimonial e coordenar as atividades de planejamento e orçamento da Agência, assim como monitorar a execução de Programas e Ações, no âmbito de sua competência, para subsidiar o processo de tomada de decisão das Diretorias Finalísticas e da Presidência, por meio da assistência à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.

A Lei Orçamentária Anual - Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025), no que se refere à AEB, ficou assim configurada:

Tabela 21 - Controlabilidade dos Custos Não Controláveis

Controlabilidade dos Custos-Agência Espacial Brasileira-AEB			
Ítem de Custos/Subelemento do Custo	2025	2024	Variação 2025-2024
Custos Não Controláveis/Pessoal e Encargos e Outros Custos			
Mão de Obra Civil	19.719.910,55	16.303.661,52	-20,95% ↓
Auxílio a Pessoas	1.152.603,42	1.010.258,76	-14,09%
Benefícios a Pessoas	87.074,58	78.980,04	-10,25%
Encargos Patronais	2.477.179,24	2.068.153,13	-19,78%
Remuneração a Pessoas	16.003.053,31	13.146.269,59	-21,73%
Previdência do Servidor Civil	719.014,90	666.624,85	-7,86% ↓
Aposentadorias	652.887,64	608.968,59	-7,21%
Pensões	66.127,26	57.656,26	-14,69%
Previdência do Trabalhador	11.273,59	0,00	0,00% ↓
Juros e Encargos de Mora	11.273,59	0,00	0,00%
Transferências e Delegações	5.093.785,15	14.522,59	-34974,91% ↓
Transferências aos Exterior	10.372,55	14.522,59	28,58%
Transferências por Doações Concedidas	1.283.412,60	0,00	0,00%
Transferências Voluntárias (Termo de Fomento)	3.800.000,00	0,00	0,00%
Total	25.543.984,19	16.984.808,96	50,39% ↓

Os Custos de Funcionamento são apurados por meio da funcionalidade DETACUSTO, sendo identificados pela natureza de despesa Detalhada. Assim os valores apresentados podem diferir dos apurados por meio da VPD. Enquanto a VPD se baseia em registros contábeis, a funcionalidade DETACUSTO, recurso do SIAFIWeb para atribuição de custos, não afeta o registro Contábil.

Fonte: Sistema de Custos do Governo Federal-SIC

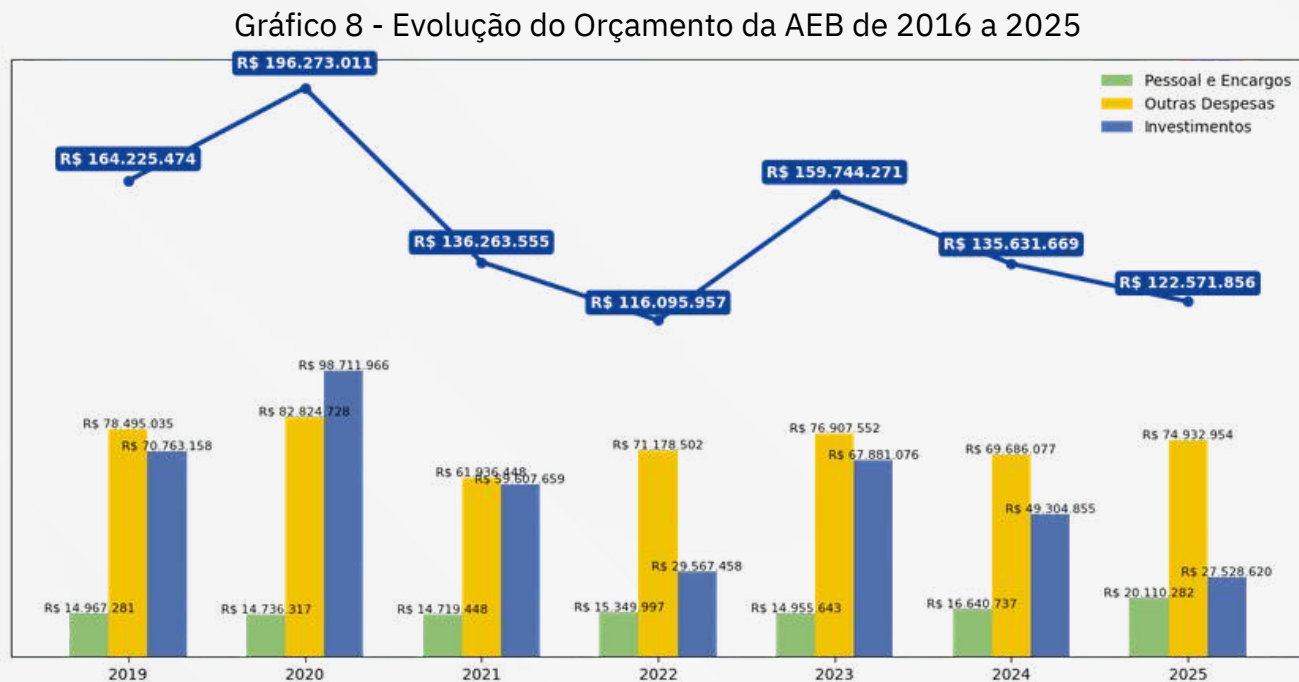
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

O valor cancelado de R\$ 8,82 milhões atingiu todas as Ações Discricionárias que compõem o orçamento da AEB, exceto a Ação 20VB - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial, que recebeu R\$ 5,00 milhões em Emenda Parlamentar Individual do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP).

Já a Ação 2000, responsável pela manutenção da instituição, sofreu um corte da ordem de R\$ 1,31 milhão – um impacto significativo que representou cerca de 15% do valor total cancelado.

Evolução do Orçamento

O gráfico a seguir apresenta a dotação atualizada da AEB por Grupo de Natureza de Despesa para os exercícios de 2019 a 2025:



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

Execução Orçamentária

O orçamento da AEB foi distribuído em quatro Programas que foram executados conforme detalhamento abaixo:

Tabela 22- Execução Orçamentária

PROGRAMA	AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO/ DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADO/ EMPENHADO	PAGO/ LIQUIDADO
2307 - Programa Espacial Brasileiro	20VB - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial	7.799.126	11.318.302	11.318.289	9.590.918	9.522.835	100,00%	84,74%	99,29%
	21AG - Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	36.871.225	28.568.297	28.471.689	13.963.732	13.613.496	99,66%	49,04%	97,49%
	21AH - Governança e Regulação de Atividades Espaciais	484.924	82.266	82.263	78.878	78.878	100,00%	95,88%	100,00%
	21AI - Infraestrutura e Aplicações Espaciais	29.877.188	26.923.293	26.921.806	18.846.222	18.284.399	99,99%	70,00%	97,02%
	21F9 - Desenvolvimento da Capacidade Nacional de Acesso ao Espaço	3.815.805	3.087.358	3.090.322	3.003.529	3.003.529	100,10%	97,19%	100,00%
	7F40 - Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA	6.368.918	5.518.532	5.518.532	2.627.187	2.627.187	100,00%	47,61%	100,00%
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	00S6 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	13.000	13.000	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00UU - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	52.000	30.738	30.737	30.737	30.737	100,00%	0,00%	100,00%
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.786.928	2.130.528	2.130.527	2.130.527	1.914.678	100,00%	100,00%	89,87%
	20TP - Ativos Civis da União	15.472.148	17.231.984	17.005.593	16.966.852	15.051.774	98,69%	99,77%	88,71%
	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	698.197	734.770	728.070	728.070	672.064	99,09%	100,00%	92,31%
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Público	160.000	90.000	84.831	84.831	77.524	94,26%	100,00%	91,39%
	2000 - Administração da Unidade	26.800.286	25.490.968	25.453.383	17.427.175	17.003.325	99,85%	68,47%	97,57%
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	117.396	216.296	185.680	161.616	153.521	85,85%	87,04%	94,99%
	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.079.505	1.135.524	1.067.772	1.067.772	927.947	94,03%	100,00%	86,91%
	TOTAL		131.396.646	122.571.856	122.089.495	86.708.048	82.961.897	99,61%	71,02%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

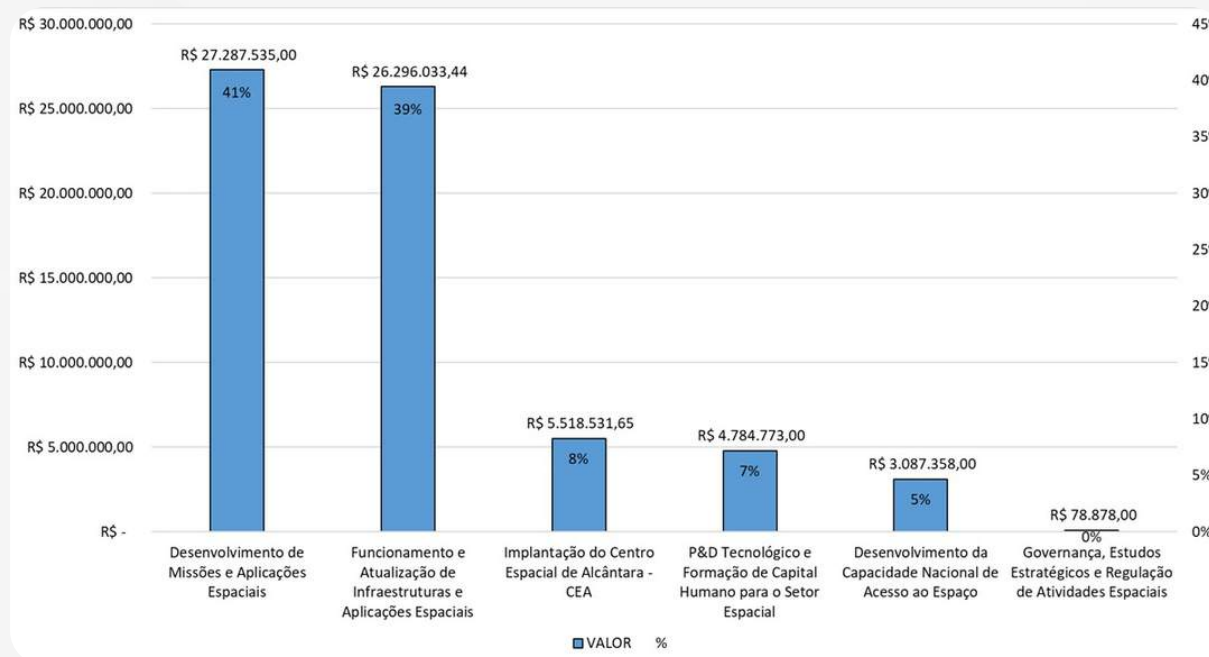
Observações:

- Os valores apresentados se referem apenas aos créditos aprovados pela LOA de 2025, não incluindo valores relativos a pagamentos de Restos a Pagar – RAPs de exercícios anteriores; e
- A descentralização de créditos da Ação 21F9 para o Instituto de Aeronáutica e Espaço, Unidade Gestora subordinada ao Comando da Aeronáutica, resultou em valores empenhados superiores ao limite da dotação atualizada da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2025, em decorrência de variação cambial durante a execução da Unidade Descentralizada - Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica - DIREF.

A execução orçamentária e financeira da AEB ocorreu, em grande parte, por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED celebrados entre os diversos atores que compõem o SINDAE, dentre outros órgãos parceiros.

Em 2025, as dotações orçamentárias descentralizadas somaram R\$ 67.053.109 para projetos e atividades relevantes do setor espacial, distribuídos nos seguintes objetos:

Gráfico 9 - Dotações Orçamentárias Descentralizadas



Fonte: COF/DPOA/AEB

As demais descentralizações de crédito que somaram R\$ 3,6 milhões foram destinadas para os diversos objetivos que não têm relação direta com o PEB. Os créditos executados e não descentralizados, no montante de R\$ 51,9 milhões, referem-se às despesas empenhadas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais e outras despesas administrativas da unidade prestadora de contas – AEB.

6.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

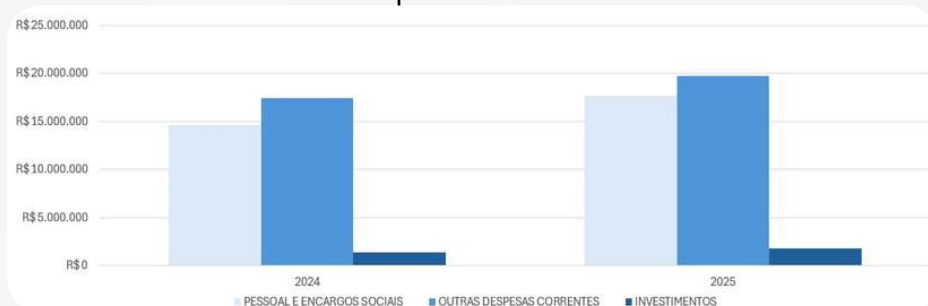
Considerando a unidade prestadora de contas AEB - Unidade Gestora Executora, o valor pago em 2025 totalizou R\$ 39.120.406,00, detalhados nos Grupos de Natureza de Despesa na tabela a seguir:

Tabela 23 - Valor por natureza de despesa

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	VALOR PAGO (R\$ 1,00)
1 - Pagamento de Pessoal e Encargos	17.638.516
3 - Outras Despesas Correntes	19.706.331
4 - Despesas de Investimentos	1.775.560
SOMATÓRIO	39.120.406

Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 10 - Comparativo de 2025 com 2024



Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

O quadro a seguir demonstra a execução das despesas da AEB de acordo com a classificação dos Grupos e Elementos de Despesa. Ressalta-se que são despesas da Unidade Prestadora de Contas e não estão incluídos os valores descentralizados.

Do total empenhado, cerca de 38,5% foram gastos com gastos com Pessoal e Encargos Sociais, 54,9% com Outras Despesas Correntes e 6,6% foram com Investimentos, voltados à renovação de mobiliários, entre outros.

No Grupo de Natureza de Despesa - GND 1 (Despesa com Pessoal), o maior impacto percentual ocorreu no Elemento de Despesa 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), que atingiu 55,2% de crescimento.

No GND 3 (Outras Despesas Correntes), o maior impacto percentual ocorreu no Elemento de Despesa 41 (Contribuições), que atingiu 36.440,1% de crescimento, em função da formalização de Convênios e Termos de Fomento.

No GND 4 (Investimentos), o destaque da queda percentual sucedeu no Elemento de Despesa 40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica), atingindo 100,0% de redução em relação à 2024.

Quadro 1 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES								
Grupos e Elementos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Despesas Inscritas em RP não processados		Valores Pagos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
1. Despesas de Pessoal	19.864.190	15.872.953	19.825.449	15.853.800	38.742	19.154	17.638.516	14.584.945
01 - Aposentados	673.712	613.008	673.712	613.008	0	0	621.888	568.332
03 - Pensões	54.358	49.296	54.358	49.296	0	0	50.177	45.504
07 - Contribuições a entidade fechada de previdência	350.384	237.000	350.384	217.846	0	19.154	312.320	199.107
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	16.463.493	13.049.296	16.424.751	13.049.296	38.742	0	14.562.380	11.900.009
13 - Obrigações patronais	2.130.527	1.778.639	2.130.527	1.778.639	0	0	1.914.678	1.741.064
16 - Outras despesas variáveis - Pessoal civil	174.836	134.841	174.836	134.841	0	0	160.194	121.120
92 - Despesa de exercícios anteriores	16.880	10.873	16.880	10.873	0	0	16.880	9.809
3. Outras Despesas Correntes	28.298.997	21.357.837	20.276.193	17.725.030	8.022.804	3.632.807	19.706.331	17.385.437
08 - Outros benefícios assistenciais	33.571	39.808	33.571	39.808	0	0	28.464	36.802
14 - Diárias - Pessoal civil	784.111	765.735	784.111	765.735	0	0	784.111	763.644
30 - Material de consumo	102.251	95.899	82.184	67.314	20.067	28.586	82.090	67.060
33 - Passagens e despesas de locomoção	1.784.452	1.444.654	1.043.611	1.273.662	740.841	170.992	1.035.886	1.266.311
35 - Serviços de Consultoria	486.302	274.056	181.019	231.585	305.283	42.471	166.115	231.585
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	413.620	363.080	413.620	363.080	0	0	383.107	307.903
37 - Locação de mão-de-obra	9.377.185	8.266.862	7.328.709	6.842.010	2.048.476	1.424.852	7.095.477	6.713.974
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	5.613.601	6.628.584	2.838.410	5.032.893	2.775.192	1.595.691	2.800.970	4.998.730
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	2.984.747	2.277.846	2.348.033	1.907.631	636.714	370.215	2.258.852	1.893.812
41 - Contribuições	5.306.577	14.523	3.810.373	14.523	1.496.204	0	3.810.373	14.523
46 - Auxílio-alimentação	957.877	805.553	957.877	805.553	0	0	843.360	733.371
47 - Obrigações tributárias e contributivas	350	309	350	309	0	0	350	309
49 - Auxílio-transporte	76.324	80.577	76.324	80.577	0	0	56.123	72.809
92 - Despesa de exercícios anteriores	181.318	47.281	181.291	47.281	28	0	181.291	47.281
93 - Indenizações e restituições	196.712	253.069	196.712	253.069	0	0	179.764	237.323
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos e Elementos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Despesas Inscritas em RP não processados		Valores Pagos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
4. Investimentos	3.415.032	4.649.266	1.830.926	1.448.664	1.584.106	3.200.602	1.775.560	1.352.213
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.131.568	3.789.222	1.814.571	1.145.590	316.998	2.643.632	1.759.205	1.049.780
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	0	103.690	0	103.690	0	0	0	103.690
52 - Equipamentos e material permanente	1.283.463	756.354	16.355	199.384	1.267.108	556.970	16.355	198.742,62
TOTAL GERAL	51.578.220	41.880.056	41.932.568	35.027.494	9.645.652	6.852.562	39.120.406	33.322.595

Fonte: Tesouro Gerencial

Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

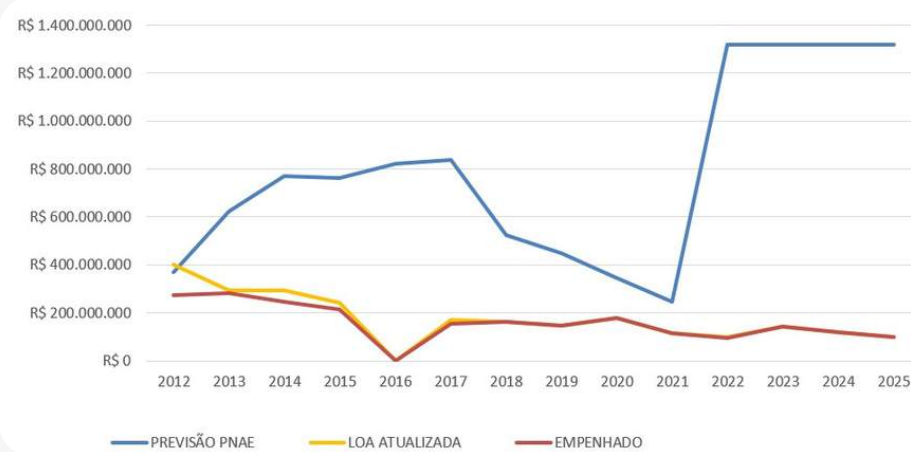
A LOA aprovada fixou a despesa em R\$ 131,4 milhões. Contudo, o cancelamento orçamentário no primeiro semestre de 2025 diminuiu a dotação autorizada para R\$ 122,6 milhões, que representa uma redução de 6,7% no orçamento da AEB.

Em função desse decréscimo, a execução das Ações do Programa Espacial Brasileiro – PEB foi prejudicada nesse exercício e alguns projetos tiveram que ser adequados à dotação atualizada, alterando o planejamento dos Termos de Execução Descentralizados – TED que estavam em fase de formalização.

Da mesma forma, as dificuldades orçamentárias vivenciadas pela AEB nos últimos anos estão repercutindo diretamente nos projetos previstos no PNAE 2022–2031.

O gráfico a seguir demonstra que, exceto no exercício de 2012, as Leis Orçamentárias Anuais sempre estiveram aquém dos orçamentos previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais. No exercício de 2025, a LOA relativa a despesas primárias discricionárias (R\$ 96,1 milhões) e Emendas Parlamentares (R\$ 5,0 milhões), totalizando R\$ 101,1 milhões, representou apenas 7,7% do orçamento referente à média anual do Cenário 1000 do PNAE (R\$ 1,32 bilhão), cujo potencial de investimento está alinhado com a visão de futuro do Programa Nacional de Atividades Espaciais: “ser o país sul-americano líder no mercado espacial”.

Gráfico 11 - Valor da LOA em comparação ao previsto no PNAE



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e publicação PNAE 2022–2031.

Os orçamentos atribuídos pelas Leis Orçamentárias Anuais possuem elevado índice de execução. No exercício de 2025, a execução orçamentária das despesas discricionárias e Emendas Parlamentares (R\$101,0 milhões) atingiu 99,9% da dotação atualizada da respectiva LOA (R\$ 101,1 milhões), demonstrando que o setor espacial brasileiro executa com plenitude os orçamentos que lhe são concedidos.

Com a finalidade de garantir a disponibilidade dos recursos necessários para a execução das atividades da Agência, no decorrer do exercício de 2025, manteve-se contato com o MCTI, informando necessidades e solicitando providências em seu atendimento.

Em função da complexidade do setor, os projetos necessitam investimentos contínuos, estáveis e crescentes, pois têm características de desenvolvimento de longo prazo e com pagamentos em parcela única de grandes proporções do orçamento total de capital. Além do que foi percorrido, o cancelamento orçamentário aconteceu de maneira única, dificultando o alcance de metas dos projetos.

Essa visão é corroborada pelo TCU, conforme voto do Ministro Marcos Bemquerer Costa, relatado no processo nº TC 016.582/2016-0: O Brasil, em nível de investimentos no setor, está aquém de diversos outros países, como, por exemplo, Rússia, Índia e China, conforme identificado no Levantamento. Dentre as consequências do baixo nível de investimento, a unidade técnica relacionou a incapacidade de o setor espacial nacional manter um parque industrial sólido e competitivo e de se inserir na economia do espaço.

Principal desafio orçamentário e financeiro enfrentado

O principal desafio enfrentado pela AEB consistiu na gestão da insuficiência de recursos alocados na LOA da Autarquia, situação agravada pelo cancelamento de créditos orçamentários destinados ao fomento das atividades do Programa Espacial Brasileiro.

6.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ativo Circulante

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

- Adiantamento concedido a pessoal (13º salário, Férias e Suprimento de Fundos); e
- Adiantamento Termo de Execução Descentralizada (transferências financeiras repassadas aos parceiros), DCTA, INPE, UNB, UFMA, UFSC,

Tabela 24 - Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial		
Comparativo 4º Trimestre 2025 - 4º Trimestre 2024		
ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE	323.039.228,44	268.083.467,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.823.710,82	1.204.604,74
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	318.005.263,81	266.672.609,32
Demais Créditos e Valores	300.728.749,78	266.672.609,32
Estoques	210.253,81	206.253,81
ATIVO NÃO CIRCULANTE	75.034.576,47	73.314.507,77
Ativo Realizável a Longo Prazo	35.424,47	35.424,47
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo (Demais Ações - Teles)	35.424,47	35.424,47
Imobilizado	9.633.765,87	12.324.751,69
Bens Móveis (*)	9.633.765,87	12.324.751,69
Bens Móveis	22.840.557,58	23.257.268,89
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-13.206.791,71	-10.932.517,20
Bens Imóveis (*)	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	65.365.386,13	60.954.331,61
Software (**)	14.608.492,65	13.487.400,99
Software	15.460.926,94	14.339.835,28
(-) Amortização Acumulada de Software	-852.434,29	-852.434,29
Marcas, Direitos e Patentes Industriais (**)	50.756.893,48	47.466.930,62
Concessão de Direito de Uso de Comunicação (Brasil Telecom)	30.270,83	30.270,83
Adiantamento para Transferência de Tecnologia (Thales Alenia Space France)	22.832.986,70	22.832.986,70
Processos e Inovações Tecnológicas (ETEC - Encomendas Tecnológicas)	27.857.635,95	24.567.673,09
Outros Direitos - Bens Intangíveis (software para Mailing de Imprensa)	36.000,00	36.000,00
TOTAL DO ATIVO	398.073.804,91	341.397.975,64
PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE	6.147.763,27	2.194.737,30
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	2.259.900,32	1.125.392,67
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.852.749,70	1.046.162,21
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	35.113,25	23.182,42
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	6.147.763,27	2.194.737,30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	875.919,79	875.919,79
Resultados Acumulados	391.050.121,85	338.327.318,55
Resultado do Exercício	52.722.803,30	27.294.118,82
Resultados de Exercícios Anteriores	338.327.318,55	315.321.229,66
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-4.288.029,93
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	391.926.041,64	339.203.238,34
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	398.073.804,91	341.397.975,64

Fonte SIAFI 2025, em 31/12/2025

IFI, UFMG, para a execução dos créditos descentralizados através Termos de Execução Descentralizada – TED. A movimentação da conta a Crédito ocorre pelo registro dos recursos transferidos por meio de PFs-Transferências Financeiras, e a débito pela comprovação dos recursos recebidos ou pela devolução dos recursos financeiros não utilizados.

(a) Caixa e equivalentes de caixa:

- Limite de Saque c/Vinc. de Pagto-Tesouro Nacional- R\$ 474.660,94;
- Limite de Saque c/Vinc. de Pagto Ordem de Pagto (Tesouro Nacional) R\$ 1.732.135,22; e
- Garantias Recebidas a Executar R\$ 2.619.914,66.

Até a data do encerramento do 4º trimestre de 2025, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, (recursos liberados pelo Tesouro), somavam em 31/12/2025 **R\$ 4.823.710,82**

(b) Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento do 4º trimestre de 2025, o saldo de Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada somava R\$ 317.309.940,18.

Movimento

- Acréscimo (debitado) pelo registro dos recursos financeiros transferidos por meio de TED;
- Acréscimo (debitado) pelo estorno com a negativação parcial ou total do valor lançado;
- Redução (creditado) pela comprovação dos recursos transferidos por meio de TED; e
- Redução (creditado) pela devolução dos recursos financeiros não utilizados.

(c) Bens móveis

No 4º Trimestre do exercício de 2025, o saldo do Ativo Imobilizado foi confrontado com os saldos registrados nos sistemas SIAFI/SIADS com a relação correspondente do documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e a sua respectiva Depreciação. Com destaque para a Conta Contábil 1.2.3.1.1.02.00 – BENS DE INFORMÁTICA R\$ 11.068.663,46.

(d) Ativo Intangível

O Trimestre findo em 31/12/2025, o intangível seguiu sua trajetória de crescimento, impulsionado pelas novas aquisições de licenças de uso de softwares e novas soluções. Destaques para as Contas Contábeis 1.2.4.2.1.01.02 – ADIANTAMENTOS PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA (Thales Alênia), 1.2.4.1.1.00.00 – SOFTWARES de vida útil definida e indefinida e 1.2.4.2.1.01.07 – PROCESSOS DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS - ETEC.

I. Atos potenciais

Os saldos de contratos celebrados foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilizou, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Até 31/12/2025, as obrigações contratuais (contratos administrativos) e as Obrigações Conveniadas (convênios) e

Outros Instrumentos Congêneres (TED 's) escrituradas em contas de compensação somaram R\$ 31.827.948,83 e R\$ 192.888.100,44, respectivamente.

Contas do grupo de Estoques (R\$ 210.253,81) de materiais e produtos ainda apresentam na unidade gestora saldos consideráveis remanescentes. A Agência Espacial Brasileira-AEB aderiu ao serviço de logística “Almoxarifado Virtual”, que consiste na disponibilização de sistema informatizado, para fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou seja, materiais de expediente (papel, caneta, grampeador) e suprimentos de informática, com entregas em todo território nacional. Em geral, são itens de papelaria. A tendência é que em curto espaço de tempo o estoque físico deixe de existir, minimizando os custos de manutenção na conservação dos produtos estocados.

Ativo Não Circulante

Bens Imóveis

A Agência Espacial Brasileira – AEB assinou em 12/05/2025 com a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITA 01.01.DF.000015/2025, com objetivo de legalizar a ocupação do imóvel localizado no “Setor SPO AREA ESPECIAL CONJUNTO 5, nº 5, Quadras 01, 02 e 03, Área 05, SETOR POLICIAL SUL, Brasília, Distrito Federal N° da matrícula cartorial: 53872”,

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

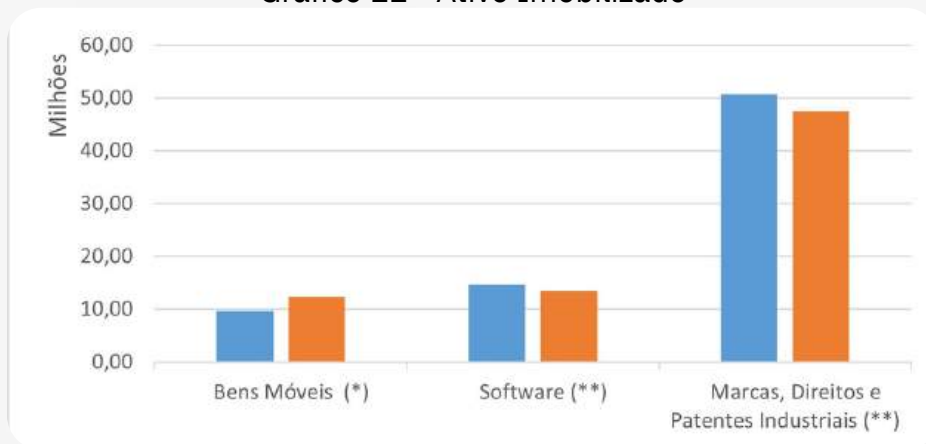
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Tabela 25 - Comparativa de 2024/2025

	31/12/2024	31/12/2025
Software com Vida Útil Definida	13.224.812,22	14.345.903,88
Software com Vida Útil Indefinida	1.115.023,06	1.115.023,06
Marcas Direitos e Patentes Industriais	47.466.930,62	50.756.893,48
Amortização Acumulada	-852.434,29	-852.434,29
Total	60.954.331,61	65.365.386,13

Fonte SIAFI, 31/12/2025

Gráfico 12 - Ativo Imobilizado



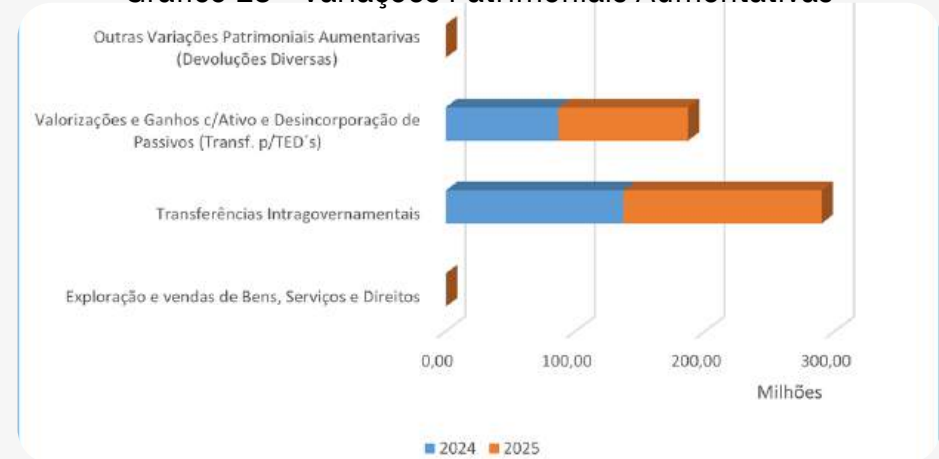
Fonte: COF/DPOA/AEB

A Agência Espacial Brasileira tem feito investimento considerável na área de Tecnologia da Informação com ênfase na segurança da informação, até 31/12/2025 em comparação com 31/12/2024 houve um incremento da ordem de **7,82% no grupo Intangível-Software**, destacando aquisições de licenças de softwares para inovação dos processos tecnológicos. O grupo Marcas, Direitos e Patentes Industriais abriga o primeiro processo de Encomenda Tecnológica (ETEC), PROCESSOS DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, com fundamento na Lei de Inovação, com acompanhamento do TCU, da CGU e representantes da AGU, representando cerca de **77,65%** do total do grupo em **31/12/2025**.

Passivo Circulante

Destaque para o grupo Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo retenções da folha de pagamento da competência Dezembro/2025, recolhidos no mês seguinte - (consignações diversas e encargos).

Gráfico 13 - Variações Patrimoniais Aumentativas



Fonte: COF/DPOA/AEB

Quadro 2- Compensações Ativo e Passivo

Quadro de Compensações					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Especificação/Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Especificação/Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos	224.716.049,27	188.135.859,07
Atos Potenciais Ativos	2.834.898,25	2.678.528,12	Atos Potenciais Passivos	224.716.049,27	188.135.859,07
Garantia e Contragarantias Recebidas (*)	2.307.528,92	2.151.158,79	Garantia e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Convidados e Outros Instrumentos	500.000,00	500.000,00	Obrigações Convidadas e Outros Instrumentos	192.888.100,44	159.035.307,85
Direitos Contratuais	27.369,33	27.369,33	Obrigações Contratuais (**)	31.827.948,83	29.100.551,87
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
TOTAL	2.834.898,25	2.678.528,12	TOTAL	224.716.049,27	188.135.859,07
§IAFI 2025, EM 31/12/2025					
*) Em revisão para ajustes de valores					
**) Em revisão para ajustes de valores					

Fonte: COF/DPOA/AEB

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As variações patrimoniais aumentativas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, registrados com base na ocorrência do fato gerador.

Composição levando-se em conta a relevância:

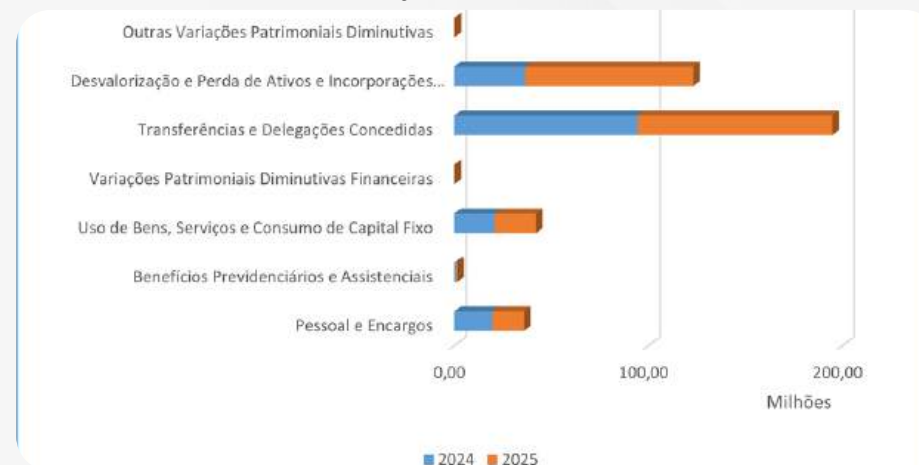
Transferências Recebidas: compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, dentre outras transferências.

São exemplos: Repasses Recebidos do Exercício e Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas, ganhos com desincorporação de passivos, etc. Adiantamentos a TED's incorporação de ativos e prestação de contas por encerramento e comprovação de execução de TED's – Desincorporação de Passivos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: representa o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. São exemplos: resultado positivo de equivalência patrimonial, reversão de provisões e ajustes de perdas, etc.

Gráfico 14 - Variações Patrimoniais Diminutivas



Fonte: COF/DPOA/AEB

Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

Assim como ocorre com as variações patrimoniais aumentativas, as diminutivas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, com base no fato gerador.

Pessoale Encargos: esta linha da DVP representa o valor das variações resultantes da remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar,

destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais: compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social – RPPS e do regime geral da previdência social – RGPS, bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros (contratos administrativos ex. mão de obra terceirizada), arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Transferências e Delegações concedidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, TEDs, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida ativa tributária.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreendem: premiações culturais, artísticas e científicas, incentivos, equalizações de preços e taxas, resultado negativo de participações, entre outros.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Assessoria de Cooperação Internacional
AECI – Assessoria Especial de Controle Interno (do MCTI)
AEB – Agência Espacial Brasileira
AFFC – Auditor Federal de Finanças e Controle
ALADA – Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A.
ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ARI – Assessoria de Relações Institucionais e Comunicação
AUDIN – Auditoria Interna
BRICS – Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (mais membros associados)
C&T – Ciência e Tecnologia (carreiras de C&T)
CBERS – Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres
CCS – Coordenação de Comunicação Social
CDPEB – Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro
CEA – Centro Espacial de Alcântara
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CGD – Comitê de Governança Digital
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU – Controladoria-Geral da União
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CNE – Conselho Nacional do Espaço
CNES – Centre National d'Études Spatiales (Agência Espacial Francesa)
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COAD – Coordenação de Administração
COF – Coordenação de Orçamento e Finanças
COMAE – Comando de Operações Aeroespaciais

Compras.gov.br – Plataforma Compras.gov.br (sistema federal de compras)
COPE – Centro de Operações Espaciais
COPUOS – Committee on the Peaceful Uses of Outer Space (Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior)
CRI – Coordenação de Relações Institucionais
CTI – Coordenação de Tecnologia da Informação
DAI – Divisão de Apoio Institucional
DAP – Divisão de Análise e Pareceres
DCONT – Divisão de Contratações
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DGEP – Diretoria de Gestão de Portfólio
DGSE – Diretoria de Governança do Setor Espacial
DIAP – Divisão de Almoxarifado e Patrimônio
DIEN – Diretoria de Inteligência Estratégica e Novos Negócios
DIPA – Divisão de Planejamento de Aquisições
DIREF – Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
DPOA – Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração
DPSC – Divisão de Projetos e Soluções Corporativas
DSEG – Divisão de Infraestrutura e Segurança (da CTI)
DSG – Divisão de Serviços Gerais
EMAER – Estado-Maior da Aeronáutica
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ENE – Estratégia Nacional de Espaço
ETP – Estudos Técnicos Preliminares
FAB – Força Aérea Brasileira
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (no contexto da extensão de escritório)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GAB – Gabinete (da Presidência da AEB)

GNSS – Global Navigation Satellite System (Sistema Global de Navegação por Satélite)

GNSS – Global Navigation Satellite System

GND – Grupo de Natureza de Despesa

GSI – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

HANBIT-Nano – Veículo lançador suborbital HANBIT-Nano

IAA – International Academy of Astronautics (Academia Internacional de Astronáutica)

IAC – International Astronautical Congress (Congresso Internacional de Astronáutica)

IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço

IEMA – Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (no contexto local)

IFI – Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

IILA – Organização Internacional Ítalo-Latino Americana

IISL – International Institute of Space Law (Instituto Internacional de Direito Espacial)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

KASA – Korea AeroSpace Administration

LEO – Low Earth Orbit (órbita baixa da Terra)

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

LOA – Lei Orçamentária Anual

LTS – Diretrizes de Sustentabilidade de Longo Prazo das Atividades Espaciais (Long Term Sustainability)

MapTec – Mapeamento das Tecnologias Espaciais Brasileiras

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD – Ministério da Defesa

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional (denominação utilizada no condomínio)

MF – Ministério da Fazenda

MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MFA – Multi-Factor Authentication (Autenticação Multifator)

MMoP – Meeting of Ministers and Parliamentarians (reunião de Ministros e Parlamentares, evento paralelo ao IAC)

MOFA – Ministry of Foreign Affairs (Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia)

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEE – Objetivo Estratégico de Espaço

OM – Organização Militar

ONU – Organização das Nações Unidas

OUV – Ouvidoria

PCA – Plano de Contratações Anuais

PDA – Plano de Dados Abertos

PDI-CEA – Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PEB – Programa Espacial Brasileiro

PESE – Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

PETIC – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

PF – Procuradoria Federal

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PhilSA – Philippine Space Agency

PION-BR2 – Satélite educacional “Cientistas de Alcântara” (PION-BR2)

PIT – Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos

PLS – Plano de Logística Sustentável

PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais

PNDAE – Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais

PoImp – Política de Impresso da AEB

PoSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicação

PPA – Plano Plurianual

PPSI – Programa de Privacidade e Segurança da Informação

PQVT-AEB – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da AEB

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PRODES – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite

PROT – Serviço de Protocolo

RAP – Restos a Pagar

ReLaCa – Rede Latino-Americana e do Caribe do Espaço

Resbra – Registro Espacial Brasileiro

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SAA – Serviço de Assistência Administrativa

SBDA – Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial

SCD-1 – Satélite de Coleta de Dados 1

SEAO – Serviço de Assistência a Ouvidoria

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SELM – Space Economy Leaders Meeting

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Gestão Patrimonial)

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIC (no contexto de custos) – Sistema de Custos do Governo Federal

SINDAE – Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SISG – Sistema de Serviços Gerais

SNI-GNSS – Sistema de Navegação Inercial com GNSS

Space4Ocean – Aliança Space4Ocean (iniciativa global liderada pelo CNES)

SPU – Superintendência do Patrimônio da União

SQM – Serviço de Qualidade e Manutenção

SPO – Setor Policial (Sul)

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

TransfereGov – Plataforma TransfereGov (consultas de TEDs)

TRL-MapTec – Nível de Maturidade Tecnológica do MapTec (Technology Readiness Level – MapTec)

TR – Termo de Referência

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UG – Unidade Gestora

UNIESPAÇO – Programa UNIESPAÇO (integração universidades-setor espacial)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNOOSA – United Nations Office for Outer Space Affairs (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior)

UnB – Universidade de Brasília

UPC – Unidade Prestadora de Contas

URMA – Unidade Regional de Alcântara

URRN – Unidade Regional de Natal/RN

URSJC – Unidade Regional de São José dos Campos

VEGA-C – Veículo Europeu de Lançamento (versão C do lançador VEGA)

VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas

VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas

VPN – Virtual Private Network

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Selo Comemorativo de 31 anos da AEB

Figura 2 - Referenciais Estratégicos

Figura 3 - Organograma

Figura 4 - Diagrama com Estrutura de Governança

Figura 5 - 73ª Reunião Ordinária

Figura 6 - Recursos Orçamentários e Outros

Figura 7 - Cadeia de Valor

Figura 8 - Planejamento do Setor Espacial

Figura 9 - Economia Espacial Global

Figura 10 - Dotadação Atual PNAE

Figura 11 - Quadro de Servidores do INPE

Figura 12 - Quadro de Servidores do DCTA

Figura 13 - Diagrama com Estrutura de Governança

Figura 14 - IV Encontro das Agências Espaciais dos Países-Membros da Organização Internacional Ítalo-Latino-Americana

Figura 15 - 6ª edição do Space Economy Leaders Meeting - SELM

Figura 16 - 76ª edição do Congresso Internacional de Astronáutica – IAC 2025

Figura 17 - Acordo Brasil e França

Figura 18 - COP30

Figura 19 - Global New Space Forum

Figura 20 - Centro Espacial de Alcântara

Figura 21 - Gincana do Conhecimento Aeroespacial

Figura 22 - 1º Simpósio Internacional de Agricultura Espacial

Figura 23 - Reunião dos Chefes das Agências Espaciais do BRICS

Figura 24 - Protocolo Adicional Brasil-China

Figura 25 - Reuniões Técnicas em Pequim

Figura 26 - Ebook

Figura 27 - 1º Seminário de Segurança, Desenvolvimento e Defesa no Ambiente Espacial

Figura 28 - PNAE em Foco

Figura 29 - Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica

Figura 30 - Participação da AEB em Eventos

Figura 31 - Assinatura de Cooperação com CIMATEC

Figura 32 - Tipos de Manifestações Recebidas

Figura 33 - Índice de Resolutividade

Figura 34 - Reunião de Líderes das agências espaciais dos países do BRICS

Figura 35 - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Figura 36 - III Congresso Aeroespacial Brasileiro – CAB

Figura 37 - Ação de Doação de Sangue

Figura 38 - Unidade Móvel de Doação de Sangue

Figura 39 - Ação de Saúde

Figura 40 - Evento do Setembro Amarelo

Figura 41 - Palestrante no Setembro Amarelo

Figura 42 - Presidente discursando no Setembro Amarelo

Figura 43 - Festa Junina Institucional

Figura 44 - Campanha do Dia das Mulheres

Figura 45 - Recepção no Evento de Doação de Sangue

Figura 46 - Doação de Sangue

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Evolução do Orçamento da AEB de 2016 a 2025

Gráfico 2 – Evolução do Orçamento da AEB de 2016 a 2025

Gráfico 3 – Satisfação do Usuário

Gráfico 4 – Assuntos mais Demandados

Gráfico 5 – Decisões em Sede de Recurso

Gráfico 6 – Panorama de Pedidos

Gráfico 7 – Transparência Ativa

Gráfico 8 – Evolução do Orçamento da AEB de 2016 a 2025

Gráfico 9 – Dotações Orçamentárias Descentralizadas

Gráfico 10 – Comparativo de 2025 com 2024

Gráfico 11 – Valor da LOA em Comparação ao Previsto no PNAE

Gráfico 12 – Ativo Imobilizado

Gráfico 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Gráfico 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 1 – Objetivos Específicos e Indicadores do Programa 2307 do PPA 2024-2027.

Tabela 2 – Objetivos Estratégicos de Espaço do PNAE 2022-2031

Tabela 3 – Descrição das Ações e Nível de Execução do Plano de Providências Acordado com a Coordenação-Geral de Supervisão/CGU

Tabela 4 – Interações das Unidades da AEB com a CGU em 31.12.2025

Tabela 5 – Interações das Unidades da AEB com a CGU em 31.12.2025.

Tabela 6 – Metas e Resultados do 15º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional

Tabela 7 – Metas do 16º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional

Tabela 8 – Contrabilidade dos Custos Controláveis

Tabela 9 – Contrabilidade dos Custos Não Controláveis

Tabela 10 – Composição de Pessoal

Tabela 11 – Força de Trabalho

Tabela 12 – Quantitativo por Gênero e PCD

Tabela 13 – Distribuição dos Servidores por Faixa Etária

Tabela 14 – Distribuição dos Servidores por Etnia

Tabela 15 – Distribuição das Funções Comissionadas Executivas

Tabela 16 – Distribuição dos Cargos Comissionados Executivos

Tabela 17 – Ocupantes de Cargo em Comissão por Nível e Sexo

Tabela 18 – Quantidade de Estagiários por Ano

Tabela 19 – Detalhamento da Despesa de Pessoal com Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da AEB, no Exercício Financeiro de 2025.

Tabela 20 – Comparativo da Despesa com Pessoal dos Exercícios 2024 e 2025.

Tabela 21 – Controlabilidade dos Custos Não Controláveis

Tabela 22 – Execução Orçamentária

Tabela 23 - Valor por Natureza de Despesa

Tabela 24 - Balanço Patrimonial

Tabela 25 - Comparativa de 2024/2025



Acesse nosso site e redes sociais

